

**UNIVERSIDADE PAULISTA**

**DARIENE CASTELLUCCI MARTINS**

**SEXO, QUANTO É? O VALOR E O CUSTO DE SER PROFISSIONAL DO SEXO**

**RIBEIRÃO PRETO/SP  
2024**

DARIENE CASTELLUCCI MARTINS

SEXO, QUANTO É? O VALOR E O CUSTO DE SER PROFISSIONAL DO SEXO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Aparecida Geraldo Benzoni

RIBEIRÃO PRETO/SP

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio, convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Setorial da UNIP**

**Campus Ribeirão Preto**

Martins, Dariene Castellucci  
M386s      Sexo, quanto é? O valor e custo de ser profissional do sexo. / Dariene Castellucci  
Martins. --Ribeirão Preto: Universidade Paulista, 2024.  
104 f. il.:

Orientadora: Profa. Dra. Selma Aparecida Geraldo Benzoni  
Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado Profissional  
em Práticas Institucionais em Saúde Mental, Universidade Paulista

1. Profissionais do sexo. 2. Prostituição. 3. Prazer. 4. Sexo. 5. Gênero

CDU 176.5:159.9

Bibliotecária: Tatiane Rosa de Paula. CRB: 8/8919

DARIENE CASTELLUCCI MARTINS

SEXO, QUANTO É? O VALOR E O CUSTO DE SER PROFISSIONAL DO SEXO

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista – UNIP, para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Selma Aparecida Geraldo Benzoni

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dr(a). Selma Aparecida Geraldo Benzoni – Orientadora  
Universidade Paulista – UNIP

---

Profa. Dr(a). Valeska Maria Zanello de Loyola  
Universidade de Brasília – UNB

---

Profa. Dr(a). Ana Carolina Ferreira Castanho  
Universidade Paulista – UNIP

Dedico esta dissertação

Às mulheres que, com passos silenciosos ou gritos ressonantes, escrevem histórias de resistência.

Àquelas que me inspiraram e àquelas que, mesmo sem saber, caminham ao meu lado. Que essa pesquisa seja um tributo a suas vozes, suas dores e suas esperanças.

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço ao tempo, que com sua dança paciente me guiou por cada página, cada linha, e transformou dúvidas em descobertas. A cada passo, ele me ensinou a esperar, a persistir, e a me abrir para o inesperado.

Agradeço profundamente à Profa. Dra. Selma Aparecida Geraldo Benzoni, por toda a dedicação, orientação e incentivo durante esta caminhada. Sua confiança e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Sua parceria me ofereceu não só o conhecimento, mas também a confiança para me aventurar em ideias próprias. Suas palavras foram faróis, e suas orientações, as margens seguras de um oceano onde pude navegar sem medo de me perder.

Agradeço à Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Castanho e à Profa. Dra. Valeska Zanello, por serem parte de nossa embarcação com contribuições valiosas, garantindo a proteção e resistência de nosso barco. Obrigada por remarem conosco.

Aos meus pais, meu irmão e minha família, que, como raízes profundas, me sustentaram. Cada palavra de incentivo, cada abraço nas horas de cansaço e cada sorriso ao final de uma longa jornada foram as águas que me nutriram e renovaram minha vontade de seguir.

Aos amigos, em especial os amigos de luz, companheiros de caminhada, que, em nossa troca de risadas e desabafos, me mostraram o verdadeiro valor da jornada compartilhada. Vocês foram abrigo e inspiração, e fizeram com que eu enxergasse a beleza das pausas, das conversas e dos silêncios. Vocês me sustentaram nas ausências para que eu pudesse dar corpo ao meu projeto.

E, por fim, à pesquisa em si, minha companheira silenciosa, que me desafiou e ensinou a ver além. A ela, minha gratidão por me ensinar o poder transformador das palavras e o valor da busca incessante pelo conhecimento.

*Nas narrativas que perfazem o universo religioso e secular, a maçã, para a mulher, foi uma condenação; para o homem, a consagração da teoria da gravidade. Contudo, na órbita do universo feminino, a gravidade incide não pela força que gere os astros, mas pela mão pesada da moral. Quisera nós mulheres repousar sob as sombras da árvore do conhecimento e viver o deleite de morder uma maçã. No paraíso, isso nos foi tirado, mas que os caminhos acadêmicos nos deem macieiras robustas e maçãs suculentas para a morder, sem repressão, e nos alimentar plenamente.*

## RESUMO

A prostituição feminina é uma atividade laboral em que a experiência sexual é ofertada mediante remuneração, atribuindo ao sexo uma conotação mercantil. Apesar de multifatorial e intersetorial, os serviços sexuais, embora reconhecidos na CBO desde 2002, não possuem regulamentação social ou trabalhista, devido a entraves políticos, morais e religiosos. Isso perpetua o estigma, o preconceito e a discriminação, limitando o acesso dessas mulheres a direitos básicos e à plena valorização de suas individualidades. Há quem defenda a erradicação da prostituição por conta da exploração e violências enfrentadas por essas trabalhadoras; contudo, sem políticas públicas adequadas, tais medidas não garantem proteção e cidadania. O objetivo da pesquisa é compreender como mulheres cisgênero, profissionais do sexo, constroem sua autoimagem e desempenham diferentes papéis sociais para além da profissão. O estudo é qualitativo, exploratório e descritivo, com base em um estudo de caso coletivo com cinco participantes, maiores de 18 anos, que se autodenominam profissionais do sexo e atuam em uma cidade do interior paulista. Para a coleta de dados, utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, a técnica do Desenho-estória-temático e o diário de campo, realizados nos locais de trabalho das participantes, como bares e hospedarias da região central da cidade. Entre as características sociodemográficas das participantes, três têm entre 40 e 50 anos e duas entre 20 e 30; uma é branca, uma parda e três pretas; três são separadas e duas casadas. Quatro possuem filhos e trabalham na profissão há mais de 10 anos, com escolaridade variando do Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Médio completo. A análise fundamenta-se na teoria de Michel Foucault e organiza-se em três categorias. O poder velado: a prostituição sob o véu social investiga como o poder patriarcal agrava a vulnerabilidade das profissionais do sexo e as expõe à violência. O poder que orchestra corpo, sexo e prazer discute o corpo feminino como objeto de controle e consumo, mas também como resistência, revelando os efeitos de normas estéticas opressivas na condição de ser mulher. A mística do cotidiano: as relações de afeto das profissionais do sexo, explora a separação entre vida pessoal e profissional, marcada por sofrimento e complexidade. Os resultados evidenciam temas recorrentes, como violência e vulnerabilidade social, amplificados por marcadores de gênero. A pesquisa revela que dar voz a essas mulheres permite expor as estruturas de poder que reforçam sua marginalização, superando o estereótipo da "mulher profana" e reconhecendo suas múltiplas formas de existência e resistência. O conceito de "mulheridades" reflete essas realidades diversas e resilientes, destacando as complexas experiências dessas profissionais. Como estratégia de letramento de gênero e para reduzir os estigmas associados à prostituição, foi produzido um panfleto nas versões impressa e digital com base nos achados da pesquisa.

Palavras-chave: Profissionais do sexo. Prostituição. Prazer. Sexo. Gênero.

## ABSTRACT

Female prostitution is a form of labor in which sexual experiences are offered in exchange for payment, assigning a mercantile connotation to sex. Despite being a multifaceted and intersectoral phenomenon, sexual services, although included in Brazil's CBO (Brazilian Classification of Occupations) since 2002, lack social and labor regulation due to political, moral, and religious barriers. This perpetuates stigma, prejudice, and discrimination, limiting these women's access to basic rights and full recognition of their individuality. While some advocate for eradicating prostitution due to the exploitation and violence faced by sex workers, such measures, without adequate public policies, fail to ensure protection and citizenship. This research aims to understand how cisgender women, who identify as sex workers, construct their self-image and perform various social roles beyond their profession. The study is qualitative, exploratory, and descriptive, based on a collective case study involving five participants aged 18 or older, self-identified as sex workers, operating in a city in São Paulo's countryside. Data collection was carried out using semi-structured interviews, the Thematic Story-Drawing technique, and field diaries, in the women's workplaces, such as bars and inns in the city center. The participants' sociodemographic profiles revealed that three were aged 40–50 and two were aged 20–30; one identified as white, one as mixed-race, and three as black. Three were separated, two were married, and four had children. Most had been in the profession for over 10 years, with educational levels ranging from incomplete elementary school to completed high school. The analysis is grounded in Michel Foucault's theories and structured into three categories. *The Veiled Power: Prostitution Under a Social Cloak* examines how patriarchal power exacerbates these women's vulnerabilities and exposes them to violence. *The Power Orchestrating Body, Sex, and Pleasure* discusses the female body as an object of control and consumption, but also as a form of resistance, highlighting the oppressive aesthetic norms impacting women beyond their roles as sex workers. *The Everyday Mystique: The Affective Relationships of Sex Workers* explores the separation between personal and professional lives, marked by complexity and suffering. The findings reveal recurring themes, such as violence and social vulnerability, amplified by gender markers. The study underscores that amplifying these women's voices exposes power structures that reinforce their marginalization, challenging the stereotype of the "profane woman" and enabling a broader understanding of their "womanhoods." This term encapsulates the diverse and resilient ways sex workers navigate their multifaceted realities, asserting their humanity and resistance. As a strategy to promote gender literacy and reduce the stigma surrounding sex work, a podcast will be produced based on the study's findings.

Keywords: Sex workers. Prostitution. Pleasure. Sex. Gender.

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 1</b> – Aspectos sociodemográficos das participantes .....	41
<b>Quadro 2</b> – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer da participante Bianca .....	42
<b>Quadro 3</b> – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Rose .....	44
<b>Quadro 4</b> – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Mirela.....	47
<b>Quadro 5</b> – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Maria.....	49

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Desenho-estória-temático (DET) da Bianca. Título: Era uma vez .....	43
<b>Figura 2</b> – Desenho-estória-temático (DET) da Rose. Sem título.....	45
<b>Figura 3</b> – Desenho-estória-temático (DET) da Mirela. Título: A história de Geninha.....	48
<b>Figura 4</b> – Desenho-estória-temático (DET) da Maria. Sem título. ....	49

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b> .....	<b>12</b>
<b>1 Introdução</b> .....	<b>13</b>
1.1 Fundamentação Teórica.....	13
1.1.1 Profissionais do Sexo.....	13
1.1.2 O Custo Moral da Cidadania das Profissionais do Sexo.....	18
1.1.3 O Custo da Vulnerabilidade e das Violências na Prostituição de Rua.....	24
1.1.4 O Valor da Mulher e o Custo de Seu Corpo.....	26
<b>2 Objetivos</b> .....	<b>30</b>
2.1 Objetivo Geral.....	30
2.2 Objetivos Específicos.....	30
<b>3 Hipóteses</b> .....	<b>30</b>
<b>4 Justificativa</b> .....	<b>31</b>
<b>5 Método</b> .....	<b>33</b>
5.1 Fundamentação Metodológica.....	33
5.2 Participantes.....	34
5.3 Instrumentos.....	34
5.4 Procedimentos.....	36
5.4.1 Procedimento de Coleta de Dados.....	36
5.4.1.1 Descrição do Ambiente de Coleta de Dados.....	37
5.4.2 Procedimento de Análise dos Dados.....	38
5.5 Considerações Éticas.....	39
<b>6 Resultados</b> .....	<b>41</b>
<b>7 Discussão</b> .....	<b>51</b>
7.1 Dados Sociodemográficos: Um Olhar Sobre o Contexto das Mulheres.....	51
7.2 Categorias Temáticas.....	53
7.2.1 O Poder Velado: a Prostituição Sob o Véu Social.....	53
7.2.2 O Poder que Orquestra o Corpo, o Sexo e o Prazer.....	63
7.2.3 A Mística do Cotidiano: Relações de Afeto das Profissionais do Sexo.....	74
<b>8 Considerações Finais</b> .....	<b>85</b>
<b>Referências</b> .....	<b>88</b>
<b>Apêndice – Roteiro da Entrevista Semiestruturada</b> .....	<b>101</b>
<b>Anexo – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido</b> .....	<b>102</b>

## Apresentação

Desde a minha graduação em psicologia, há 10 anos, ao retornar para casa após as aulas todos os dias, o trajeto era composto por ruas que tinham o movimento de mulheres profissionais do sexo. Durante o tempo do semáforo vermelho, eu observava o entorno e percebia os olhares das pessoas nos carros e motos, tomados por curiosidade, desejo ou ainda por tantas outras coisas que poderiam emergir naquele tempo de parada.

Eu olhava para aqueles bares, a música alta, as luzes coloridas, o cheiro de esgoto do bueiro ao lado do carro, e, a cada dia, havia mulheres diferentes, com roupas justas e curtas, corpos maiores e menores, peles pretas, pardas, brancas. Estavam ali com suas pequenas bolsas, nas esquinas. Eu, mergulhada nas descobertas do curso de psicologia, ainda digerindo as aulas, dentro do carro, nesse semáforo, era tomada por uma euforia em querer ouvir a história daquelas mulheres tão diversas. Queria saltar do carro e sentar nas cadeiras de plástico onde elas ficavam, para conversar e saber o que era sexo e prazer para elas, como entendiam seu corpo, como era estar ali, expostas aos olhares sociais que as julgavam sem ao menos saber quem eram. Muitas vezes, em voz alta, dizia para mim mesma: “ainda vou conversar com essas mulheres”. O tempo foi passando e esse desejo de estudante foi sendo maturado, assentado e conjugado a outro desejo dos tempos universitários: seguir a carreira acadêmica.

Nos entraves da vida, sob as recusas das circunstâncias, só pude dar as mãos a esses desejos agora, no tempo possível. De mãos dadas, fizemos uma ciranda: eu, as mulheres profissionais do sexo e o mestrado. Estamos cirandando juntas no compasso possível, ético e respeitoso. Eu descí do carro e me sentei à mesa com aquelas/essas mulheres e as ouvi, no mesmo cenário que eu observava do carro todos os dias, na época estudante de psicologia e hoje enquanto pesquisadora, mas, antes de tudo, como mulher, estava lá... ouvindo as histórias das mulheres do semáforo.

A minha escuta traz consigo a curiosidade própria da pesquisadora, no encontro com os referenciais teóricos que versam sobre a prostituição e a sociedade, trazendo questionamentos de como as profissionais do sexo se percebem enquanto mulheres, cidadãs e profissionais. Como compreendem o seu corpo e o sexo? Assim, essa pesquisa nasce, permitindo espaço na academia.

# 1 Introdução

## 1.1 Fundamentação Teórica

### 1.1.1 Profissionais do Sexo

A prostituição feminina é uma atividade em que a experiência sexual não faz parte das relações de afeto, mas o sexo assume uma conotação mercantil de prestação de serviço remunerada (Brito et al., 2019).

Artigos que tratam sobre a prostituição frequentemente apresentam no capítulo introdutório a ideia de que essa é uma das profissões mais antigas da humanidade (Molina, 2005; Souto, 2022). Entretanto, essa afirmação amplamente difundida não está em consonância com as evidências históricas e antropológicas. Observa-se que o ato de cuidar precede a prática da prostituição. O cuidado, manifestado através de ações como a assistência a doentes, idosos e crianças, é intrínseco à sobrevivência e coesão social desde os primórdios da humanidade. De acordo com Alves, et al (2020), o cuidado é uma prática ancestral, presente desde as primeiras organizações sociais humanas, sendo fundamental para a manutenção da vida e do bem-estar coletivo. Com o passar dos séculos, essa prática evoluiu e se institucionalizou, resultando na criação de profissões como a enfermagem. Nightingale (1860, citado por Lopyola, Oliveira, 2021) destaca que o cuidado aos doentes é uma espécie de arte que envolve dedicação e conhecimento para que o restabelecimento e manutenção da saúde sejam contemplados. Essa institucionalização do cuidado reforça sua precedência e importância na história das profissões humanas.

Em contrapartida, a prostituição, embora presente em diversas culturas ao longo da história, não possui registros que a posicionem como a atividade profissional mais antiga. De acordo com Bazilio (2020), a afirmação de que a prostituição é a profissão mais antiga do mundo não encontra sustentação em bases históricas confiáveis, sendo amplamente reconhecida como uma construção cultural em vez de um fato comprovado. Assim, ao analisar evidências históricas e antropológicas, verifica-se que o ato de cuidar desempenha um papel mais antigo e essencial na trajetória humana, desafiando a ideia amplamente difundida de que a prostituição ocupa esse lugar de primazia.

O senso comum, fundamentado em informações verbais, utiliza esse mito para proferir e disseminar discursos moralistas e preconceituosos que condenam as mulheres "profanas" como desprovidas de valores morais e de caráter duvidoso: as "putas". Segundo Rago (1991), a prostituição é vista como um "mal necessário" que cumpre a função de preservar o lar moldado

aos ideais burgueses, resguardando as "mulheres honestas" de imoralidades. Para superar os limites do senso comum, que alimentam o imaginário social repleto de estereótipos, é necessário partir da concretude da informação para avançar nos debates.

No Brasil, a prostituição acompanha os primórdios da história. Apenas em 2002, os serviços sexuais remunerados passaram a compor a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Contudo, não há regulamentação no âmbito social e dos direitos trabalhistas, de modo que essas mulheres estão desamparadas juridicamente em suas atividades laborais, o que contribui para a manutenção do estigma e da marginalização. Desse modo, o reconhecimento legal é deficitário e incompleto, não permitindo que haja acesso aos direitos enquanto cidadãs trabalhadoras. Neste trabalho, será adotado o termo “profissionais do sexo” para referir-se ao grupo de mulheres que vivem da prostituição (Freitas et al., 2020).

O termo “profissionais do sexo” foi cunhado no Brasil na década de 1970, como bandeira de luta de prostitutas que reivindicavam o reconhecimento da profissão, com seus direitos e deveres, além da legitimidade enquanto cidadãs. Nesse período, o tema da prostituição passou a ter espaço para diálogos e reflexões, apoiado por movimentos feministas que lutavam contra as estruturas de poder e as desigualdades de gênero, propondo uma ressignificação da sexualidade, para que os estigmas e opressões dessem lugar à diversidade e à liberdade dos valores sexuais (Rodrigues, 2009).

A história da prostituição no Brasil foi marcada, desde o início, pela violência. Segundo Pereira (2005), a prostituição é um produto da colonização portuguesa, pois as escravas negras foram exploradas sexualmente pela corte imperial, assim como muitas mulheres europeias, denominadas “escravas brancas”, foram trazidas por meio do tráfico internacional de mulheres para a prostituição compulsória. O mercado de exploração e violência sexual é uma mácula na América Latina colonizada, na qual emerge o conceito de objetificação dos corpos femininos, ou seja, a desqualificação de mulheres em sua condição humana e de cidadãs de direitos. Conseqüentemente, essas mulheres estão expostas e vulneráveis às violências da estrutura social patriarcal. Historicamente, a objetificação feminina é uma herança amarga que sofre reedições nos dias atuais (Roby et al., 2021).

Os hábitos europeus escondiam os corpos sob extensas camadas de tecidos, especialmente os corpos femininos, que, mesmo nas circunstâncias de intimidade sexual, não eram moralmente autorizados a serem despidos por completo. Afinal, o catolicismo impôs condutas às relações sociais e sexuais. O sexo tinha como finalidade apenas a procriação; desse modo, o prazer era altamente tolhido sob o jugo do pecado, especialmente para as mulheres condicionadas ao casamento ou à vida religiosa. Manter as tentações da carne sob controle

necessitava, portanto, manter os corpos escondidos. Em terras de Vera Cruz, a nudez dos corpos originários, em público, foi radicalmente repreendida, pois eram vistos como corpos suscetíveis ao pecado do prazer. As mulheres indígenas, com suas “intimidades” à mostra, e seu modo de vida natural e livre, remetiam às alegorias bíblicas de Adão e Eva diante do fruto proibido.

Construir um estereótipo de libertinagem sexual ao modo de vida dos nativos encobria toda a perversão sexual do colonizador, que invadia os corpos indígenas e disseminava doenças sexualmente transmissíveis. Em outras palavras, o povo invadido deveria ser salvo por aqueles que gozavam violentamente sobre seus corpos. A prostituição, no século XIX, não era definida a partir do consentimento das mulheres; havia a marca da coerção, em um cenário complexo de escravidão, exploração infantil e trabalho doméstico, no qual a vida dessas mulheres e crianças assumia conotação monetária: a moeda daqueles que dominam saqueia a dignidade e a humanidade, e o ressarcimento dos explorados consiste na chancela moral decadente (Cantalice, 2011).

As ideias higienistas do século XIX e início do século XX, com vertente científica, propunham garantir melhores condições de vida e saúde para a população, mas provocaram intervenções hegemônicas, buscando eliminar do ambiente social tudo e todos que desviavam das normas de boa conduta estabelecidas à época. As mulheres prostitutas, por meio da força policial, foram contidas em prostíbulos para não comprometerem os ares de “pureza” que se buscava (Pereira, 2005).

Assim, a ordem social estabelecida sob a política higienista tinha como aliadas as ciências médicas e biológicas, que buscavam categorizar patologias como maneira de distinguir pessoas saudáveis e doentes. Nesse contexto, a manifestação da sexualidade foi enfatizada e foi considerada não saudável aquela que era contrária à ordem conjugal heterossexual, lida como perversão sexual e desajuste biológico e mental do indivíduo. Esse panorama foi discutido por Michel Foucault (2003), abordando o papel da medicina como mecanismo do poder:

“A mecânica do poder ardorosamente persegue todo esse despropósito, só pretendendo suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introduz-se nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade, e constitui-o em razão de ser e ordem natural da desordem. Exclusão dessas milhares de sexualidades aberrantes? Não, especificações, distribuição regional de cada uma delas. Trata-se, através de sua disseminação, de semeá-la no real e incorporá-las ao indivíduo”.

Diante do exposto, Foucault (2003) propõe refletir sobre a ação do poder ancorada no saber médico como princípio que legitima a ordem social, separando os corpos patológicos e desviantes daqueles que são “sadios”, por contemplarem os parâmetros médicos. O conceito de saúde e doença passa a ser inserido na dinâmica social, e os próprios indivíduos da sociedade

reproduzem essa segregação higienista, o que afetou, por exemplo, os homoafetivos, denominados “homossexuais” pelo viés biomédico, e as mulheres prostitutas, cujo comportamento sexual periférico já designa o território social que lhes cabe.

O saber médico, como detentor do poder e da segregação, ainda foi observado na década de 1990, quando a epidemia de HIV/AIDS foi associada à prostituição e à homoafetividade masculina, principalmente. Frente a esse panorama histórico, eram urgentes os movimentos e organizações das minorias para garantir seus direitos sociais e humanos (Rodrigues, 2009). Isso ocorreu com a participação ativa de homoafetivos e de profissionais do sexo na construção de programas de DST/Aids do Ministério da Saúde, com destaque para o reconhecimento internacional desse modelo por ampliar os métodos de prevenção, não somente voltados às populações mais vulneráveis, mas a todos que mantinham uma vida sexualmente ativa (Santos & Botazzo, 2021).

Considerando o contexto histórico, é necessário questionar a definição da prostituição como uma relação consensual de valor mercantil. De acordo com Lowenkron (2015), o consentimento e a vulnerabilidade são conceitos complementares para compreender os regimes contemporâneos de regulação jurídica das sexualidades e as sensibilidades sociais e políticas em relação à violência. A autora argumenta que o consentimento, especialmente em situações de prostituição, é frequentemente influenciado por vulnerabilidades sociais e econômicas que limitam a autonomia das mulheres. Essa perspectiva é corroborada por Senra (2013), que destaca que, para a caracterização da prostituição, é necessário um consentimento válido, cuja ausência implica em exploração sexual. Portanto, o consentimento na prostituição deve ser analisado à luz das pressões econômicas e sociais que podem restringir as opções das mulheres, questionando a ideia de escolha livre e autônoma

Além disso, a noção de consentimento na prostituição é complexa devido às dinâmicas de poder envolvidas nas interações entre clientes e prostitutas. Conforme aponta Santos (2020), as relações de poder na prostituição frequentemente colocam as mulheres em posições de subordinação, onde o consentimento é negociado em condições desiguais. Essa assimetria de poder pode levar a situações em que o consentimento é dado sob coerção ou pressão, minando sua legitimidade.

De acordo com Almeida (2023), a prostituição institucionaliza a ideia de que o corpo feminino está disponível para consumo, o que contribui para a manutenção de estruturas patriarcais que subordinam as mulheres. Essa perspectiva sugere que o consentimento na prostituição não pode ser separado das estruturas de opressão que atravessam as mulheres em suas atividades laborais.

No contexto brasileiro, a prostituição é frequentemente intermediada por indivíduos conhecidos como "cafetões" ou "cafetinas", que exercem controle sobre as trabalhadoras sexuais, apropriando-se de parte significativa de seus ganhos financeiros e reduzindo sua autonomia econômica. Essa exploração financeira é acompanhada por formas de violência física e psicológica, utilizadas como mecanismos de controle e intimidação. Segundo Ornat e Silva (2014), esses intermediários atuam como facilitadores da prostituição, estabelecendo relações de poder que perpetuam a exploração e a violência contra as mulheres envolvidas na atividade.

Estudos de Oliveira (2019) mostraram que a presença de cafetões contribui para a perpetuação de redes de tráfico de pessoas e exploração sexual, ampliando a vulnerabilidade das mulheres e dificultando sua saída do ciclo da prostituição. A atuação dos cafetões está frequentemente ligada a organizações criminosas que operam no tráfico de mulheres, evidenciando a complexidade e a gravidade do fenômeno. Embora no âmbito legal, o Código Penal brasileiro tipifique como crime o favorecimento da prostituição, enquadrando a figura do cafetão em práticas ilícitas, a aplicação efetiva da lei enfrenta desafios devido à clandestinidade e à marginalização que caracterizam o universo da prostituição.

Em suma, o consentimento na prostituição feminina é algo que deve considerar a influência das desigualdades estruturais e dinâmicas de poder que limitam a autonomia das mulheres ao se discutir a legitimidade do consentimento na prostituição.

A legitimidade do consentimento associa-se à estrutura de poder compreendido para além da prostituição, associado ao gênero. Silvia Federici, uma cientista e ativista feminista reconhecida por suas contribuições significativas à teoria feminista marxista, especialmente no que tange à compreensão do poder e sua relação com a opressão das mulheres no contexto do desenvolvimento do capitalismo, argumenta em sua obra seminal "*Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*", que a transição do feudalismo para o capitalismo envolveu uma reconfiguração das relações de poder que subordinou as mulheres, particularmente através da perseguição às bruxas e da desvalorização do trabalho reprodutivo feminino. Ela sugere que a caça às bruxas na Europa não foi apenas um fenômeno religioso ou cultural, mas uma estratégia deliberada para controlar a reprodução e a sexualidade feminina, essenciais para a acumulação primitiva de capital. Segundo Federici (2017), a caça às bruxas foi um ataque à resistência das mulheres à disseminação das relações capitalistas e ao poder que haviam conquistado por meio de sua sexualidade, controle sobre a reprodução e habilidade de cura.

Corroborando tal ideia, Silva (2020) diz que a caça às bruxas foi uma estratégia para disciplinar e controlar as mulheres, eliminando práticas comunitárias e saberes tradicionais que

ameaçavam a ordem capitalista emergente. A perseguição às bruxas foi instrumental para consolidar o patriarcado e reforçar a divisão sexual do trabalho, subordinando as mulheres ao domínio masculino. Os estudos de Federici trazem uma reinterpretação da “acumulação primitiva” proposta por Marx. Enquanto Marx descreve a acumulação primitiva como um processo violento de expropriação de terras e recursos naturais, Federici amplia essa compreensão para incluir a expropriação do corpo e do trabalho das mulheres, estabelecendo um regime patriarcal que sustentaria o desenvolvimento capitalista (Federici, 2017). Segundo Santos e Cavalcanti (2024), essa expropriação da autonomia das mulheres funcionou como uma extensão do processo de acumulação primitiva, transformando os corpos femininos em instrumentos de reprodução do sistema capitalista.

De acordo com Costa (2018), o capitalismo e o patriarcado criaram uma aliança que se sustenta na exploração do trabalho feminino, estabelecendo um sistema que, simultaneamente, promove a acumulação de riqueza e reforça a subordinação das mulheres. Portanto, a autora faz uma correlação direta entre capitalismo e patriarcado, no qual o sistema econômico não apenas se aproveita da exploração das mulheres, mas depende dela para manter suas estruturas de poder. Considerando essa análise, faz-se necessário repensar a emancipação feminina dentro de um contexto que desafia ambas as estruturas de opressão e o modo como a cidadania das mulheres profissionais do sexo é experienciada.

Portanto, ao pensar a funcionalidade das profissionais do sexo em uma sociedade capitalista, na qual elas oferecem seus corpos para que os homens possam depositar seus desejos animalescos e assim manter, com suas esposas, as atividades sexuais que visem a procriação de forma controlada, sem disseminar o seu capital. Sendo que em ambas, prostituta e esposa, a mulher ocupa o lugar de objeto para a satisfação do desejo masculino, tanto carnal como procriador, sobrepondo o poder masculino sobre o feminino (Rago, 2004; Federici, 2017).

### **1.1.2 O Custo Moral da Cidadania das Profissionais do Sexo**

O percurso trilhado por esta pesquisa demonstra que as mulheres profissionais do sexo, ao longo da história, estiveram sempre à margem da sociedade. Entretanto, quais são os critérios que balizam o amplo acesso social das pessoas? Quais são os direitos e deveres de todos aqueles que compõem uma sociedade? Para elucidar tais questionamentos, faz-se necessário mapear o conceito de cidadania.

Cidadania é o status daqueles que são membros de uma comunidade e são por ela reconhecidos. É também o conjunto de direitos e deveres que o indivíduo tem diante da

sociedade da qual faz parte. Historicamente e genericamente, a cidadania tem uma referência espacial, constituída pela relação dos indivíduos com um dado território (organização sociopolítica do espaço). Assim, cidadania é uma noção construída socialmente e ganha sentido nas experiências sociais e individuais. Por isso, será aqui compreendida como uma identidade social política (Costa & Ianni, 2018; Ornat & Silva, 2014).

A identidade social e política é orientada por meio de aparatos legais que dão contorno ao âmbito individual e ao coletivo de um estado. No Brasil, foi elaborada a Constituição Federal de 1988, ancorada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, já em seu art. 1º, garante a cidadania, a dignidade da pessoa humana, a liberdade e os valores sociais do trabalho, além de ampla participação política, sendo este último um dos pilares da democracia (Brasil, 1988).

Corroborando tal ideia, a relação entre Estado e cidadão é intrínseca, visto que o Estado é construído e mantido por membros da sociedade, que, por meio do voto popular no sistema democrático, somado aos seus deveres e direitos de cidadão e funções públicas, garantem que suas ações sejam ancoradas na Constituição Federal. Assim, buscam sempre a formulação de novas leis e a fiscalização de suas aplicações, com o intuito de garantir o amplo acesso aos direitos dos cidadãos de forma igualitária e justa, considerando as especificidades de cada contexto social e histórico (Oliveira, 2011).

A partir do exposto, refletir sobre o lugar social das mulheres torna-se imprescindível, especialmente a garantia de sua integridade física. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), estima-se que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano, dos quais apenas 8,5% são de conhecimento policial e 4,2% são mapeados pelo sistema de saúde. As mulheres correspondem a 80% das vítimas, e a maioria dos agressores são homens próximos: familiares, cônjuges ou ex-companheiros. A subnotificação da violência sexual e a falta de pesquisas aprofundadas sobre esse fenômeno corroboram a vulnerabilidade das mulheres. Vale ressaltar que, nos números apresentados pelo IPEA (2023), não há discriminação dos dados de violência sexual sofrida por profissionais do sexo, o que as deixa altamente desprotegidas socialmente. Isso também evidencia que os direitos de proteção passam pelo filtro do valor moral e religioso, visto que o questionamento primeiro sobre a violência sexual se dá pela condição de vítima (mulher).

[...] para ser reconhecida como vítima de estupro, não basta sofrer a violência física; é preciso, também, que a mulher, antes da ocorrência do fato, tenha sido classificada dentro da reputação de 'mulher para casar', caso contrário, o estupro (quando reconhecido como tal) não será nada mais do que consequência de um comportamento inapropriado (Sousa, 2017, p. 17).

Sendo assim, a mulher prostituta não se enquadra nesse perfil. Segundo Andrade (2005):

Mulheres estereotipadas como “desonestas” do ponto de vista da moral sexual, inclusive as menores e, em especial, as prostitutas, não apenas não são consideradas vítimas, mas podem ser convertidas, com o auxílio das teses vitimológicas mais conservadoras, de vítimas em acusadas ou réis num nível crescente de argumentação que inclui ela ter “consentido”, “gostado” ou “tido prazer”, “provocado”, forjado o estupro ou “estuprado” o pretense estuprador, especialmente se o autor não corresponder ao estereótipo de estuprador, pois, correspondê-lo, é condição fundamental para a condenação (Andrade, p. 94, 2005).

Andrade (2005) diz que o Sistema de Justiça criminal (SJC) se estabelece na lógica do androcentrismo e opera no controle e manutenção dos papéis de gênero (binário) feminino e masculino estabelecidos pelo patriarcado, sendo o público designado ao homem e o privado restrito à mulher. “Em síntese, espaço público – papéis patrimoniais –, estereótipos do polo da atividade: ao patrimônio, o cuidado dos bens. Espaço privado – papéis matrimoniais –, estereótipos do polo da passividade: ao matrimônio, o cuidado do lar (Andrade, 2005, p.85).

A violência de gênero não é focada apenas nas questões de cunho sexual, como o estupro. É um fenômeno complexo e histórico que compromete os princípios basilares da cidadania, como a igualdade e a dignidade da pessoa humana. Assim, a busca por políticas públicas e leis que abarquem esse cenário alarmante é de extrema urgência. A fim de manter o foco da presente pesquisa, serão levantadas as iniciativas políticas em prol da cidadania das profissionais do sexo no Brasil.

Em 2012, o então deputado Jean Wyllys, do partido PSOL do Rio de Janeiro, redigiu o Projeto de Lei nº 4211/2012 (Brasil, 2012), intitulado Lei Gabriela Leite, com o objetivo de regulamentar a atividade das profissionais do sexo, combater a exploração sexual e o tráfico sexual, além de promover a garantia de aposentadoria para essas profissionais. A justificativa do Projeto de Lei faz referência à Lei de regulamentação alemã sobre a condição jurídica das profissionais do sexo. Outras iniciativas foram apresentadas desde 2004, mas não tiveram continuidade em suas tramitações. O PL nº 4211/2012 não foi aprovado pelo Congresso devido aos impasses morais que cercam o tema, especialmente a consideração de que regulamentar a atividade poderia estimular o crescimento da prostituição. Embora sua justificativa traga argumentos contra a marginalização das profissionais do sexo, visando a reduzir os danos e riscos da atividade, o projeto enfrentou oposição (Brasil, Câmara dos Deputados, 2023).

De acordo com Bernardes (2022) e Giuliani (2017), a regulamentação da prostituição no Brasil visa reconhecer a atividade como profissão, assegurando direitos trabalhistas e previdenciários às profissionais do sexo. No entanto, a autora ressalta que, embora essa regulamentação possa oferecer proteção legal, ela também pode perpetuar formas sutis de

exploração, especialmente em um contexto marcado por profundas desigualdades de gênero e classe. Essa perspectiva sugere que a regulamentação, por si só, não é suficiente para garantir a autonomia e a dignidade das mulheres envolvidas na prostituição. Além disso, Paradis (2017) argumenta que a regulamentação proposta pode reforçar estereótipos de gênero e perpetuar a objetificação do corpo feminino. A autora enfatiza que, ao institucionalizar a prostituição, corre-se o risco de normalizar a mercantilização do corpo das mulheres, sem abordar as causas estruturais que levam muitas a ingressar nessa atividade. Essa crítica aponta para a necessidade de políticas públicas que não apenas regulamentem, mas também ofereçam alternativas viáveis e dignas para as mulheres em situação de vulnerabilidade. Por outro lado, Bernardes (2022) destaca que a ausência de regulamentação deixa as profissionais do sexo em uma situação de marginalização e vulnerabilidade, sujeitas a violência e exploração sem qualquer amparo legal. A autora defende que a regulamentação pode ser um passo importante para garantir direitos básicos e proteção às trabalhadoras do sexo, desde que acompanhada de medidas que promovam a igualdade de gênero e combatam a estigmatização. Como exemplo dessa postura, o projeto de lei foi nomeado em homenagem a Gabriela Leite, uma profissional do sexo e militante da causa, que, desde a década de 1980, teve participação ativa na busca por políticas públicas direcionadas às mulheres prostitutas. Ela participou de movimentos sociais, políticos e de instituições como o Ministério da Saúde, contribuindo para a elaboração de materiais de saúde destinados a essa população (Bernardes, 2022)

Em 1992, Gabriela Leite fundou a ONG Davida, que busca promover a cidadania das profissionais do sexo, especialmente a regulamentação da profissão. Para sustentar financeiramente a ONG, foi criada a grife de moda DASPU, em 2005, com o objetivo de produzir uma moda transgressora, abordando questões de gênero, identidade e sexualidade por meio da confecção de roupas e dos desfiles realizados pelas profissionais do sexo (Fundo Social Elas, 2020). Gabriela Leite buscava visibilidade e o combate ao estigma em torno da sexualidade e do gênero, especialmente no que se refere ao imaginário social sobre o corpo.

A imagem da prostituta e do corpo na prostituição adulta também se relaciona às categorias e representações do mundo do trabalho. Nela, inscrevem-se ideias sobre o corpo na ativa e o corpo cansado pelo tempo de atividade, sobre a “prostituta aposentada” e sobre os segredos de um “sucesso profissional”. São expressões emblemáticas da vida de outras trabalhadoras cujos sentidos positivam e normalizam o percurso da mulher adulta na prostituição (Moraes, 2020).

A partir do exposto, é possível observar que, no imaginário social, o envelhecimento atravessa a questão da prostituição, impondo limites ao exercício profissional, da mesma forma

que outras atividades laborais consideram esse percurso, com a diferença de que as prostitutas não possuem seguridade social ao envelhecer. O etarismo torna-se implacável para os corpos “cansados” e marginalizados, que não têm direito à aposentadoria e são excluídos das possibilidades de segurança social. O imaginário social determina que os corpos da prostituição, além de condenados ao descarte pelo envelhecimento, enfrentem essas condições sem garantias legais.

As produções de conhecimento científico, por vezes, abordam as experiências das profissionais do sexo a partir de posicionamentos dicotômicos entre a abolição de tal atividade e a regulamentação da profissão. Conforme apontado nos estudos de Diniz e Mayorga (2018) e Clarindo et al. (2020), esses estudos sugerem que abolir a atividade das profissionais do sexo significa erradicá-la, pois compreendem que as mulheres são vítimas a serem salvas de uma “vida” de luxúria desqualificada, que as inferioriza a ponto de retirar sua capacidade de escolha diante dos riscos e vulnerabilidades, como violência, exploração sexual e exposição às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). As correntes feministas abolicionistas consideram a prostituição uma forma de submissão feminina dentro de uma esfera patriarcal e machista, que objetifica e oprime o corpo feminino, devendo, portanto, ser erradicada.

O abolicionismo da prostituição tem ganhado destaque no debate público brasileiro, defendendo a erradicação da prostituição sob a perspectiva de que ela é uma forma de exploração e violência contra as mulheres. No entanto, essa abordagem levanta questões importantes sobre o papel do Estado na proteção e no empoderamento das trabalhadoras sexuais. De acordo com Góes (2018), a perspectiva abolicionista tende a desconsiderar as vozes das trabalhadoras sexuais, retratando-as exclusivamente como vítimas sem capacidade de decisão sobre suas próprias vidas. Essa abordagem não apenas deslegitima a agência dessas mulheres, mas também dificulta a formulação de políticas públicas que atendam efetivamente às suas necessidades. Além disso, Romfeld (2018) argumenta que o abolicionismo pode servir de justificativa para a criminalização de práticas sexuais consensuais, ignorando as condições socioeconômicas que levam muitas mulheres a optar por essa atividade. Essa criminalização não só desconsidera os fatores estruturais subjacentes, mas também expõe as trabalhadoras sexuais a maiores riscos, forçando-as à clandestinidade e aumentando sua vulnerabilidade.

Portanto, enquanto o abolicionismo busca uma sociedade livre de exploração, sua eficácia depende da maneira como o Estado escolhe intervir. É essencial que as políticas públicas sejam construídas a partir das vozes das trabalhadoras sexuais. Ao erradicar a atividade profissional, o Estado deve ter um plano de ação para que essas mulheres tenham outras possibilidades de trabalho para a garantia de sua subsistência, pois sem essas garantias, a

abolição promoverá o desemparo e a manutenção da precariedade das condições de vida daquelas que têm na prostituição sua fonte de subsistência (Rodrigues, 2009).

Beltrão e Bispo (2023) argumentam que o Estado deve adotar um papel de apoio em vez de punição, defendendo que políticas públicas eficazes precisam ser fundamentadas em uma compreensão das realidades vivenciadas pelas trabalhadoras sexuais. Para os autores, essa abordagem é essencial para promover o empoderamento e garantir os direitos dessas mulheres, pois, sem essa inclusão, o abolicionismo pode não assegurar as garantias necessárias à sua segurança e dignidade. Os estudos de Mason (2024) acrescentam que o Estado tem uma responsabilidade crucial em proporcionar alternativas viáveis às trabalhadoras sexuais, como acesso a serviços de saúde, educação e apoio social. “Sem essas opções, o abolicionismo se torna uma forma de desamparo, colocando as mulheres em situações ainda mais perigosas” (Mason, 2024, p. 150). A ausência de políticas integradas que abordem as causas sociais da prostituição reforça a ideia de que a intervenção estatal é, muitas vezes, mais punitiva do que protetora.

No Brasil, a prostituição é legal, mas atividades relacionadas, como o gerenciamento de bordéis e o proxenetismo, são criminalizadas, caracterizando um modelo abolicionista. Esse modelo visa combater a exploração sexual, mas, segundo Federici, pode também reforçar a marginalização das trabalhadoras sexuais, ao não reconhecer plenamente seus direitos laborais e sociais. Federici argumenta que “a prostituição foi institucionalizada em bordéis administrados pelo estado” durante a transição para o capitalismo, servindo como mecanismo para disciplinar a sexualidade feminina e reforçar a divisão sexual do trabalho (Federici, 2017, p. 12).

Em contrapartida, a corrente em defesa da regulamentação da prostituição suscita intensos debates no campo feminista, envolvendo também as questões de autonomia, exploração e direitos das mulheres. Uma análise crítica e feminista sobre essa regulamentação revela perspectivas divergentes quanto aos impactos dessa medida na vida das trabalhadoras sexuais. Tal medida pode conferir direitos trabalhistas e proteção social às profissionais do sexo, reconhecendo-as como trabalhadoras e garantindo-lhes acesso a benefícios como previdência e saúde. Logo, configura-se como uma forma de assegurar direitos e melhorar as condições de trabalho das mulheres envolvidas na atividade (Amaral, 2019).

Por outro lado, há críticas que apontam que a regulamentação pode institucionalizar a exploração e perpetuar a objetificação do corpo feminino. Silva (2020) destaca que a regulamentação pode reforçar estereótipos de gênero e não aborda as causas estruturais que levam muitas mulheres à prostituição, como a pobreza e a falta de oportunidades. Além disso,

a regulamentação pode não ser suficiente para eliminar a violência e o estigma associados à prostituição. Biroli (2014) argumenta que, mesmo em contextos regulamentados, as trabalhadoras sexuais continuam enfrentando discriminação e violência, o que indica a necessidade de políticas públicas que vão além da regulamentação e promovam a igualdade de gênero e a proteção dos direitos humanos.

Diante desse cenário, torna-se evidente que no campo do feminismo e dos estudos psicossociais que tratam sobre a abolição ou regulamentação da prostituição, apontam que, sem o respaldo social de políticas públicas, ambas não promoverão proteção e direitos da cidadania. A compreensão do fenômeno prostituição é multifatorial e intersetorial, necessitando de uma compreensão nessa perspectiva. Ao referenciar a prostituição feminina, é importante considerar as estruturas de poder que sedimentam os papéis de gênero e, conseqüentemente, a divisão sexual do trabalho (Zamboni & Martins, 2020). Estudos de Graça e Gonçalves (2015) e Freitas et al. (2020) também corroboram acerca das contradições entre abolir e regulamentar e sinalizam lacunas que os estudos acerca desta temática trazem.

Apresenta-se, portanto, um paradoxo quanto à abolição e à regulamentação, no que se refere à necessidade de acolhimento e amparo para que elas possam garantir a sua subsistência de forma digna e minimizando o viés da moralidade. Tal situação ainda é utópica, pois está atrelada a mudanças sociais estruturais.

### **1.1.3 O Custo da Vulnerabilidade e das Violências na Prostituição de Rua**

A vulnerabilidade social refere-se à condição de indivíduos ou grupos expostos a riscos e adversidades que comprometem seu acesso a direitos e recursos essenciais, afetando negativamente sua qualidade de vida. Esse conceito é multidimensional, englobando fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciam a capacidade de enfrentar desafios. A vulnerabilidade social está intimamente ligada à precariedade das condições de vida, influenciando diretamente a capacidade dos indivíduos de lidar com adversidades e reforçando desigualdades preexistentes (Scott et al., (2018). Diante dessa definição, é fundamental considerar a interseccionalidade ao analisar a vulnerabilidade social. Conforme Almeida et al. (2021), mulheres, pessoas negras e populações LGBTQIA+ enfrentam formas específicas de vulnerabilidade que são agravadas por suas identidades sociais, tornando essencial uma abordagem que reconheça essas diferenças. Essa perspectiva é crucial para a formulação de políticas públicas que atendam às diversas necessidades da população.

Segundo Minayo e Gualhano (2020), a relação entre vulnerabilidade social e acesso a direitos é amplamente discutida na literatura. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação e assistência social perpetua ciclos de vulnerabilidade, afetando especialmente os grupos mais marginalizados.

Nessa perspectiva, as mulheres profissionais do sexo podem ser consideradas uma população em situação de vulnerabilidade social, uma vez que enfrentam marginalização decorrente tanto de fatores econômicos quanto de questões relacionadas à sexualidade. Villela e Monteiro (2015) destacam que a pobreza e a desigualdade de gênero atuam como elementos determinantes que frequentemente levam mulheres a recorrer à prostituição como forma de garantir sua subsistência.

Estudos no Brasil indicam que as profissionais do sexo que trabalham nas ruas enfrentam diversas formas de violência física, psicológica e institucional com maior intensidade do que aquelas que atuam em espaços controlados, como clubes ou casas noturnas. De acordo com Lima et al. (2017), a prevalência de violência física entre mulheres profissionais do sexo foi de 38,1%, sendo mais elevada entre aquelas que trabalham nas ruas, evidenciando a maior vulnerabilidade desse grupo. Considerando violência como

“o uso intencional da força física ou do poder, ameaçado ou real, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicial ou privação” (Organização Mundial da Saúde, 2002).

A violência física inclui agressões e abusos, muitas vezes perpetrados por clientes, além de casos de violência letal, que reforçam a insegurança e a precariedade dessa atividade (Meneghel, Margarites, & Ceccon, 2022).

A violência psicológica e a discriminação são constantes na vida das profissionais do sexo que atuam nas ruas. Além do risco de agressões, enfrentam humilhações e estigmatização social. Esse estigma prejudica o acesso dessas mulheres a serviços de saúde e assistência social, dificultando a busca por apoio e proteção. A marginalização das profissionais do sexo resulta em condições de trabalho adversas sem quaisquer garantias de segurança (Lima et al., 2017).

Além disso, a violência institucional, manifestada por meio de ações policiais abusivas, agrava a situação. Muitas dessas mulheres relatam experiências de violência, extorsão e abuso de poder por parte das autoridades, o que fortalece a desconfiança em relação ao sistema de proteção e reforça seu isolamento (Lima et al., 2021).

Para mitigar essas violências faz-se necessário lançar um olhar crítico. Segundo Almeida (2023), a prostituição não pode ser vista apenas como uma escolha individual, mas deve ser analisada como um fenômeno social que reflete e reforça desigualdades de gênero. A

autora enfatiza que a prostituição é uma instituição que reforça a objetificação das mulheres, servindo aos interesses masculinos e mantendo a desigualdade de gênero. Corroborando tal ideia, Federici (2017) ressalta que a violência contra as mulheres, manifestada de diversas formas, incluindo agressões físicas, abusos sexuais e violência psicológica, é uma constante na vida dessas mulheres profissionais do sexo.

Em todo esse contexto de violência vivenciada pelas profissionais do sexo, observa-se uma ausência de políticas públicas que poderiam contribuir para que elas sejam tratadas como pessoas e cidadãs. A ausência dessas ações contribui para que as mulheres prostitutas permaneçam à margem da sociedade com o estigma de serem pessoas que escolheram estar nessa situação de vulnerabilidade por vivenciarem a sexualidade de forma exacerbada, o que é um mito. Tal ideia de senso comum ratifica o poder dos clientes sobre elas, especialmente referente ao uso de seus corpos e à posse sobre eles para realizarem o que desejarem, como objetos a serem manipulados ao bel-prazer do cliente. Isso destaca a necessidade de considerar os fatores estruturais que limitam a autonomia das mulheres e perpetuam a exploração e a desigualdade (Federici, 2017; Lima et al., 2021).

#### **1.1.4 O Valor da Mulher e o Custo de Seu Corpo**

A cultura ocidental carrega inúmeros tabus acerca dos corpos e da sexualidade, isto é, compreende que essa temática deve ser restrita à intimidade entre “quatro paredes”. No entanto, a experiência da sexualidade e dos corpos se constitui socialmente e carrega consigo todas as marcas de um tempo no qual estão inseridas. A cultura estabelece os critérios do que é considerado natural, e estes não correspondem apenas aos aspectos biológicos, mas sim a um conjunto performático das identidades. No contexto ocidental, a norma se estabelece na divisão binária de gêneros e designa, nessa mesma lógica, a orientação sexual: a heterossexualidade. Todas as demais manifestações de gênero e orientação sexual que não se conformam a esses parâmetros de “naturalidade” devem permanecer à margem social.

A vivência da sexualidade se dá por meio do corpo, uma estrutura concreta, porém não rígida ou determinada como as normas estabelecidas. Afinal, o corpo carrega uma mudança contínua, seja pelas fases do desenvolvimento, seja por todas as interferências tecnológicas, adocimentos e mudanças sociais. Logo, o corpo não traz a previsibilidade das identidades e da sexualidade, mas sim a abertura para possibilidades por meio da subjetividade que o compõe (Louro, 2000).

Corroborando tal ideia, os achados científicos de Leite (2017) referem-se ao corpo físico para além de sua dimensão biológica, compreendendo-o como constituído por valores, crenças e ideologias que norteiam as relações como um todo, inclusive as sexuais, no contexto social.

Segundo Butler (2018, p. 176): “O que constitui o limite do corpo nunca é meramente material, mas a superfície, a pele, é sistematicamente significada por tabus e transgressões antecipadas.” Dessa forma, os contornos do corpo estão associados à sexualidade:

A construção de contornos corporais estáveis repousa sobre lugares fixos de permeabilidade e impermeabilidade corporais. As práticas sexuais que abrem ou fecham superfícies ou orifícios à significação erótica em ambos os contextos, homossexual e heterossexual, reinscrevem efetivamente as fronteiras do corpo em conformidade com as novas linhas culturais (Butler, 2018, p. 177).

Frente ao exposto acima, recorreremos a historiadora e teórica feminista Gerda Lerner, que desenvolve uma análise sobre o conceito de mulher “respeitável” e “não respeitável” em seu trabalho sobre patriarcado e subordinação feminina. Em sua visão, a distinção entre esses dois conceitos é construída socialmente e serve para manter e reforçar a desigualdade de gênero. Segundo Lerner, as sociedades patriarcais, historicamente, definiram normas de comportamento que delimitam o que é considerado “respeitável” para uma mulher, estabelecendo um padrão de moralidade que restringe a liberdade feminina (Lerner, 2019).

Esse padrão baseia-se em ideias de pureza sexual, obediência e submissão, qualificando as mulheres que não seguem esses valores como “não respeitáveis” ou moralmente inferiores. De acordo com Amarijo et al. (2020), a violência doméstica contra a mulher resulta de desequilíbrios no exercício de poder dentro das relações conjugais, nos quais os homens assumem o papel de dominadores e as mulheres, de oprimidas. Essa categorização não é apenas um juízo moral, mas também uma ferramenta de controle social, marginalizando e estigmatizando mulheres consideradas “não respeitáveis”, muitas vezes negando-lhes acesso a recursos e proteção social.

Essa divisão é especialmente prejudicial, pois limita a autonomia das mulheres e perpetua uma estrutura de opressão em que o comportamento feminino é constantemente julgado e regulado. Nesse contexto, a categorização de respeitabilidade se torna uma estratégia de poder que coloca as mulheres sob vigilância social, mantendo o patriarcado e os valores tradicionais que subordinam as mulheres em várias esferas da vida (Coling, 2020).

Deste modo, a sexualidade está sob o julgo da censura. Adestrar o corpo para ser parte do processo produtivo do capitalismo tem seu valor social, pois justifica-se o ajuste do corpo a fim de ser economicamente produtivo e ágil. Em contrapartida, isso não se faz sem questionamentos acerca da maneira como essa dinâmica se estabelece. Esse corpo, enquanto

produto do capitalismo, construído individualmente de forma artilosa, é compreendido por Foucault (1999) como “corpos dóceis”. O conceito de docilidade se assemelha à utilidade, e, para a formatação, são lançados muitos mecanismos disciplinares que não se concentram mais nas instituições como a Igreja, o exército ou as escolas, mas pairam sobre os indivíduos como uma névoa no ar, a ser inalada e apropriada para cada membro da sociedade. Em decorrência dessa disseminação rápida, Foucault considera essa dinâmica como a “microfísica do poder”, um processo que teve início no século XVII e perpassou os séculos subsequentes (Foucault, 1999).

Frente a esta dinâmica que rege os corpos femininos na prostituição, a “docilidade” dos corpos femininos prostituídos está a serviço do patriarcado, no qual configura-se como o ápice do exercício de poder masculino através da objetificação e desumanização das mulheres, isto é, tratar as mulheres como objetos de desejo sexual, desprovidas de autonomia e subjetividade. Essa perspectiva reduz as mulheres a meros corpos destinados à satisfação masculina, ignorando suas capacidades intelectuais e emocionais (Santos; Kurpel, 2021; Almeida, 2023). Deste modo, há uma expropriação da condição da mulher em nome da dinâmica capitalista patriarcal (Federici, 2017).

Judith Butler (2015) discute a precariedade dos corpos, ressaltando que eles são formados social e interdependentemente, e que, de certa forma, todos estão ameaçados. No entanto, ela observa que essa condição compartilhada de vulnerabilidade não leva a um reconhecimento mútuo, mas sim à exploração de grupos específicos, cujas vidas são percebidas como “não exatamente vidas”. Essas vidas são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”, ou seja, populações que podem ser descartadas ou “perdíveis” (p. 53). Assim, certos corpos são socialmente desvalorizados e marcados pela indiferença e violência, reforçando desigualdades estruturais.

Uma vida não passível de luto por sua perda reflete uma visão biológica centrada no risco de adoecimento, em que os corpos se tornam estatísticas. Em destaque, estão os corpos das mulheres profissionais do sexo, nos quais a doença carrega a chaga de impureza no imaginário social, como ocorreu na década de 1990 com o HIV e as infecções sexualmente transmissíveis, como a sífilis. Historicamente, foi atribuída às profissionais do sexo e aos homoafetivos a culpa pelo alto índice de transmissão de infecções sexuais, como o HIV, já que esses indivíduos eram caracterizados, pelos profissionais de saúde, como potenciais transmissores dessas doenças. Esses grupos de risco vêm carregados de significação moral encoberta pela temática da proteção. Entretanto, proteção a quem? Afinal, os corpos sagrados, que devem ser protegidos, são aqueles que, para parte da sociedade, cunham o amor romântico,

as relações heteronormativas e monogâmicas e os casamentos sagrados. Nessas relações prescritivas e de valor moral, o uso de preservativos passa a ser facultativo e até uma demonstração de confiança. No entanto, o corpo mercantil das profissionais do sexo é visto como um risco iminente para infecções biológicas, sobre elas recaindo o peso moral pela desconfiança do uso ou não de métodos preventivos como a camisinha.

No entanto, a prostituição não é composta somente pela mulher que oferece os serviços. O cenário é composto pelo cliente, em geral, um homem pertencente à estrutura social. Logo, esse trânsito masculino entre relações sexuais conjugais e extraconjugais não deveria ser alvo de questionamento? A não consideração desta figura na relação entre prostituta e cliente desponta como uma evidência da estrutura patriarcal que chancela o comportamento sexual masculino (Sousa et al., 2017).

As vidas “perdíveis” e o não reconhecimento das identidades sociais estão amparados na ideia de sobrevivência e competição, nas quais as mulheres que vivem da prostituição estão inseridas e socialmente significadas como estatísticas de ISTs. A relevância do presente estudo emerge quando o campo da psicologia se debruça a estudar tal tema com uma visão multidisciplinar, permitindo lançar um olhar compreensivo sobre como essas mulheres significam a própria existência enquanto cidadãs, mães, filhas, estudantes, jovens, velhas, solteiras, divorciadas, casadas, entre tantos outros papéis sociais que desempenham, além de serem profissionais do sexo. Tal investigação tem como motivação ser um recurso de combate ao estigma acerca da prostituição e, por meio do próprio encontro entre pesquisadora e participante, fomentar um espaço de autonomia para essas mulheres marginalizadas pela sociedade. Dar voz ao silêncio e dar visibilidade ao invisível é, sem dúvida, o anseio desta pesquisa.

## 2 Objetivos

### 2.1 Objetivo Geral

- O objetivo da presente pesquisa consiste em compreender o modo como as mulheres cisgênero, profissionais do sexo, constituem a imagem sobre si mesmas na sociedade e sua subjetividade, enquanto profissionais, mulheres e nos demais papéis sociais que desempenham, de modo que possam ser vistas para além da característica profissional.

### 2.2 Objetivos Específicos

- Promover um espaço de escuta atenta para que as profissionais do sexo possam falar sobre si mesmas com segurança e confiança;
- Compreender o modo como significam sua atividade laboral;
- Compreender o modo como significam o corpo;
- Compreender o modo como significam o sexo;
- Compreender quais são os direitos e deveres que exercem enquanto mulheres cidadãs;
- Compreender como significam os demais papéis sociais que desempenham além de sua profissão;
- Compreender as violências, exclusões e estigmas experienciados pelas profissionais do sexo;
- Refletir sobre como as profissionais do sexo concebem o cuidado com o corpo e a saúde mental.

## 3 Hipóteses

- As profissionais do sexo veem o próprio corpo apenas como objeto de trabalho;
- As profissionais do sexo não cuidam de forma efetiva do corpo;
- O sexo é uma prestação de serviço;
- Há uma cisão entre o profissional e o pessoal, o profissional é ocultado na vida pessoal e social;

- A forma como as profissionais do sexo vivencia o trabalho contribui para que não busquem cuidados de saúde física e mental.

#### 4 Justificativa

O tema da prostituição feminina tem sido abordado em inúmeros estudos, que estabelecem como foco dados epidemiológicos acerca das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e não ampliam as demais variáveis que circundam a condição dessa população (Barbosa et al., 2021; Ferreira & Gomes, 2023; Costa & Nascimento, 2019). Alguns estudos recentes como (Couto, et al, 2022, Souto, 2022), destacam a necessidade de aprofundar investigações sobre aspectos cruciais da vida das profissionais do sexo, incluindo cidadania, condições de trabalho, violência e relações afetivas. Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, oferecendo uma análise mais abrangente e aprofundada da realidade dessas mulheres, superando os limites do campo científico atual.

O objetivo central desta pesquisa é ampliar a compreensão sobre a existência das profissionais do sexo, para além do estigma social e das construções históricas que as marginalizam em função de sua atividade laboral. A escuta ativa de suas histórias de vida, suas perspectivas sobre o corpo e o sexo e os múltiplos papéis sociais que desempenham são fundamentais para repensar as políticas públicas direcionadas a essa população. Martins (2023) enfatiza que “políticas públicas não devem se restringir à prevenção de ISTs e AIDS; é essencial considerar a saúde integral e os direitos humanos das trabalhadoras do sexo” (p. 145). Essas mulheres, como qualquer cidadã, têm o direito de usufruir de saúde, segurança e bem-estar, mas são frequentemente impedidas de fazê-lo devido à imposição de normas morais que restringem seu acesso a cuidados integrais.

A ausência de regulamentação da profissão resulta de um impasse moral que, há anos, impede o reconhecimento social e jurídico da atividade sexual remunerada. Esse bloqueio reforça a marginalização e vulnerabilidade das profissionais do sexo, privando-as de direitos básicos e legitimidade profissional devido a questões de cunho moral. Essa análise revela a necessidade urgente de mudanças nas percepções sociais e nas políticas públicas que abordam a prostituição feminina de maneira mais abrangente (Rodrigues, 2009).

Este trabalho se compromete a abordar a prostituição feminina a partir de uma perspectiva laica e científica, buscando analisar o fenômeno social sobre esse paradigma. Ao adotar uma postura científica, espera-se contribuir para um debate mais esclarecedor ao permitir que a profissional do sexo possa ter voz sobre os aspectos que lhes incomodam e daqueles aos

quais lhes são negados. Do ponto de vista social, é importante refletir sobre o ser mulher exercendo uma profissão considerada como aquela que põe à prova os relacionamentos heteronormativos ao mesmo tempo em que permite a sua perenidade. Possibilitar a compreensão de que ser profissional do sexo é mais uma das possíveis mulheridades na instituição social.

## 5 Método

### 5.1 Fundamentação Metodológica

Considerando o objetivo deste estudo, que visa a compreender o modo como as mulheres cisgênero, profissionais do sexo, constituem a imagem sobre si mesmas na sociedade e sua subjetividade enquanto profissionais, mulheres e nos demais papéis sociais que desempenham, de modo que possam ser vistas para além da característica profissional, foi escolhido o percurso metodológico da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e de estudos de caso coletivo.

Segundo Comim (2021), a pesquisa exploratória se faz necessária quando há necessidade de ampliar os conhecimentos acerca de determinada temática por meio da investigação dos sentidos e dos fenômenos envolvidos. O caráter descritivo subsidia a compreensão acerca da vivência das profissionais do sexo, através do mapeamento das características desse grupo de mulheres por meio da investigação exploratória, garantindo dados aprofundados das participantes (Turato, 2003). Para tanto, optou-se pelo estudo de caso coletivo (Stake, 2000).

O estudo de caso se estabelece como uma das principais metodologias no campo das pesquisas qualitativas, por abranger a observação do contexto escolhido, dos indivíduos envolvidos e das situações e documentações pertinentes. Conforme apontam Bogdan e Biklen (2016), essa abordagem permite ao pesquisador realizar recortes temáticos ao longo do processo, de acordo com os objetivos e a relevância dos dados coletados. O estudo de caso inicia-se com a definição da temática e dos objetivos de pesquisa, seguidos pela avaliação da viabilidade e pertinência da proposta. Com isso, são selecionados os aspectos a serem explorados em profundidade, além das estratégias metodológicas a serem empregadas. A partir dessa instrumentalização, a coleta de dados se direciona para sujeitos e temas específicos, configurando o recorte temático da pesquisa (Bogdan & Biklen, 2016). Dessa forma, o estudo de caso proporciona uma exploração detalhada e contextualizada do fenômeno em análise.

Para Stake (2000), eleger o estudo de caso coletivo tem como objetivo a investigação de um fenômeno, de algo peculiar a determinada população ou condição compartilhada entre os participantes. Embora o objetivo seja o mapeamento de aspectos em comum, o estudo pode despontar para similaridades, diferenças, repetições ou outras variáveis que podem aparecer no contexto externo ou na dinâmica interna do grupo em questão.

A pesquisa qualitativa tem como ponto de partida a experiência do ser humano que será o depoente, sua relação com o espaço que o circunda, e cabe ao pesquisador compreender a vivência do sujeito. Como aponta Minayo (2012):

A vivência de cada um sobre o mesmo episódio é única e depende de sua personalidade, de sua biografia e de sua participação na história. Embora pessoal, toda vivência tem como suporte os ingredientes do coletivo em que o sujeito vive e as condições em que ela ocorre (p. 622).

Compilando os autores acima, é possível compreender que a metodologia qualitativa possibilitou uma aproximação com as participantes, de forma que a singularidade de cada uma fosse contemplada.

## **5.2 Participantes**

Participaram deste estudo cinco mulheres, respeitando os seguintes critérios de inclusão: mulheres cisgênero, autodenominadas profissionais do sexo, que desempenham sua atividade laboral em uma cidade do interior do estado de São Paulo, com idade acima de 18 anos. Os critérios de exclusão foram: mulheres transgênero (visto que a extensão do presente estudo não abarca a complexidade e peculiaridade dessa população), mulheres que não realizam seu trabalho nessa cidade do interior do estado de São Paulo, menores de 18 anos e aquelas que não concordassem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e não o assinassem.

## **5.3 Instrumentos**

A entrevista configura-se como um instrumento central nas pesquisas qualitativas por proporcionar um diálogo direcionado entre pesquisador e participante, oportunizando o acesso à subjetividade do sujeito, permeada por suas crenças e valores, que constituem o modo como observa e analisa seu entorno ou a situação que a pesquisa está investigando. A presença do pesquisador é parte desse processo, e sua postura deve ser ativa, por meio de uma escuta atenta, para que possa fazer questionamentos que aprofundem os temas abordados (Batista et al., 2017).

A entrevista semiestrutura, utilizada nessa pesquisa, requer a construção de um roteiro que se dá a partir dos temas pertinentes ao objetivo da pesquisa, sendo disparadores previamente delineados pelo pesquisador. Isso permite que, no contato com o participante, o pesquisador tenha a flexibilidade de inserir novos questionamentos, ampliando a compreensão da narrativa, sem perder a coerência com o recorte estabelecido para a pesquisa (Minayo, 2014).

O roteiro da entrevista semiestruturada utilizado na presente pesquisa encontra-se no Apêndice 1. A elaboração das perguntas e sua disposição tiveram o objetivo de possibilitar que as mulheres acessassem o modo como se percebem no desempenho de seus papéis sociais, além dos aspectos relacionados à saúde mental, por meio da forma como falam de si mesmas e suas características, ou seja, sua autopercepção. Em seguida, foi abordada a relação que a profissional do sexo estabelece com seu corpo e sua sexualidade, o significado do sexo e do prazer para ela. Na sequência, questionou-se sobre a identidade profissional, como elas significam sua profissão e a percepção dos outros sobre sua realidade. A partir desses questionamentos, foram exploradas as violências às quais estão expostas, as condições de trabalho, bem como o consumo ou não de drogas lícitas ou ilícitas ao realizar o trabalho de prostituição. Segundo Macedo e Carrasco (2005), as perguntas devem ser livres de julgamentos morais, religiosos e pressupostos que possam inclinar as respostas para determinado posicionamento, além de serem elaboradas com linguagem adequada ao público-alvo, prezando pela clareza e pelo objetivo de serem disparadores temáticos para a pesquisa, permitindo a autodescrição e o relato de fatos biográficos, atrelados às crenças e valores.

O segundo instrumento de coleta de dados foi o Procedimento de Desenho-Estória com Tema (PDE-Tema), desenvolvido por Trinca partir do Procedimento de Desenhos-Estórias de Trinca (1976) e utilizado por Aiello-Vaisberg (2017a). O desenho-estória com tema apresenta-se como um recurso lúdico, capaz de auxiliar na investigação dos imaginários coletivos, além de promover no participante o contato com suas atividades imaginativas associadas ao tema proposto (Visitin et al., 2023).

Segundo Aiello-Vaisberg (2017), o PDE-Tema consiste em uma técnica projetiva que tem como objetivo ser um elemento disparador para a compreensão de conteúdos internos, sem, no entanto, desassociar-se do contexto no qual os participantes estão inseridos. Segundo Aiello-Vaisberg (2017, p. 51): “O conjunto das numerosas pesquisas sobre imaginários coletivos que realizamos indica com clareza a profunda relação entre realidade social e o sofrimento emocional das personalidades coletivas e individuais”.

A aplicação PDE-T foi realizada individualmente, e, para a execução, a pesquisadora disponibilizou como material: papel ofício branco tamanho A4, caixa de lápis de cor com 12 cores, lápis grafite e borracha. Ao disponibilizar o material, a pesquisadora explicou ao participante como fazer a atividade, que consiste em: realizar o desenho a partir do tema, construir verbalmente uma estória referente ao desenho e atribuir um título à estória (Porcino et al., 2022). Na presente pesquisa, foi solicitado às participantes: “Represente uma profissional do sexo”, e o procedimento descrito acima foi realizado.

O terceiro instrumento de coleta de dados foi o diário de campo, que, como o próprio nome sugere, serve para registrar tudo o que foi captado como instigante, interessante ou inquietante pela pesquisadora. Por meio desse instrumento, o pesquisador pode realizar a junção entre as referências bibliográficas e as vivências empíricas, contribuindo para a construção de novos conhecimentos acerca de determinado tema. Em consonância com a metodologia exploratória, o diário de campo se alinha ao objetivo das pesquisas qualitativas, nas quais, através do afastamento do fenômeno observado, são realizadas anotações que subsidiam a descrição das experiências empíricas vivenciadas pelo pesquisador e pelos participantes (Kroef et al., 2020).

Tal instrumento mostra-se imprescindível na contextualização do espaço, tempo e dinâmica entre pesquisadora e participante ao longo da coleta de dados. Detalhes como expressões faciais, vestimentas, odores, condição do espaço de trabalho, sons do ambiente e a presença de outras pessoas foram observados. Esses aspectos, ao serem registrados, denotam a atenção da pesquisadora durante a coleta de dados, sendo um complemento importante na análise quando associados aos demais resultados, ampliando assim a compreensão dos fenômenos em questão (Kroef et al., 2020).

## **5.4 Procedimentos**

### **5.4.1 Procedimento de Coleta de Dados**

O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Paulista (UNIP), CAAE nº 70090723.4.0000.5512, através do parecer consubstanciado de nº 6.276.076, em 01 de setembro de 2023.

No momento do recrutamento das participantes, foi solicitado o apoio de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) da cidade do interior do estado de São Paulo, que consiste em um núcleo de apoio feminista com o propósito de estimular e desenvolver atividades de promoção humana, social, cultural e educacional para as profissionais do sexo, a população LGBTQIA+, e pessoas que vivem com HIV/AIDS. A OSC foi fundada em 2000 e, devido ao seu longo tempo de atuação e inserção nos espaços de trabalho das profissionais do sexo, mostrou-se consonante com o objetivo desta pesquisa. Após o aceite de colaboração, a pesquisadora foi até a região central da cidade acompanhada pela presidente da OSC, para conhecer a área de concentração da prostituição de rua e auxiliar na ação de entrega de kits de preservativos feminino, masculino e lubrificantes, com o objetivo de se aproximar das

trabalhadoras do sexo assistidas pela OSC, observando também o ambiente de trabalho. Foram realizadas três visitas com esse propósito.

Embora o objetivo da observação tenha sido atingido, a aproximação não obteve êxito, pois, após a apresentação da proposta de pesquisa a cinco mulheres que atendiam aos critérios de inclusão, estas forneceram contato telefônico e assinaram o TCLE, mas não compareceram na data e local agendados para a realização da entrevista e do Desenho-Estória Temático.

Em um segundo momento, a pesquisadora retornou à região central da cidade com uma nova estratégia de coleta de dados. A proposta de pesquisa foi apresentada e, às que aceitavam, foi solicitado que assinassem o TCLE. Em seguida, as entrevistas (roteiro no Apêndice 1) e o Desenho-Estória Temático “Represente uma profissional do sexo” foram realizados. Essa forma recrutamento e coleta de dados foi mais efetiva e se repetiu outro dia, sendo possível a realização da pesquisa com cinco mulheres participantes.

#### **5.4.1.1 Descrição do Ambiente de Coleta de Dados**

O encontro individual com três das participantes (Bianca, Rose, Marcela)<sup>1</sup> foi no dia 10 de janeiro de 2024, no período da tarde, tendo início às 14 horas, um dia de muito sol e calor intenso. As entrevistas foram realizadas no canto interno de um bar localizado na região central de Ribeirão Preto, local onde as profissionais do sexo trabalham. A estrutura do local é de arquitetura antiga, com marcas de desgastes do tempo, paredes de tinta descascadas e faixa empoeirada pela exposição às intempéries do tempo e do clima. O estabelecimento tem mesas de sinuca, e a iluminação e ventilação são precárias. Na ocasião das entrevistas, nos acomodamos em uma mesa plástica de cor vermelha, próximo aos sanitários do bar. Embora fosse um local mais reservado, havia circulação de pessoas, barulho e conversas, o que impediu a privacidade plena para a realização da pesquisa. As participantes escolheram este local para a realização da entrevista, embora tenha sido ofertado pela pesquisadora um local de maior privacidade.

A entrevista com a participante Mirela ocorreu no mesmo dia que as demais entrevistas, em um local próximo ao bar descrito anteriormente, uma hospedaria de fachada estreita, com letreiro antigo e ilegível. Ao adentrar o portão, há um corredor estreito, sem iluminação, que desemboca em uma sala, pouco iluminada, com um sofá em formato de “L” na cor preta, onde nos acomodamos para a entrevista. Ao lado da sala, há um corredor com vários quartos que são

---

<sup>1</sup> Nomes fictícios

alugados por hora. O prédio está em condições precárias de preservação, a pintura interna e externa está suja e descascada, e os quartos estão pintados na cor cinza claro, com mau estado de preservação. O piso do chão é vermelho, o local exala cheiro de água sanitária, e havia uma funcionária realizando a limpeza do chão no momento da entrevista. A sala onde ficamos era local de passagem das profissionais do sexo com seus clientes. Durante nossa conversa, houve movimentações de pessoas, mas a participante sinalizou não ser um incômodo.

O encontro com a participante Maria foi agendado previamente para o dia 31 de janeiro de 2024, e a pesquisadora sugeriu que a entrevista fosse realizada na área de conveniência de um posto de combustível localizado na região central de Ribeirão Preto, próximo às ruas que são pontos de prostituição. A sugestão se deu porque, anteriormente, no encontro com as demais participantes, a pesquisadora notou o incômodo dos clientes que frequentam o bar e a hospedaria através de comentários direcionados às profissionais do sexo, sugerindo que o sigilo da pesquisa não seria respeitado e que imagens estavam sendo coletadas. As próprias participantes explicaram a esses homens que somente suas falas estavam sendo gravadas e suas identidades seriam preservadas, conforme prevê o TCLE.

#### **5.4.2 Procedimento de Análise dos Dados**

Após cada um dos procedimentos descritos acima, todos os dados que foram gravados na ocasião da coleta foram transcritos na íntegra, preconizando a fidedignidade. As entrevistas e desenhos com contação de história foram analisados qualitativamente, conforme definidos após as entrevistas.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, as informações fornecidas foram entrelaçadas com a subjetividade dos indivíduos em estudo, respeitando a fidelidade das falas das entrevistadas, considerando o significado que cada uma estabeleceu (Turato, 2003).

Esse material foi submetido à análise temática, de acordo com Minayo (2012), que visa ultrapassar o alcance descritivo da mensagem e os conteúdos manifestos até atingir os conteúdos latentes, mediante a inferência e uma interpretação mais profunda dos fenômenos apresentados.

Os dados foram organizados em categorias e subcategorias, levando-se em conta a variedade e regularidade das respostas e os padrões convergentes de conteúdo dos relatos.

Para tanto foram seguidos os passos metodológicos recomendados pela literatura, segundo Minayo (2012): 1. Pré-análise (leituras flutuantes e exaustivas, organização do material e sistematização de ideias e eixos estruturantes que constituíram o corpus da análise); 2.

Exploração do material (categorização de dados, expressões ou palavras significativas em unidades de registros, a partir da similaridade dos conteúdos); 3. Tratamento dos dados obtidos e interpretação (tratamento de dados e interpretações dos significados dos conteúdos temáticos com base no referencial teórico assumido pela pesquisadora, podendo também abrir caminhos para novas dimensões teóricas e interpretativas).

## **5.5 Considerações Éticas**

As mulheres participantes da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo 1), garantindo que estavam cientes dos objetivos do projeto e do uso dos dados para fins científicos e de publicação. Todos os dados coletados foram arquivados de acordo com as diretrizes éticas e regulatórias vigentes, sendo armazenados em um local seguro por um período de cinco anos a partir da data de conclusão da pesquisa. Além disso, as gravações e transcrições das entrevistas, assim como os desenhos-estória-temáticos, serão mantidos em sigilo durante o mesmo período. Para preservar a identidade das participantes, foi-lhes oferecida a oportunidade de escolher pseudônimos no momento das entrevistas, garantindo o respeito à sua privacidade.

A realização de pesquisas envolvendo seres humanos é regulamentada pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme as Resoluções nº 466/12 (Brasil, 2012) e nº 510/16 (Brasil, 2016). Essas normas determinam que os pesquisadores devem esclarecer aos participantes o caráter voluntário da participação, além de garantir que eles possam, a qualquer momento e sem prejuízo, desistir do estudo, caso desejem. É importante ressaltar que, conforme a legislação que regulamenta pesquisas com seres humanos, todos os estudos empíricos envolvendo participantes devem ser submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da instituição, sendo a coleta de dados autorizada somente após a aprovação do CEP.

O Conselho Nacional de Saúde estabelece que qualquer pesquisa com seres humanos deve levar em consideração os riscos e benefícios para os participantes, exigindo medidas rigorosas de cuidado e atenção. No caso deste estudo, o projeto foi avaliado como de risco mínimo, uma vez que as entrevistas, embora pudessem causar constrangimento ou desconforto em alguns momentos, não apresentaram outros riscos significativos. Para minimizar esses possíveis desconfortos, as entrevistas foram realizadas em locais que garantiam o sigilo das informações. Além disso, foi adotada uma série de medidas éticas, incluindo a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que detalha questões sobre sigilo, autonomia dos participantes e esclarecimento de dúvidas. Também foi reforçado que as participantes poderiam

interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem que isso acarretasse prejuízos para nenhuma das partes envolvidas. Nenhuma das participantes relatou desconforto significativo, o que tornou desnecessário qualquer encaminhamento adicional.

A participação nessa pesquisa proporcionou às mulheres um espaço seguro para expressarem seus sentimentos e refletirem sobre questões pessoais e sociais, contribuindo para a compreensão das significações de temas importantes abordados no recorte da pesquisa. Por fim, vale ressaltar que todos os procedimentos realizados seguiram rigorosamente a Lei nº13.709, de 14 de agosto de 2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), assegurando o cumprimento das normas de privacidade e segurança dos dados.

## 6 Resultados

Os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas, somados à realização do desenho-estória-temático, bem como às observações registradas no diário de campo, serão apresentados em categorias temáticas, acompanhados da história de cada participante.

Conforme descrito nas “Considerações Éticas”, os nomes utilizados para cada participante são pseudônimos, a fim de preservar a identidade das mulheres. A escolha dos nomes foi feita a cada profissional do sexo no momento da entrevista com a pesquisadora.

No Quadro 1, apresenta-se a síntese da história geral de cada participante, incluindo aspectos sociodemográficos, bem como as características físicas observadas pela pesquisadora e as vestimentas utilizadas, considerando que a pesquisa foi realizada em um dia de trabalho das participantes.

**Quadro 1** – Aspectos sociodemográficos das participantes

<b>Participantes</b>	<b>Síntese Geral</b>
Marcela	Marcela é uma mulher de pele preta, com 43 anos de idade, não apresenta sobrepeso, com cabelos alisados até os ombros e aparentes lentes de contato de cor verde. Baiana, reside na cidade há aproximadamente 20 anos e atua como profissional do sexo há 12 anos. Na ocasião da entrevista, estava vestindo um short jeans curto e uma blusa justa de malha com alças finas na cor branca. Marcela demonstrou desconfiança em conceder a entrevista, mas aceitou por estar presente no mesmo bar quando entrevistei Bianca e Rose, observando o movimento à distância. Após o relato de Bianca sobre a tranquilidade e a confiabilidade da minha proposta, ela aceitou participar. No entanto, fomos interrompidas por um homem que alegou que um cliente a aguardava. Marcela não retornou para continuar a coleta de dados, sendo considerada desistente. Os dados fornecidos por ela não serão considerados na análise.
Bianca	Bianca é uma mulher de pele branca, com 41 anos de idade, que aparenta estar com sobrepeso, e possui cabelos pretos até os ombros. Na ocasião da entrevista, estava vestida com uma blusa de malha sem decote, calça jeans e tênis. Relata ser natural de São José dos Campos, interior de São Paulo, e reside na cidade atual há 20 anos. Sua fonte de renda atual é a prostituição, apesar de tentativas fracassadas de deixar a profissão. Em relação à escolaridade, tem Ensino Médio completo.
Rose	Rose é uma mulher de pele branca, com 46 anos de idade, magra, com cabelos encaracolados castanho-escuros, cortados acima dos ombros. Na ocasião da entrevista, ela usava batom rosa-escuro, calça legging preta justa, uma blusa sem mangas e justa acima do umbigo, além de sapatos fechados sem salto. A participante é natural de São Sebastião do Paraíso e reside na cidade há 1 ano; anteriormente, morava em Altinópolis. A renda familiar é de sua inteira responsabilidade e provém da prostituição. Atualmente, está cursando o EJA (Educação de Jovens e Adultos). Rose tem cursos na área de cabeleireiro e maquiagem, já trabalhou de forma autônoma e tem o desejo de cursar Direito e se tornar promotora.
Mirela	Mirela é uma mulher de pele preta, com 24 anos de idade, com cabelos crespos na altura das orelhas. Na ocasião da entrevista, ela vestia um short jeans, uma

	blusa cropped preta, sandálias rasteiras, batom na cor salmão e carregava uma pequena bolsa. Sua cidade natal é o Rio de Janeiro, e ela reside na atual cidade há 5 anos. É integralmente responsável pelos gastos domésticos, sendo sua principal fonte de renda a prostituição. Em relação à escolaridade, tem Ensino Fundamental incompleto. Mirela foi receptiva e se mostrou aberta a contribuir com a pesquisa.
Maria	Maria é uma mulher de pele preta, de 28 anos de idade, com cabelos longos alisados, natural do Rio de Janeiro e é irmã da participante Mirela, que intermediou o contato entre ela e a pesquisadora. Na ocasião da entrevista, Maria estava usando um vestido preto de malha justo, de alças finas e uma fenda lateral no comprimento, com uma sandália rasteira. Estava maquiada com sombra na cor azul e batom na cor vermelha. Maria tem cursos profissionalizantes na área de confeitaria. A participante havia chegado no dia anterior à cidade.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, é possível observar que, das cinco participantes, três têm entre 40 e 50 anos; três têm pele preta; três são separadas; quatro têm filhos e exercem a profissão há mais de 10 anos. Quanto à escolaridade, duas têm Ensino Médio completo, um Ensino Médio incompleto, uma tem Ensino Fundamental incompleto e uma participante não declarou sua escolaridade. A cidade natal de todas as participantes é diferente daquela em que atualmente trabalham.

No Quadro 2 serão apresentados os dados referentes ao trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer da participante Bianca.

**Quadro 2** – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer da participante Bianca

<b>Participantes</b>	<b>Síntese</b>
Trabalho	Sente-se cansada de exercer sua profissão e relaciona seu trabalho apenas com a necessidade financeira. Para executar as solicitações dos clientes, recorre ao uso excessivo de álcool e substâncias psicoativas. Já desempenhou outras atividades profissionais (auxiliar de limpeza e atendente em loja de departamentos), mas encontrou dificuldades em cumprir a carga horária, demonstrou insubordinação e teve dificuldades em permanecer em locais fechados. Entretanto, sinaliza o desejo de trabalhar na recepção de uma funerária, por entender que esse ambiente seria mais calmo e “cinza”.
Conjugabilidade e maternidade	Esteve em um relacionamento estável que durou cerca de 8 anos. Ela conheceu seu companheiro no contexto de seu trabalho. O envolvimento com o cliente ocorreu pelo desejo de sair da profissão, justificando sua vontade pela necessidade afetiva em uma troca bilateral. Bianca relata que o sentimento de paixão não foi suficiente para garantir a continuidade da relação e buscou na gestação uma estratégia para manter o relacionamento, mas a relação não se sustentou e chegou ao fim. Seu filho, atualmente com 17 anos de idade, tem mostrado independência emocional e financeira, o que traz sentimentos de angústia e tristeza para Bianca. Ela relata que não contou ao filho sobre sua identidade profissional.

Corpo	Demonstra insatisfação com sua imagem corporal, relatando sentir vergonha de seu corpo por ter engordado e envelhecido.
Sexo e prazer	O sexo é significado negativamente, sendo considerado um ato meramente orgânico, por meio do qual obtém recursos financeiros. Estabelece limites para ser tocada como forma de proteção afetiva e emocional. O prazer é desvinculado do sexo com o outro e atribuído ao auto toque e a situações cotidianas.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Através do Quadro 2, pode-se observar que Bianca gostaria de exercer outra atividade profissional. Ela fez algumas tentativas, mas não se adequou ao formato de trabalho com cumprimento de carga horária e permanência em locais fechados. Sinaliza que os atendimentos na prostituição só são possíveis sob o efeito de psicoativos e álcool. Bianca não comunicou ao seu filho sobre sua profissão e diz viver duas personalidades: enquanto mãe, sua vida pessoal é marcada pela discrição, enquanto sua identidade profissional é extrovertida, pois gosta de “aventuras”.

Quanto ao corpo, Bianca expressa insatisfação com sua imagem corporal. Ela sente vergonha do próprio corpo, resultado das mudanças trazidas pelo envelhecimento e pelo ganho de peso. Essa relação negativa com o corpo impacta sua autoestima e reforça sentimentos de inadequação. O sexo, para ela, tem conotação mercantil e está dissociado do prazer; relata que os momentos cotidianos são sua verdadeira fonte de prazer.

**Figura 1** – Desenho-estória-temático (DET) da Bianca. Título: Era uma vez



Fonte: elaborado pela participante Bianca, fotografado pela autora (2024).

.... *Era Uma Vez...Hum, não sei... Então é uma pessoa que... É uma pessoa que trabalha disfarçada, digamos assim. Uma pessoa precisa se montar porque eu imagino assim, né? Esse cabelo louro é uma, é uma peruca... eu fiz pensando mais em mim mesma, pensando em você ser uma pessoa mais retraída que está ali, né? Para trabalhar, mas está com, com receio, com vergonha... É um conjunto de todas as pessoas que conheci nessa vida. É um pouquinho de cada uma. É aquela que gosta de ser mais, não ultrapassa. Lugar, né? Gosta de ser mais atraente? Usar uma roupinha, mais coisa que eu não usaria é tipo assim, eu já usaria uma peruca para me disfarçar assim? Esse, essa bocona, esse olho, assim mais pelas travestis, mas que é mais exagerado na maquiagem. Eu acho legal, depende do ambiente, né? Depende do local. Eu acho. Eu gostaria de ser mais assim, eu não faço pelo meu filho, né? É como eu vou sair de casa toda maquiada, com sol quente, não tem como. Ah, não consigo inventar uma história... um pouquinho de tudo... (Bianca, 41 anos).*

No desenho-estória-temático, Bianca traz os aspectos da vida dupla que leva. Para exercer a profissão, precisa lançar mão de vários subterfúgios estéticos para performar sensualidade. Bianca justifica que não se “monta” em casa porque sua identidade profissional seria desvelada para seu filho.

Assim, revela as complexidades da vida de Bianca, que enfrenta desafios relacionados ao estigma de sua profissão, ao papel social como mãe e mulher e às dificuldades em encontrar prazer e satisfação em aspectos essenciais de sua vida.

No Quadro 3, serão apresentados os dados referentes ao trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Rose.

**Quadro 3** – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Rose

Trabalho	A prostituição foi a possibilidade encontrada após sua separação conjugal para a obtenção de recursos financeiros. Relata falta de oportunidades devido a pendências judiciais, trabalhou de forma autônoma como cabeleireira e maquiadora, mas não deu continuidade devido à pandemia da covid-19.
Conjugabilidade e maternidade	Teve um casamento de 16 anos e teve quatro filhos dessa relação, que têm idades de 27, 26, 23 e 17 anos. Ao final da relação, teve uma filha que atualmente tem 11 anos, de pai desconhecido. Atualmente se denomina casada há 2 anos e mora em casas separadas com os custos domésticos separados. Casou-se com a expectativa de sair da prostituição, mas isso não se consolidou. Seus filhos de 11 e 17 anos de idade não sabem de sua identidade profissional. Além disso, relata angústia na possibilidade de ser desvelada e rejeitada por sua filha de 11 anos.
Corpo	Verbaliza cuidar de seu corpo e estar satisfeita com ele, mas entende que a maternidade alterou sua imagem corporal. Verbaliza ir contra a moral religiosa por vender seu corpo.
Sexo e prazer	Traz relatos de fetiches solicitados por seus clientes que envolvem a temática da maternidade e o papel de gênero feminino, o qual afeta sua moral religiosa e sua condição mental.

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).

**Figura 2** – Desenho-estória-temático (DET) da Rose. Título: A imagem de uma prostituta



Fonte: elaborado pela participante Rose, fotografado pela autora (2024).

*A história desse desenho aqui é a imagem que eu tenho em minha mente quando eu tinha mais ou menos 7 ou 8 anos que se falava em prostituta, era a imagem que eu tinha. Era dessa mulher, que nunca saiu da minha mente, sabe? Era uma mulher vestida assim. Não era uma mulher vestida vulgar. E eu lembro de uma reunião, enfim, meus pais, éramos em 10 irmãos. Meus pais sempre se sentavam para contar história para a gente e determinado dia ele reuniu todos os irmãos sentados assim no chão da casa. A gente morava em uma casa simples, na fazenda, e ele perguntou, ele perguntava, é o que é que você quer ser? Quando crescer? Perguntava a todos os irmãos: espera aí, um de cada vez, falavam de cada vez, aí meus irmãos falavam: “Ai, eu quero ser caminhoneiro!” O outro levantava a mão: “Ai pai eu quero ser médico!” Mas não foi só .... era só uma coisa de criança. O outro ali: “Ai eu quero ser eletricitista!” Não lembro bem o que falava, só um exemplo, e eu com 8 anos, eu levantei a mão: “Ai quando crescer eu quero ser prostituta”, eu levei um tapa na boca tão grande que eu tinha um dente mole, arrancou no tapa do meu pai. “Que que é isso que você quer ser, menina? Você está louca?!” e me deu um tapa na mão, eu saí chorando para o quarto, mas na minha cabeça prostituta não era uma coisa ruim. Eu não sabia o que era, só me vinha a imagem dessa mulher, era uma mulher bem-vestida, de terninho e isso é um terninho! Parece, mas não tem nada a*

*ver. Era uma mulher bem-vestida e que trabalhava no escritório e coisa assim não era uma mulher que vendia o corpo, nem sabia o que era vender corpo. Sempre que falava nessa palavra, a gente via muita televisão na época. Assim que nem, a gente usava essa palavra. Quando eu ouvia e mexia conversando com a minha mãe, falava muito também, né? E criticava muito prostituta, minha família, minha mãe. Tanto é, minha mãe é uma das piores, criticava mais ainda e sempre que falava nisso e eu falava, eu quero ser prostituta, só que eu nunca perguntei para ninguém o que era, eu sempre falava, eu quero ser, mas nunca sabia o que era. Então depois de ter passado o tempo, tudo que eu fui entendendo o que era, o que é uma prostituta, que eu me vi o jeito que ela se vestia e nossa é totalmente diferente do que eu pensava, é a imagem que eu tenho na cabeça e eu acho que sabe, é essa, desse jeito que eu quero me ver vestida futuramente, vestida dessas formas apesar de eu não gostar de roupa vulgar, sendo mulher de programa, estou assim, mas não gosto de ser vulgar, não gosto de andar mostrando o corpo totalmente eu gosto eu aqui, então assim não é legging e é o que eu fico assim, mas fora daqui, eu gosto de me vestir socialmente. Eu gosto de roupa social, eu gosto de roupa que me deixa mais com cara de, sabe, de coroa mesmo, né? Eu não ligo, sabe? Mas que me deixa com cara de mulher séria. E a vida é um mistério, né? É muito, a vida é um mistério. Se você, se você for parar pra conversar, é muito. É muito interessante. É muito, muito interessante. Eu leio muito também. Gosto muito de ler, sabe? Eu aprendo muito lendo também. E ontem mesmo eu li um trecho em um livro que diz que, quando você pede para ter um jogo é, não tinha um determinado homem que pedia para Deus um presente e esse homem pediu a Deus, Deus me deu um presente especial. Deus deu pra ele um espinho e ele disse assim: “Deus, eu te pedi um presente especial, e você, sendo Deus, me dá um espinho? Um espinho? Eu vou me machucar”, aí Deus fala para ele assim: “Que sim, você vai se machucar, você vai ter que saber lidar com os espinhos, você tem que aprender a lidar, você vai se machucar sim, eu não disse que seria fácil, eu vou te dar um presente assim de mão beijada, o que você quer? O que você quer? Você tem que conquistar, vai ter, vai ter espinho, vai ter obstáculo, vai ter muito esforço, aí depende de você, você vai ou você desiste no meio do caminho, muito interessante. Tipo essa é minha história, essa mulher vestida de terninho, torta, ela tem que estar, pisa no chão, né? Porque tem que estar firme, né? Como que eu... Tem que tá no chão porque sem chão não dá pra ficar, né? (Rose, 46 anos)*

Considerando as informações fornecidas por Rose e sua produção no desenho-estória-temático, observa-se que ela demonstra um anseio por reconhecimento social por meio dos estudos, expressando o desejo de cursar Direito. Apesar de ter feito movimentos para exercer

outra atividade, ela relata não entender o motivo de sempre retornar à prostituição. Ao longo de sua fala, Rose menciona pontos positivos, como a obtenção de independência financeira pela rapidez com que consegue os recursos e pelo valor ser mais significativo em comparação a um trabalho formal. Além disso, ela destaca que suas experiências na prostituição podem ajudá-la a auxiliar outras pessoas no campo do direito criminal. Entre os aspectos negativos da profissão, Rose menciona a possibilidade de faltar clientes, o fato de “vender seu corpo” e as solicitações para realizar fetiches que ela considera nojentos, os quais impactam negativamente sua saúde mental. Seu discurso também revela marcadores de performance de gênero dentro de uma estrutura patriarcal, além de apresentar sentimento de culpa por trabalhar com prostituição, especialmente em razão da postura contrária às normas cristãs, algo que se torna evidente em sua relação com a filha mais nova.

Rose relata a angústia de não contar a verdade à filha sobre a identidade desconhecida do pai, já que a criança foi gerada no contexto da prostituição. Em seu desenho-estória-temático, Rose aborda a violência vivida durante a infância, mencionando um episódio em que foi agredida por seu pai ao verbalizar o desejo de ser uma prostituta, sem entender o significado da palavra. Ela relata que esse episódio a marcou profundamente.

No Quadro 4, serão apresentados os dados referentes ao trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Mirela.

**Quadro 4** – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Mirela

Trabalho	Exerce a profissão desde os 15 anos de idade, oculta a identidade profissional como meio de proteção contra os preconceitos e estigmas sociais. Teve experiências em outras atividades como auxiliar de limpeza. Sente vergonha e culpa por ser profissional do sexo e ferir as crenças religiosas; expressa o desejo de exercer outra atividade que lhe dê retorno financeiro.
Conjugabilidade e maternidade	Separada há 6 meses, estava em situação de violência doméstica; tem um filho de 2 anos de idade e vê a maternidade como um papel positivo e um recurso para lidar com a solidão. No momento, não está se relacionando amorosamente.
Corpo	A participante verbaliza achar seu corpo mais bonito antes da gravidez e associa a beleza às roupas sensuais porque tem preferência em usar, pois tinha seios duros, cintura fina e cabelo comprido, mas prefere ter seu filho e sustentar as mudanças corporais trazidas pela gestação.
Sexo e prazer	Verbaliza ser o sexo um trauma na experiência profissional; não tem relações sexuais em sua vida pessoal. Prazer desvinculado do sexo e associado a situações cotidianas.

Fonte: elaborado pela autora (2024).

**Figura 3** – Desenho-estória-temático (DET) da Mirela. Título: A história de Geninha



Fonte: elaborado pela participante Mirela, fotografado pela autora (2024).

*Tipo assim.... antes de eu conhecer tudo isso que eu conheço hoje, entendeu? É... eu com 11 anos, ainda estudava, essa daqui vou mudar... Eu com 11 anos, eu estudei, aqui no Rio de Janeiro, vou até escrever aqui no... é lá onde que eu moro... aqui é lá na minha rua, porque minha rua lá é de barro, tem morro, entendeu? Aí eu vou escrever atrás para ficar melhor o endereço direitinho. Eu só me desenhei para mostrar onde eu morava... nessa época que eu era feliz, eu não me preocupava com nada... eu era feliz desse jeito, e eu ainda achava que não era, né? E a avó perto de mim é que eu não era sozinha, tinha alguém, né? É hoje eu estou sozinha..., mas assim é, ou é tipo assim, ela não está comigo hoje, mas ela está no meu pensamento, ela sempre está.*

*Todo dia. Eu lembro da minha avó... nessa época eu não tinha maldade nenhuma... Ah, hoje eu tenho uma mente bem mais avançada do que antigamente, né? (Mirela, 24 anos)*

Considerando as informações de Mirela, seu ingresso na prostituição ocorreu durante a adolescência, motivada pela necessidade de obter recursos financeiros para suprir sua alimentação. Sua rede de apoio era sua avó e, após o falecimento dela, Mirela relata sentir-se sozinha. Ela sente vergonha de sua profissão por ir contra os preceitos religiosos ensinados por sua avó. O desenho-estória-temático retrata sua infância, período que ela considera feliz e “sem

maldade”, atributos que associa à presença da avó e ao fato de ser criança. Como mulher e profissional do sexo, Mirela se vê como alguém que possui “maldade”.

Em sua entrevista, Mirela relata situações de violência sofridas em sua relação conjugal, da qual se separou há seis meses, bem como violências relacionadas ao trabalho, como a recusa de pagamento pelos serviços sexuais por parte de alguns clientes.

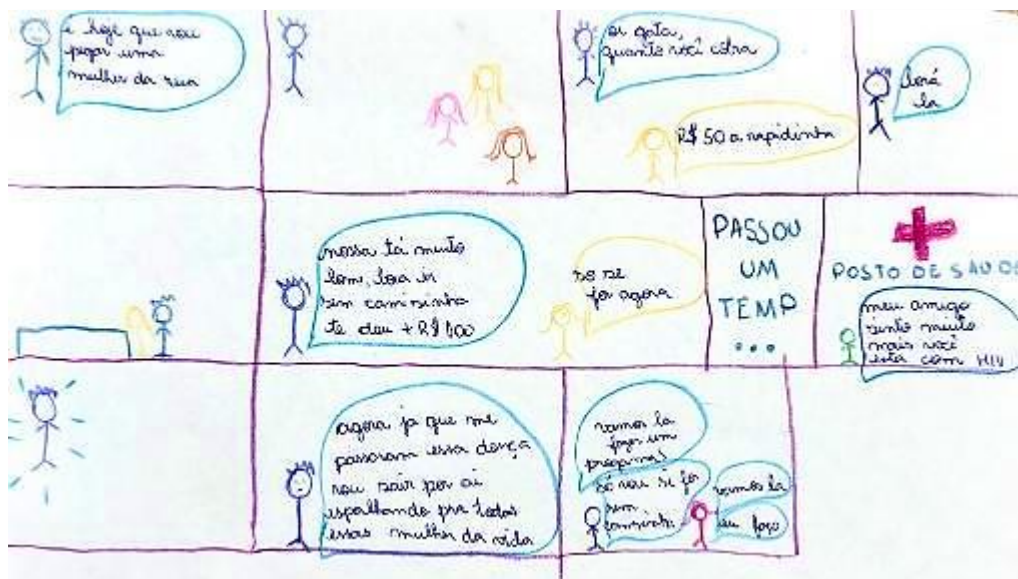
No Quadro 5, serão apresentados os dados referentes ao trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer da participante Maria.

**Quadro 5** – Dados sobre trabalho, conjugabilidade e maternidade, corpo, sexo e prazer para a participante Maria

Trabalho	Maria trabalha como profissional do sexo na cidade e vende doces e salgados que produz em sua cidade natal, Rio de Janeiro. Evita trabalhar com a prostituição no Rio como proteção contra preconceitos e discriminações, e as demais oportunidades de trabalho não lhe proporcionaram o retorno financeiro rápido e em grande quantidade como a prostituição. Embora signifique como um dinheiro sujo, expressa o desejo de sair da profissão e desempenhar apenas a produção e venda de alimentos.
Conjugabilidade e maternidade	Separada há 6 anos, tem uma filha de 10 e um menino de 7 anos e diz que a maternidade lhe traz a certeza de ser amada e esperada. Seus filhos não sabem de sua atividade como profissional do sexo.
Corpo	Visão negativa de si por ter engordado no período da pandemia, recorre a dietas para perda de peso, mas não obtém êxito. Significa a comida como um refúgio para suas tristezas.
Sexo e prazer	Separação do sexo enquanto serviço e o sexo na vida pessoal. Sexo no trabalho é rápido, dolorido e sente-se objetificada, e o prazer é somente para o cliente. Sexo na vida pessoal é com amor, diálogo, carinho e ser considerada como uma mulher de modo que possa também sentir prazer.

Fonte: quadro elaborado pela autora (2024).

**Figura 4** – Desenho-estória-temático (DET) da Maria. Sem título.



Fonte: elaborado pela participante Maria e fotografado pela autora (2024).

\*Legenda, considerando os quadros da esquerda para a direita e de cima para baixo.

Quadro 1 – Homem: “É hoje que vou pegar uma mulher da rua”

Quadro 2 – ausência de fala

Quadro 3 – Homem: “Oi gata, quanto você cobra?” Mulher: “R\$ 50 a rapidinha”

Quadro 4 – Homem: “Bora lá!”

Quadro 5 – ausência de fala

Quadro 6 – Homem: “Nossa tá muito bom, bora ir sem camisinha te dou + R\$100,00”

Mulher: “Só se for agora”

Quadro 7 – Passou um tempo...

Quadro 8 – Cenário de um Posto de Saúde e um profissional de saúde: “Meu amigo sinto muito mais você está com HIV”

Quadro 9 – ausência de fala

Quadro 10 – Homem: “Agora já que me passaram essa doença vou sair por aí espalhando pra todas essas mulher da vida”

Quadro 11 – Somente fala: “Vamos lá fazer um programa” Homem: “Só vou se for sem camisinha”

Mulher: “Vamos lá, eu faço.

*Maria: Eu desenhei uma história bem comum, não coloquei título, não. É um homem que veio, saiu com uma mulher, pagou para ela e eles transaram sem camisa. Passou um tempo, ele descobriu que tinha pegado HIV e ele decidiu que ia sair, passando para todas as mulheres que ele conhecesse. Minha história é essa e é o que acontece mesmo. Geralmente, quando um homem vem na rua, oferece mais dinheiro pra transar sem camisinha, é porque ele quer passar alguma doença pra mulher (Maria, 28 anos).*

Considerando as informações da Maria e seu desenho-estória, pode-se perceber que ela compreende a profissão como um risco eminente às violências, o estigma, preconceitos, risco de contrair ISTs. A opção de não dar título à história denota o risco velado da contaminação, que não tem como identificar quem a transmitiu. A narrativa da participante tem como pano de fundo o ocultamento da identidade profissional: em sua cidade natal, exerce uma profissão (venda de doces e salgados), evita convívio social pelo receio do julgamento e somente em outro estado trabalha na prostituição. Sente vergonha de sua profissão e entende não ser um dinheiro “limpo” o pagamento feito pelos serviços sexuais, novamente a ideia de contaminação torna-se evidente.

## 7 Discussão

### 7.1 Dados Sociodemográficos: Um Olhar Sobre o Contexto das Mulheres

A presente pesquisa se configura como uma pesquisa qualitativa de estudo de caso coletivo, que permite fazer algumas inferências e relações com os achados científicos que se debruçam sobre os aspectos sociodemográficos das participantes.

Segundo estudos de Chiang et al. (2021), realizado com 219 mulheres profissionais do sexo que atuam na cidade de São Paulo e estão em vulnerabilidade social, a idade média dessas mulheres é de 41,3 anos (DP = 12,0), um fator que mostrou implicar o aumento de complicações na condição de saúde no contexto da covid-19. Assim, a faixa etária predominante das participantes dessa pesquisa está condizente com esse achado, visto que das cinco participantes, três possuem idades entre 40 e 50 anos.

Com relação à etnia, evidencia-se a prevalência de mulheres pardas e negras entre as participantes desta pesquisa. Pode-se fazer uma associação histórica com o período da abolição da escravidão no Brasil, por volta de 1880, quando mulheres negras, em busca de comprar sua liberdade, exerciam a prostituição. Mesmo após a alforria, essas mulheres permaneceram na prostituição devido ao preconceito, marginalização e subserviência que lhes eram impostas anteriormente (Souto, 2022).

A dinâmica do trabalho e sua consolidação social estão assentadas sobre a desigualdade de gênero no Brasil. Historicamente, nos séculos XVII e XVIII, a superioridade política dos homens sobre as mulheres foi ratificada. As mulheres deveriam se inclinar aos ideais de feminilidade, que configuravam e mantinham seus corpos domináveis e dóceis, como descreveu Foucault (1999). A estruturação binária de gênero estabelece, culturalmente, um arcabouço de normas e performances a serem seguidas a partir da divisão biológica do sexo (fêmea/macho). Os papéis sociais e culturais são estabelecidos a partir dessa separação, tornando-se a base das relações de poder, nas quais a condição de ser mulher (fêmea) é subalterna à do homem (macho). O enaltecimento histórico da masculinidade é fruto de uma sociedade patriarcal, na qual aos homens são garantidos os direitos de participação ativa na sociedade, enquanto as mulheres são confinadas ao ambiente doméstico (Tilio et al., 2020).

Corroborando essa ideia, Zanello e Silva (2012) afirmam:

Esses papéis e valores são relacionais, assimétricos e completamente imbricados. As relações de gênero são, a priori, permeadas de poder. Em nossa cultura, o gênero é marcado pelo sistema patriarcal das sociedades ocidentais, onde a mulher é historicamente colocada à margem (p. 267).

Considerando este panorama histórico, no estudo de Paterniani (2015), a autora traz alguns debates epistemológicos acerca do feminismo negro de algumas autoras pós-coloniais, entre elas Spivak (2010), que se debruçam sobre o estudo da mulher subalterna – aquelas marginalizadas pela opressão de classe ou raça.

No contexto do Brasil, a colonização ancorou no imaginário social a correlação entre mulher negra e a sexualidade, expondo-as a vulnerabilidades sociais ao longo da história, com violência, desigualdades, riscos à saúde, descriminalização e pobreza (Rodrigues & Leite, 2020). A religião encobriu as máculas da colonização com o véu da purificação dos corpos femininos brancos, destinados ao casamento e à procriação, enquanto às mulheres negras “da vida” não havia indulgência. A expressão popular “da cor do pecado” é a síntese racista e sexualizada das mulheres negras, nas quais sua cor é vista como a causa de suas más condutas e mazelas sociais. Nesta pesquisa observa-se que a maioria das profissionais do sexo entrevistadas são de pele negra, podendo ser resquícios da violência sofrida pelas mulheres negras, pela cor da sua pele, associando isso à forma como as escravas negras eram tratadas por seus donos (homens escravocratas).

Outro aspecto abordado na coleta de dados foi a maternidade: 80% das participantes possuem filhos, o que se mostra uma característica importante no desempenho de seus papéis sociais. Nos estudos de Freitas (2021), dedicados à compreensão entre prostituição e maternidade no contexto de Portugal, todas as participantes da pesquisa eram mães, o que reflete os dados encontrados na presente pesquisa. Os achados de Freitas (2021) revelaram que a prostituição é o meio pelo qual essas mulheres podem proporcionar melhores condições aos seus filhos.

Com relação à escolaridade, uma participante não respondeu à caracterização, enquanto as demais mostraram diversidade nos níveis de escolaridade: Ensino Fundamental incompleto, Ensino Médio incompleto e Ensino Médio completo. Nenhuma delas concluiu o ensino superior. Embora a Lei assegure o acesso à educação, inúmeras variáveis interferem nesse acesso, como raça, gênero, classe econômica e infraestrutura. No entanto, as mulheres têm maior grau de instrução que os homens, segundo o Censo Escolar de 2023, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Mulheres representam 49,4% das matrículas de Educação Básica no Brasil e têm menores taxas de repetência e evasão escolar em comparação aos homens (Governo Federal, 2024).

Os estudos de revisão bibliográfica de Molina (2021) mostram que, embora a população de mulheres na prostituição seja heterogênea, há uma tendência de evasão escolar, muitas vezes

causada por fatores como gravidez na adolescência e ingresso precoce no mercado de trabalho, agravados pelo marcador de gênero e racial.

Os dados estatísticos são de extrema importância para embasar políticas públicas que considerem as especificidades de cada população e tornem legítimo o acesso integral aos aparatos sociais previstos na Constituição Federal do Brasil.

## **7.2 Categorias Temáticas**

Considerando os passos para a análise de dados qualitativos, foram elencadas, a partir das entrevistas semiestruturadas, do desenho-estória-temático e das observações empíricas por meio do diário de campo. Observou-se pelos dados apresentados durante a coleta que a violência é um marcador que atravessa todas as categorias temáticas, em decorrência da estrutura de poder patriarcal abordada no capítulo introdutório do presente trabalho. Frente ao exposto, as categorias temáticas são: a) O poder velado: prostituição sob o véu social; b) O poder que orquestra o corpo, sexo e prazer; c) A mística do cotidiano: relações de afeto das profissionais do sexo. Inicialmente, os dados foram compreendidos à luz do referencial teórico de Michel Foucault (1926-1984) e posteriormente relacionados, a fim de elencar semelhanças e diferenças entre as mulheres participantes, visto que se trata de um estudo de caso múltiplo, no qual as participantes configuram um grupo heterogêneo. A análise do instrumento aplicado, o desenho-estória-temático, foi realizada a partir das contribuições de Aiello-Vaisberg (1999), que considera esse instrumento um elemento disparador do imaginário sobre a temática da representação de uma mulher profissional do sexo.

### **7.2.1 O Poder Velado: a Prostituição Sob o Véu Social**

Esta categoria visa a abordar o modo como o poder se apresenta e molda a vida das mulheres profissionais do sexo participantes da pesquisa. A escolha pelo título da categoria se deu a partir da análise do poder de Michel Foucault (1926-1984). O “véu social” traz consigo a ideia de encobrimento, algo que está resguardado, mas cuja transparência permite vislumbrar algo, ainda que de forma distorcida, no qual as dinâmicas de poder patriarcal operam na opressão das mulheres em detrimento dos homens de modo que, as mulheres são categorizadas entre “respeitáveis” e “não respeitáveis” (Lerner, 2019). Nesta categoria, serão abordados aspectos como linguagem, religião, trabalho e violências que atravessam a história de vida das mulheres profissionais do sexo.

Pensar em poder a partir de Foucault é considerá-lo como sinônimo de minúcia, ou seja, compreender que a ordem social se mantém nas relações cotidianas e individuais, e não como uma imposição explícita das instituições de controle, como o Estado, a Justiça, a escola e a igreja. Destaque para a moralidade cristã e o modo como o poder disciplinar se exerce além dos templos religiosos, pois: “Aos olhos de Deus, nenhuma imensidão é maior que um detalhe, e nada há tão pequeno que não seja querido por uma dessas vontades singulares” (Foucault, 1999). No contexto da Era Clássica, em meados do século XVIII, o homem torna-se vigia de si mesmo e de seu corpo, de modo que, sem perceber, está sendo conduzido pelo poder disciplinador das instituições, como explícito na frase anterior: a presença das leis divinas e sua observação se faz presente sem ser notada.

O temor divino se desvela na narrativa das participantes, que mostram o modo como significam suas atividades como antagônicas aos preceitos religiosos, o que as impede de pertencer a uma religião:

Ah, tipo assim, quando a gente vai pra igreja, a gente entra lá dentro e se sente renovada, né? Eu sinto, mas eu também me sinto mal pelo que eu estou fazendo no momento. [...] Se eu voltasse para a igreja, eu saía. Eu parava de trabalhar aqui. Porque quando a gente está na igreja, caminhando com Deus, a gente tem que andar no caminho reto (Mirela, 24 anos).

Mirela relata que se sente renovada ao ir à igreja. Contudo, ela mesma se acusa por ter como profissão a prostituição, sendo este um exemplo do que Foucault caracteriza como a analítica do poder: sua interpretação sobre si traz o poder embutido, ou seja, enquanto profissional do sexo, ela não se sente autorizada a frequentar uma instituição religiosa, sendo que ambas, ao seu entendimento, não podem coexistir.

As falas abaixo também explicitam este mecanismo do poder disciplinador, interpelado pela moralidade religiosa que não foi expressa por um líder religioso imediato, mas está internalizada pelas mulheres profissionais do sexo. Segundo Foucault (1999):

Pequenas astúcias, dotadas de um grande poder de difusão, arranjos sutis, de aparência inocente, mas profundamente suspeitos, dispositivos que obedecem a economias inconfessáveis; ou que procuram coerções sem grandeza”.

Maria, ao dizer que o dinheiro é sujo, justifica não saber explicar, o que demonstra a pulverização da ideia de poder:

É um dinheiro sujo, sim, é um dinheiro que é... não sei como explicar, sabe? Fruto da prostituição. Não acho que seja um dinheiro limpo, não (Maria, 28 anos).  
Eu sinto isso. Vai contra a lei de Deus também vender o corpo, mas, mesmo assim, eu, apesar de saber que não é fácil, peço a Ele todos os dias que me proteja e que não deixe faltar cliente, porque dependo disso, sabe? Mesmo assim, acho que Ele me ouve, né? Mas, enfim (Rose, 46 anos).

Foucault, em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1976, 2003), percorre historicamente as instituições que detinham o poder de reger as condutas sexuais da sociedade. Ele estabelece um panorama a partir da divisão dos séculos: até o final do século XVIII, as práticas sexuais eram regidas pelo direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. No século XIX, imperou a vigilância sobre a sexualidade das crianças e de todos aqueles cujas práticas não eram as das relações heterossexuais e monogâmicas, que deveriam confessar sobre si. A medicina, no século XIX, tomou o controle das práticas sexuais, estabelecendo os parâmetros de normalidade e patologia e transformando os indivíduos da sociedade em detentores do poder, ou seja, vigilantes das normas sexuais. Em especial, os pais deveriam ficar atentos aos desvios da sexualidade de seus filhos e “estancá-los” por meio de dispositivos de repressão, pois o dever parental era inibir as expressões sexuais inadequadas.

Esse comportamento vigilante dos pais sobre as expressões infantis pode ser observado no trecho trazido pela participante Rose, na história contada após o desenho:

[...] Eu com 8 anos, levantei a mão e disse: ‘Quando eu crescer, quero ser prostituta’. Levei um tapa na boca tão grande que eu tinha um dente mole e ele caiu. Meu pai gritou: ‘Que isso, menina? Você está louca?!’ e me deu um tapa na mão. Saí chorando, mas na minha cabeça prostituta não era uma coisa ruim. Eu nem sabia o que era (Rose, 46 anos).

Nesse trecho, Rose verbalizou um tema proibido para os adultos, o que gerou um impacto sobre os pais que tinham como uma imoralidade a partir das referências que tinham. Entretanto, a repreensão de Rose veio sem questionar o que para ela era ser uma prostituta. Na descrição da história, Rose verbaliza o que entendia por prostituta aos seus 8 anos de idade:

[...] Eu não sabia o que era, só me vinha a imagem dessa mulher, era uma mulher bem-vestida, de terninho e isso é um terninho! Parece, mas não tem nada a ver. Era uma mulher bem-vestida e que trabalhava no escritório e coisa assim não era uma mulher que vendia o corpo, nem sabia o que era vender corpo. Sempre que falava nessa palavra, a gente via muita televisão na época [...] (Rose, 46 anos)

Assim, expressar o desejo de ser prostituta no seio da família é a verbalização de um tema proibido e uma concretização de desvio de conduta para seus pais. O pai de Rose, ao agredi-la, estava reprimindo algo que deveria ser erradicado, sem ao menos entender seu significado. Foucault (2003) descreve:

As crianças, por exemplo, sabem-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão.

Outro exemplo da repressão sobre o discurso da sexualidade apareceu na entrevista com a participante Maria, que contou que seus filhos não sabem sobre sua profissão:

Não, meus filhos acham que eu trabalho como doméstica. Eles imaginam que eu trabalho como doméstica ou em lanchonete. Eles não sabem (Maria, 28 anos).

“Não é uma coisa para se contar para uma criança, que eu trabalho fazendo sexo, trabalho como profissional do sexo. Não é algo de que me orgulho a ponto de contar para eles (Maria, 28 anos).

Assim, a repressão da linguagem – ao dizer que trabalha com outra atividade que não é vinculada ao sexo – sob a justificativa de que “não é algo para se contar a uma criança” é a expressão do mecanismo de repressão. Ocultar a temática da sexualidade garante o apagamento da prática e, conseqüentemente, isenta a necessidade de falar sobre o assunto no espaço doméstico (Foucault, 2003).

Além do silenciamento sobre a sexualidade e o trabalho na prostituição, é necessário refletir sobre a disposição espacial da cidade em que a atividade meretrícia ocorre. Será uma escolha despreziosa as ruas? O que determina uma região tornar-se ponto de prostituição? Segundo Foucault (1999), uma das expressões do poder disciplinar é a determinação arquitetônica dos indivíduos: “Lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar e romper as comunicações perigosas, mas também de criar um espaço útil” (Foucault, 1999).

As mulheres profissionais do sexo desta pesquisa atuam na região central de uma cidade do interior de São Paulo. Pelas observações da autora, na fase de coleta de dados, foi possível perceber que a região em que essas mulheres estão – e que é conhecida popularmente como “baixada” – é marcada pela degradação, com edifícios antigos e sem restauração. Segundo Del Valle (2021): “os fatores sociais em que as prostitutas operam, como a conotação simbólica atribuída aos lugares destinados à prostituição, possibilitam identificar um determinado território como ‘zonas’” (p. 53).

Assim, os territórios centrais das cidades estabelecem a “utilidade” descrita por Foucault (1999), ou seja, a grande circulação de pessoas e potenciais clientes torna-se um código social que vigora sobre os territórios destinados à prostituição (Del Valle, 2021).

Portanto, é possível correlacionar o conceito de espaço disciplinador de Foucault (1999) ao espaço de trabalho: as ruas, bares e hotéis da região central onde as profissionais do sexo atuam. No item “Descrição do ambiente de coleta de dados”, as observações feitas pela pesquisadora caracterizam o cenário no qual essas mulheres estão expostas à vulnerabilidade social, tema a ser discutido a seguir. O espaço geográfico em que a prostituição ocorre está diretamente relacionado à estética corporal: corpos dissidentes, que não correspondem aos padrões de beleza, ocupam os espaços “degradados” de forma submissa, em conformidade com o poder disciplinador, que faz com que os indivíduos internalizem o sentimento de pertencimento a esse espaço. No senso comum, é usual a expressão: “Quer uma prostituta?

Você sabe onde encontrar”, que reflete a internalização coletiva sobre os espaços disciplinadores que determinam a geografia de cada grupo.

Além da delimitação espacial, as mulheres profissionais do sexo estão expostas a diversas formas de violência, começando pela institucional, representada pelo Estado e pelo poder policial, além da violência social e psicológica. Embora relatos desse tipo de violência sejam frequentemente difundidos pela mídia, não há dados oficiais que mensurem e mapeiem a condição de vulnerabilidade dessas mulheres, o que dificulta a criação de políticas públicas que garantam sua segurança e integridade. Sob o olhar social, essas mulheres parecem buscar colocar-se em risco ao escolherem estar na prostituição, vindo à tona a cultura do estupro discutida por Sousa (2017), que também pode ser compreendida para violências sofridas.

Esse aspecto é ratificado nos escritos de Lerner (2019) sobre a criação do patriarcado, no qual analisa como as sociedades patriarcais estabeleceram uma dicotomia entre mulheres “respeitáveis” e “não respeitáveis”, sendo as prostitutas frequentemente categorizadas nesta última. Essa classificação resulta na invisibilização social das prostitutas, que são marginalizadas e excluídas dos direitos e reconhecimentos concedidos às demais mulheres. Lerner argumenta que essa distinção foi institucionalizada por meio de leis e normas sociais que visavam controlar a sexualidade feminina, garantindo a manutenção da ordem patriarcal. Ao rotular as prostitutas como “não respeitáveis”, a sociedade justifica sua exclusão e nega-lhes a plena cidadania, perpetuando a opressão e a desigualdade de gênero. Essa análise evidencia como a construção social da respeitabilidade feminina serve aos interesses patriarcais, reforçando a subordinação das mulheres e a manutenção de estruturas de poder desiguais (Lerner, 2019).

A desproteção vivenciada por essas mulheres se manifesta nas interações com os clientes, que podem envolver atitudes violentas e agressivas, nas quais os limites da negociação não são claros. Alguns fatores acentuam a condição de vulnerabilidade dessas mulheres, como o trabalho ser ofertado nas ruas e o uso de substâncias lícitas e ilícitas (Zaganelli et al., 2022). O relato das mulheres que participaram da pesquisa demonstra algumas situações de vulnerabilidade. Segundo Barroso et al. (2024, p. 3): “A compreensão dos contextos de vulnerabilidade social engloba a análise do estigma e da violação de direitos humanos, dos fatores que contribuem para a manutenção das desigualdades socioeconômicas, étnico/raciais e entre os gêneros.” A partir deste cenário, serão apresentados trechos das entrevistas realizadas, nos quais aparece o modo como as profissionais do sexo experienciam a vulnerabilidade:

Eu acho uma profissão arriscada, porque a gente é muito vulnerável. Tem muita gente que aparece oferecendo mais dinheiro para transar sem camisinha. Eu também conheço muita gente que já pegou alguma doença transmissível (Maria, 28 anos).

Já teve situações em que eu fui roubada, é a pessoa fingir que queria algum programa, me colocou dentro do carro, me roubou e me furou com uma faca enorme. Tenho até um corte no dedo, faz um pouco de tempo já. Tem outras situações de meninas que foram mortas, de meninas que já foram estupradas (Maria, 28 anos).

No Rio de Janeiro, teve um homem que saiu comigo. Ele falou assim para mim que era para eu ir na casa dele e aí ele ia me dar R\$ 300,00, só que ele era bem mais velho. Eu achei que ele não ia me passar a perna. Na hora de pagar, ele foi e me levou no Itaú para sacar o dinheiro, e aí ele falou que não tinha dinheiro. Mas a gente já tinha saído. Eu fui insistir, aí ele conseguiu dar uma ferrada na minha cabeça, rachou minha cabeça aqui no Rio. Eu só não sei se tem a marca, mas eu acho que tem, porque levei ponto (Mirela, 24 anos).

Corroborando essa ideia, nos estudos de Campos (2023), que abordam os direitos assegurados pela legislação brasileira às prostitutas, destaca-se que o impedimento acerca das ações individuais no que tange à sexualidade e à libido deve ocorrer apenas na circunstância de gerar danos ou risco ao outro. Nos estudos da autora, há um delineamento acerca da lei criminal brasileira que compreende ser um aparato legal construído para a manutenção das condutas sociais morais, as quais são determinadas sob a doutrina religiosa cristã. Logo, a vivência da sexualidade encontra-se determinada e sob a fiscalização criminal. A autora destaca a necessidade de revisão do Código Penal, que se encontra direcionado a manter a moral e se desvia de sua função primordial de defesa dos membros de uma sociedade.

Como justificativa para essa releitura, é necessário compreender que a interpretação das leis e dos direitos jurídicos dos membros de uma sociedade é interpelada por valores, regras e normas sociais daqueles que estão na ponta do sistema: os agentes de segurança, que são constituídos por suas experiências pessoais, o senso comum, a cultura na qual estão inseridos e a linguagem discursiva que constituem as representações sociais. Assim, essas características passam a atuar nas relações sociais e culminam nos estigmas, que consistem em tornar uma característica proeminente de um indivíduo ou grupo uma mácula social. Em outras palavras, um ou mais aspectos que destoam da norma padrão e, portanto, marcam a quebra da trama social, devem ser segregados (Scantamburlo & Werneck, 2023).

A estigmatização da prostituição se mostra até mesmo na definição contida no dicionário brasileiro da língua portuguesa Michaelis:

1. Ato ou efeito de prostituir ou prostituir-se; 2. Atividade, envolvendo homens e mulheres, que consiste em manter relações sexuais com um número indeterminado de indivíduos [de maneira habitual], em troca de pagamento; 3. Exploração de prostitutas e prostitutas; 4. O conjunto de pessoas envolvidas nessas atividades; 5. POR EXT Vida devassa e marcada pela falta de escrúpulos;

libertinagem, licenciosidade; 6. Ato de envolver-se na realização de algo vil e imoral; degradação, desonra (Prostituição, 2024, on-line).

A palavra prostituição é delineada a partir de um referencial moral. Segundo Foucault (2003), o conjunto de valores e regras definidos e prescritos por instituições como igreja, família e escola constitui a moralidade dos comportamentos. Esta consiste na forma em que os indivíduos da sociedade aderem, negociam ou transgridem os códigos morais. A função primeira de um dicionário é trazer informações objetivas de cunho gramatical e semântico, entretanto, pode-se notar que a definição de prostituição não é asséptica à moral vigente.

Uma das falas das participantes retrata o modo como o estigma é endereçado a elas:

Ah, fora você não querer estar ali com a pessoa e a pessoa ficar forçando. Isso aí pra mim já é uma violência, né? [...] Deixa eu falar, se não parar vou chamar a polícia. Também se chama, não adianta, mas eles não dão muito. Eles não ligam muito para a gente, acham que é uma opção a gente estar aqui. Não é opção para mim (Bianca, 41 anos).

As profissionais do sexo vivenciam essa desproteção no contexto do trabalho em decorrência do estigma da “escolha errada”. Viver à margem da sociedade implica ser vista como ameaça e alvo de combate, e não como cidadãs de direito aos aparatos da segurança pública e judicial.

Dessa forma, as prostitutas, enquanto “mulheres expostas publicamente”, são aquelas que têm sua condição humana expropriada, no qual segundo Lerner (2019): “As mulheres foram excluídas da definição de humanidade e sua história foi considerada irrelevante ou inexistente. A criação de uma história das mulheres é a reconstrução do passado de metade da humanidade” (Lerner, 2019, p. 13).

Ainda segundo a autora, a distinção entre as mulheres através da atribuição de serem “respeitáveis” ou não remonta às primeiras civilizações patriarcais, nas quais as mulheres passaram a ser categorizadas de acordo com sua conformidade ou não às normas de comportamento impostas por uma sociedade patriarcal. Para Lerner, essa diferenciação criou uma estrutura que posiciona as mulheres “respeitáveis” – geralmente associadas ao casamento e à obediência aos valores patriarcais – como merecedoras de proteção e direitos, enquanto as “não respeitáveis” são marginalizadas, desvalorizadas e sujeitas a exploração. Como consequência, este sistema de controle social reforça a desigualdade de gênero, limitando as mulheres a papéis restritos e subordinados, além de restringir a liberdade das mulheres, dividir e enfraquecer a solidariedade entre elas, mantendo-as em uma posição subalterna na hierarquia social e econômica (Lerner, 2019).

O estigma e a discriminação social são vivenciados e relatados pelas participantes da pesquisa, com experiências individuais e subjetivas, mas todas têm em comum o lugar da margem social:

Preconceito, hoje em dia, não é tão grande, mas é muito chato você passar na rua e ouvir certos comentários. A vizinhança falando, até mesmo, meus filhos passando por isso, sabe? Ter que ouvir alguém comentar com eles da minha vida (Maria, 28 anos).

Ai, é bem discriminada, não é? Ontem eu fui fazer a unha no salão, e tinha as mulheres lá falando das mulheres daqui que é mulher vulgar, que acha bonito ser vulgar, que se deita com qualquer homem. Então eu fiquei só ouvindo aquilo ali. Mas ninguém é perfeito. Essas mulheres que estão ali, que não saem também vão para a festa, saem com homem de graça, às vezes nem conhecem, já saem na primeira vez, então ninguém é santo, né? Só que é muito discriminado, bastante (Bianca, 41 anos).

A prostituição, enquanto fenômeno complexo, engloba diversas questões que trazem à tona a discussão de ser efetivamente uma escolha individual de cada mulher ou a única alternativa de sustento dentro da trama social tecida pelo recorte de gênero e raça, que desenham o lugar assimétrico da mulher e, conseqüentemente, vulnerável. O cenário da prostituição não é composto somente pela personagem da prostituta, mas engloba a figura dos clientes, cafetões, cafetinas, ou seja, há uma “estrutura econômica que movimenta dinheiro à custa de corpos femininos” (Allegretti & Rodrigues, 2019, p. 9).

A monetização da experiência sexual desponta como meio de subsistência no regime econômico capitalista (Dullius & Garcia, 2024). As participantes Mirela (24 anos), Maria (28 anos), Rose (46 anos) e Bianca (41 anos) são mulheres que têm filhos e, no senso comum, são denominadas “arrimo de família”, monoparentais, isto é, são responsáveis pelos custos integrais de sua subsistência e dos filhos, pois não têm a divisão dos cuidados e dos recursos econômicos com os genitores de seus filhos, como expresso nas falas seguintes:

Eu pago aluguel, eu pago tudo, porque vai cobrar pensão e fica enrolando para pagar, dá quando quer, mas eu vou na justiça (Mirela, 24 anos).

Eu moro em comunidade, não pago água, não pago luz, as minhas crianças ficam com a minha mãe. Eu mando uma quantia para ela e arco com as despesas de medicamento, higiene pessoal, calçado e alimentação (Maria, 28 anos).

Eu, sozinha, sozinha. Não tenho nem outra renda, a não ser o auxílio, aquela Bolsa Família, né? Da minha filha menor que eu recebo. Além disso, não tenho muita renda. Só daqui, só minha renda. Eu pago aluguel, água, tudo, toda a responsabilidade de uma casa e as contas que eu faço além disso, porque é necessário, né? Muitas vezes vai daqui, vai daqui (Rose, 46 anos).

Nossa, tá precária, porque aqui não tá dando mais dinheiro como antigamente, né? Aí ele trabalha, ganha R\$ 880,00 de jovem aprendiz, e eu consigo tirar na faixa de R\$ 1.000,00. Às vezes, quando tá bom, R\$ 2.000,00. O que ele ganha é para ele, né? Praticamente, eu que banco tudo em casa... (Bianca, 41 anos).

Frente ao exposto, essas mulheres mostram que existe uma necessidade relacionada à subsistência. Existe diferença entre ganhar dinheiro na prostituição ou em outra ocupação? Ao que Allegretti e Rodrigues (2019, p. 9) relatam:

Há certas diferenças entre a prostituição e outras ocupações de trabalho. A primeira diferença está no fato de que é um cliente do sexo masculino que participa do contrato de prostituição, e não um patrão. Portanto, os interesses do cliente são interesses sexuais; ele não busca lucro. O corpo da prostituta e o ‘serviço’ que ela prestará são o que importam para esses clientes. Dessa maneira, a prostituição não pode ser caracterizada como uma simples venda de força de trabalho quando o corpo da mulher está diretamente envolvido e representa o objeto do contrato (Allegretti & Rodrigues, 2019, p. 9).

Para muitas mulheres, a atividade desponta como recurso de sobrevivência frente às circunstâncias opressoras (Alterleib, 2020), como desigualdades de gênero, recorte racial, baixo nível de instrução escolar e ausência dos genitores no custeio da criação dos filhos – itens descritos e discutidos nos dados sociodemográficos e também nesta categoria. Compreender a atividade como alternativa de sobrevivência representa a manutenção do sistema opressor que mina as possibilidades dessas mulheres e as mantém em condições precárias de trabalho (Alterleib, 2020). Corroborando tal discussão, Dullius e Garcia (2024, p. 3) afirmam: “A prostituição existe porque há demanda e porque as desigualdades sociais e raciais tornam as mulheres vulneráveis; prostituir-se, muitas vezes, é a única forma de não passar fome”.

As falas das participantes denotam que o requisito financeiro é o aspecto central da permanência na atividade:

É a facilidade da vida. Eu trabalhava durante um mês para receber um salário de R\$ 1.500,00, e trabalhando na vida, eu consigo tirar isso em uma semana (Maria, 28 anos).

Tipo assim, aqui não é muita opção. É... É tipo como se, para ganhar dinheiro, tem que vir. [...] Eu não tenho estudo... Eu parei de estudar na sexta série... Eu tinha 13 para 14 anos. Eu repeti, parei de estudar [...] Pra eu conseguir estudar, ainda mais quando é mãe, né? Tudo é mais difícil, ainda mais, mãe solo (Mirela, 24 anos).

Só o dinheiro mesmo [...] Mas é uma coisa que eu não quero mais. Eu estou cansada, estou saturada... (Bianca, 41 anos).

Comecei a ganhar dinheiro, eu vi que era fácil, né? Entre aspas, né? Vinha mais rápido e fiquei, fui conquistando minha independência financeira, porque até então eu não tinha nada, nem em casa. Não tinha nada, morava de favor. Então, por isso, eu continuei nessa vida [...] Eu não vou conseguir outro serviço que eu ganhe igual ganho aqui e, realmente, eu não ia, porque, se eu fosse trabalhar, seria como empregada doméstica. Ninguém ia me dar serviço. Estava com meu problema com a justiça, seria o quê? Um salário-mínimo (Rose, 46 anos).

A narrativa das mulheres profissionais do sexo traz consigo os marcadores sociais que acentuam as vulnerabilidades a que estão expostas. Entretanto, é notório que elas não estão restritas ao papel dicotômico de vítimas oprimidas ou personificações do patriarcado (Allegretti & Rodrigues, 2019). As profissionais do sexo que participaram desta pesquisa trazem vivências

singulares, contraditórias, e demonstram atitudes que desafiam os limites dos espaços disciplinadores propostos por Foucault (1999), nos quais cada indivíduo deve pertencer a um espaço e se ausentar de outros. Sabe-se que as prostitutas estarão na “zona” e não em outros espaços sociais como escola, faculdades, igrejas ou lares.

As participantes Rose, Maria e Mirela trazem o movimento que têm feito para ocupar outros espaços sociais:

Eu estou terminando meus estudos, e pretendo chegar a uma faculdade de Direito. [...] Eu estou fazendo o EJA, né? Terminando pelo EJA perto da minha casa. Falta pouco, falta pouco, um ano só e termino. Se eu me dedicar em menos de um ano, já termino tudo (Rose, 46 anos).

Salão de beleza é o meu sonho, porque eu sou cabeleireira, só que eu não atuo na área. Tentei um negócio, mas não deu certo. Aí, o que eu gostaria de fazer. E, futuramente, ter outra profissão, que é o meu sonho, que eu luto para isso e que eu vou chegar lá (Rose, 46 anos).

Terminei meu Ensino Médio e fiz dois cursos na área da confeitaria... [...] Ah, gostaria de ser confeitaria, trabalhar com o que gosto, fazer doces, salgados, tortas, comida caseira, porque eu também gosto muito. Minha profissão seria essa... [...] Minha fonte de renda no Rio é salgados e lá eu faço empada, faço bolo, faço pudim [...] Todas as vezes que parei foi porque tive oportunidade de trabalho, tentei mudar minha vida fazendo cursos, terminando meus estudos. Todas as vezes que voltei foi porque a prostituição me oferece uma quantidade maior de dinheiro do que eu ganharia trabalhando (Maria, 28 anos).

Entretanto, a contradição e permanência nos demais lugares não se sustentam. Ainda assim, a teia social do poder disciplinador (Foucault, 1999) se mostra impositiva no movimento de retomada ou manutenção da prostituição, sendo reproduzida pelas participantes de forma subliminar:

Também sou maquiadora profissional, tenho profissão, mas estou aqui, sabe? É difícil, é difícil. A pessoa pergunta: ‘Por que você está aqui?’ Você não sabe. Nem eu sei a resposta. Se você perguntar ‘o que você está fazendo aqui?’, nem eu sei (Rose, 46 anos).

Já trabalhei de doméstica, em uma casa que eu trabalhei, eu gostava. Já fui auxiliar de limpeza, já tive carteira assinada três vezes, como auxiliar de limpeza. Todos os lugares que eu trabalhei, as pessoas gostavam de mim [...] Eu tenho contato até hoje (Mirela, 24 anos).

Ah, gostaria de ser confeitaria [...] No momento, o que me impede? Nada. É força de vontade, é isso que me impede (Maria, 28 anos).

Caso houvesse a abolição da prostituição, o que seria das mulheres que têm essa atividade como meio de subsistência? Segundo Dullius e Garcia (2024), a abolição poderia provocar o desemprego dessas mulheres, além de ser mais uma ação opressora. A representação social de mulheres como vítimas sociais é herança do movimento operário no século XX, no qual traz o conjunto de características da mulher casta: “romântica, sensível, ingênua,

explorada”. A figura da mulher é associada à ideia de uma flor frágil e desamparada, vítima do capitalismo vil, corruptor e assassino – “máquina inconsciente” (Rago, 2024, p. 93).

Também se caracteriza as mulheres prostitutas como “a ociosidade, a preguiça, o desejo desmesurado do prazer, o amor ao luxo, a miséria financeira, que leva a mulher a buscar recursos próprios fora do lar, o desprezo pela religião, a falta de educação moral e, principalmente, o temperamento erótico da mulher” (Rago, 2024, p. 117).

Embora os adjetivos sejam opostos, a intersecção entre a mulher casta e a vagabunda se dá pela necessidade de serem salvas: as boas moças, pela fragilidade, necessitam da condução e proteção dos maridos ou ainda da submissão aos burgueses fabris, enquanto as más moças necessitam da tutela estatal e biomédica pela imoralidade que lhes cegam e incapacitam pertencer à sociedade (Rago, 2024).

A dicotomia do papel feminino na sociedade molda a significação dos corpos em prol dos interesses dominantes. Segundo Allegretti e Rodrigues (2019, p. 9):

Em um maior aprofundamento, a prostituição é a expressão máxima da força do patriarcado e do que ele representa, na medida em que há um reconhecimento dos clientes como senhores sexuais das prostitutas, que precisam atender, com o uso de seus corpos, a todas as demandas masculinas (Allegretti & Rodrigues, 2019, p. 9).

A malha social estabelece a supremacia masculina em detrimento do feminino. No contexto da prostituição, a condição subalterna da mulher é intensificada pelas violências que a circundam e provocam, em primeira instância, o silenciamento opressor, e toda a narrativa é feita a partir da figura masculina. Segundo Spivak (2010):

No contexto do itinerário obliterado do sujeito subalterno, o caminho da diferença sexual é duplamente obliterado. A questão não é a da participação feminina na insurgência ou das regras básicas da divisão sexual do trabalho, pois, em ambos os casos, há ‘evidência’. É mais uma questão de que, apesar de ambos serem objetos da historiografia colonialista e sujeitos da insurgência, a construção ideológica de gênero mantém a dominação masculina. Se, no contexto da produção colonial, o sujeito subalterno não tem história e não pode falar, o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade (p. 85).

Frente ao exposto, a figura masculina concentra o poder dentro da estrutura patriarcal de poder, o que implica diretamente a constituição do ser mulher nesta sociedade. Isso é especialmente relevante para a relação com o corpo, o sexo e o prazer das mulheres profissionais do sexo, aspectos que serão abordados na próxima categoria temática.

### **7.2.2 O Poder que Orquestra o Corpo, o Sexo e o Prazer**

Esta categoria temática aborda o modo como o poder, a partir de Foucault, orchestra o corpo, o sexo e o prazer em um arranjo social de melodia dramática. A partir da obra *Vigiar e*

*Punir* (1999), Foucault subverteu o modo de análise do poder, denominando-o “microfísica do poder”, na qual, desde o século XVII, os corpos passam a ter um papel central. Em suas palavras:

Durante a época clássica, houve uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo – ao corpo que se manipula, modela, treina, que obedece, responde, torna-se hábil ou cujas forças se multiplicam (Foucault, 1999).

O poder estabelece “corpos dóceis”, ou seja, corpos ágeis na execução de atividades no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, submissos politicamente (Foucault, 1999). A repressão velada estabelece a tríade poder, saber e sexualidade (Foucault, 2003).

A partir da teoria de Foucault (1999), o modo como os corpos são compreendidos está assentado no contexto sócio-histórico. Corroborando tal ideia: “O significado cultural do corpo, e neste caso do corpo da mulher, é sobretudo uma construção simbólica, mais até do que uma entidade de carne e osso” (Foz, 2022, p. 194).

O corpo da mulher profissional do sexo pertence a ela, entretanto configura-se como seu principal instrumento de trabalho, mas não representa sua totalidade, visto que condensa, em sua unidade, a produção e reprodução de discursos, intervenções feitas ao longo da vida, as vestimentas e adornos que compõem a imagem, e os sentidos produzidos através dele, expressos pelos gestos e comportamentos (Figueiredo, 2020).

A experiência do corpo, seja com elas mesmas ou na relação com o outro, não se produz em uma síntese única, pois as vivências são singulares, juntamente com os marcadores de idade, maternidade e as especificidades de sua atuação profissional. A unidade comum entre todas consiste na identidade de gênero feminino estar em “consonância” com seu corpo biológico, portanto, elas se autodenominam mulheres cisgênero, conforme os preceitos biomédicos. Outro aspecto comum é o fato de ofertarem serviços sexuais na região central de uma cidade do interior de São Paulo.

As singularidades das experiências na prostituição podem ser associadas à disciplina dos espaços, onde: “Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular em uma rede de relações” (Foucault, 1999). Ou seja, o poder pulverizado não é perene, mas se apresenta nas relações que estão em cena; cada personagem detém e expressa-o de formas diferentes. Corroborando tal ideia, segundo Ramalho (2012), o poder se constitui em rede, a partir da interação de forças diversas, assimétricas, movediças e inconstantes. Pela dinâmica, as forças do poder podem colidir ou se opor. Dessa forma, a visão vanguardista de Foucault sobre o poder o coloca entre as relações e não mais como uma força vertical imposta de cima para baixo na estrutura social.

A partir dessa concepção, a dinâmica de poder que atua sobre os corpos femininos na prostituição, bem como a relação com os clientes, o sexo e o prazer, é singular e será apresentada a seguir, considerando as especificidades que emergiram.

O corpo, na dinâmica de trabalho da profissional do sexo, é sua ferramenta de atuação. Logo, os contornos e expressões devem atender às demandas do mercado. Atualmente, as melhores “mercadorias” estão formatadas pelo manual do padrão estético em vigência: corpo magro com curvas. Nos escritos de Del Priore (2023), sobre a construção da sexualidade no Brasil, a autora discute os caminhos percorridos no século XX acerca dos corpos femininos e a vivência da sexualidade. Entre as mudanças ocorridas, destaca-se o advento das produções cinematográficas hollywoodianas em meados da década de 1930, o que influenciou os modelos de beleza da mulher moderna, início do que hoje temos como herança. Pelas palavras da autora: “[...] A transformação do corpo feminino em objeto de um desejo fetichista [...] a sensualidade que emanava de sua representação a transformava em um objeto passivo de consumo” (Del Priore, 2023, p. 115).

Nesta mesma época, século XX, o envelhecimento feminino ganha outra conotação. Antes enaltecido como uma figura “matrona”, o corpo envelhecido associado ao engordar deve ser recluso e não público. Destaca-se o início da “lipofobia”. Outrora, o corpo curvilíneo, “as gordinhas”, era a representação da bonança burguesa; agora, torna-se sinônimo de vulgaridade, sentença do que é feio e repugnante. Portanto, estabelece-se a dicotomia: juventude e magreza como modelo de beleza, gordura e velhice como sinônimo de desvio da norma (Del Priore, 2023).

A dicotomia apontada, herdada do século XX, está presente no século XXI com maior ênfase, e há reedições dos sofrimentos para aquelas que não têm o privilégio dos corpos jovens e leves. A participante Bianca, em sua fala, relata estar insatisfeita com seu corpo, tanto por ter engordado quanto pela sua idade:

Nossa, eu engordei demais depois que vim para cá. Engordei bastante, me sinto mal. Não é porque quis. Tem menina nova, tem menina bonita, então a gente já vai perdendo uns pontinhos, não é? Já vai perdendo uns clientes [...] Aí vai chegando menina nova, aí você vai ficando e você fica no lugar. Você automaticamente perde o cliente mesmo, né? A gente tem que ser essa profissão. Acho que você tem que sair para explorar. Você tem que viajar, ir para outro lugar, ficar só no lugar. Você não ganha mais dinheiro, só que como eu não posso sair, não é. Aí eu fico aqui, me contentando com as migalhas que essa sobra (Bianca, 41 anos).

Bianca experiencia seu corpo com os adjetivos velho e gordo, e isso a impede de ser escolhida pelos clientes de maior poder aquisitivo. Estar na condição de marginalizada a impede de fazer escolhas diferentes das que vivencia. Assim, está em uma condição passiva na relação de poder com aqueles que contratam seus serviços. A participante sente-se marginalizada,

inclusive pelas demais profissionais do sexo que ela entende como “novidades” e que podem estabelecer um preço maior por seus serviços. Logo, a escolha dos clientes por ela se dá pelo baixo poder aquisitivo deles.

Zanello (2018) aponta sobre os dispositivos amorosos, nos quais as tecnologias de gênero atuam de forma diferenciada entre homens e mulheres, como um jogo em que o prêmio final ainda consiste na busca por um casamento modelo: monogâmico, heteronormativo. Para tal, a dinâmica desta partida fica a cargo da mulher performar os padrões estéticos vigentes, sendo este o capital matrimonial: ser magra, ter cabelos lisos e loiros e pele branca – ideal estético do século XX. Enquanto isso, o homem ocupa o lugar de privilégio de quem coordena, avalia e define se a mulher está apta a ser escolhida por ele. Nessa dinâmica, a mulher que não corresponde aos imperativos estéticos é desclassificada no jogo do amor. A autora estabelece uma analogia de “prateleira do amor” na qual os corpos dissidentes ao padrão estético ocupam lugares desprivilegiados, sendo colocados fora de destaque. Pelas palavras da autora (Zanello, 2018, p. 86): “Portanto, negras, gordas e velhas foram vistas, progressivamente, como pouco desejáveis, ‘encalhadas’, ocupando um lugar desfavorável na prateleira do amor”.

Frente ao exposto acima, o dispositivo amoroso ultrapassa as relações amorosas e mostra-se presente na tratativa entre clientes homens e profissionais do sexo, de modo que a condição de “escolha” na prateleira é acentuada pelo marcador da compra pela experiência, legitimando o papel de avaliador estabelecido pelas tecnologias de gênero ao homem (cliente), em que os corpos prostituídos devem performar o ideal estético vigente para ter um alto valor de mercado. Em contrapartida, os corpos “encalhados” na prateleira da prostituição são reduzidos à genitália e podem estar em “promoção”.

Segundo os estudos de Hamman et al. (2020, p. 73): “Diferentes homens podem se localizar em espaços socialmente privilegiados ou periféricos, com possibilidades distintas de articulação e identificação, contestando um suposto modelo hegemônico de homem universal”. Tal concepção está afinada com a analítica do poder, proposta por Foucault (1999) em sua obra *Vigiar e Punir*, ou seja, na esfera social, esse homem pode ser considerado de pouco poder aquisitivo, mas no espaço da prostituição de rua, marcada pela condição de vulnerabilidade social, sua posição muda, mostrando-se com poder aquisitivo para escolher ou descartar os corpos que não lhe agradam. Assim, a experiência de poder não é constante, ela se faz a partir das relações com o outro, mostrando-se variável. Abaixo, Bianca e Maria denotam o modo como a relação com os clientes estabelece uma hierarquia por meio do poder de compra:

[...] Porque no começo eu tinha uns clientes, aí eles foram se afastando, porque eu comecei a engordar, comecei a beber, aí eles falaram: ‘Nossa, você está gordinha’, só que daí saía com mulher pior que eu. Por isso eu não entendia. ‘Ah, mas você está

gorda. Você não era assim.’ [...] Isso vai machucando a gente, né? Ou às vezes: ‘Você está velha’, mas eles não se veem, acho que não têm espelho, porque eles também estão todos velhos e acabados. Só porque têm um pouquinho de dinheiro e podem sair com uma mulher mais nova, acham que a gente não tem valor, né? (Bianca, 41 anos).

Eu no momento não estou me sentindo bem com meu corpo. Eu engordei bastante da pandemia de 2019 para cá. Não estou nada satisfeita com ele. Vira e mexe, tento fazer umas dietas doidas, que não funcionam, fico chateada comigo mesma, como bastante, excessivamente [...] Não é com todo homem que dá para sair e sentir prazer. Tem homem que esnoba, que machuca, que ofende. É desse jeito [...] os homens da rua (Maria, 28 anos).

A participante Bianca, ao sinalizar que as inferências do cliente sobre seu corpo a machucam, pode ser associada aos dispositivos de gênero abordados anteriormente: “Quanto mais distante do ideal de beleza, maior a chance de sérios impactos na autoestima das mulheres” (Zanello, 2018, p. 86). A participante Maria sinaliza um aspecto que também é abordado pela autora, no qual a mulher, frente à não performance dos padrões estéticos, é responsabilizada por não se cuidar. Diante dos recursos da indústria da beleza, que sustenta a insatisfação feminina pelo corpo perfeito inatingível, isso torna-se sinônimo de desleixo e fracasso. Isso é evidente na fala de Maria ao verbalizar que fica chateada consigo mesma por não emagrecer.

A participante Rose traz em seu desenho-estória-temático o marco do etarismo ao descrever o desenho realizado como a forma como uma mulher “coroa”, na faixa etária dos 46 anos, deve ser anunciada socialmente. Em sua expressão, traz a dicotomia entre uma mulher profissional do sexo e uma mulher séria:

[...] É a imagem que eu tenho na cabeça, e eu acho que, sabe, é desse jeito que eu quero me ver vestida futuramente, vestida dessas formas. Apesar de eu não gostar de roupa vulgar, sempre mulher de programa, estou assim, mas não gosto de ser vulgar. Não gosto de andar mostrando o corpo totalmente. Eu gosto de estar assim, então, não é legging e é o que eu fico assim. Mas, fora daqui, eu gosto de me vestir socialmente. Eu gosto de roupa social, eu gosto de roupa que me deixa mais com cara de, sabe, de coroa mesmo, né? Eu não ligo, sabe? Mas que me deixa com cara de mulher séria (Rose, 46 anos).

Além da questão do corpo envelhecido, a insatisfação com o corpo gordo também é destacada pelas participantes, mostrando que ambos são percebidos como corpos marcados pelo desprestígio social. No final do século XX e início do século XXI, há um movimento contrário à imposição dos corpos magros como sinônimo de beleza, com campanhas publicitárias que enfatizam corpos reais, fortalecendo a discussão sobre a gordofobia. Segundo Jimenez (2022):

A gordofobia é uma discriminação que leva à exclusão social e, conseqüentemente, nega acessibilidade às pessoas gordas. Essa estigmatização é estrutural e cultural, transmitida em muitos e diversos espaços e contextos na sociedade contemporânea. O prejulgamento acontece por meio da desvalorização, humilhação, inferiorização, ofensa e restrição dos corpos gordos de modo geral (Jimenez, 2022, p. 147).

Corroborando o conceito, Caetano e Vinhas (2022) afirmam que a gordura é a marca concreta da derrota moral, por trazer consigo o estigma de desleixo, negligência e preguiça.

Desse modo, ter um corpo desviante é visto como resultado de uma postura individual, o que chancela a marginalização e desumanização como punição pelo não enquadramento social. Na categoria anterior, sobre as violências sofridas pelas profissionais do sexo, foi discutido que a escolha pela prostituição se configura como uma atitude “imoral”. Logo, os direitos como cidadãs são tolhidos, como o direito à proteção pela segurança pública, por estarem alocadas entre os “marginais”. As mulheres prostitutas tornam-se alvos de combate. Dessa forma, uma mulher profissional do sexo, gorda e negra, carrega em sua “ficha criminal social” mais dois desvios da norma, o que aumenta sua sentença de exclusão social e estigmatização, acentuando sua condição de vulnerabilidade.

O corpo feminino e a sexualidade da mulher sempre carregaram a dicotomia de, publicamente, serem temas da sociedade para designar condutas íntimas de repressão às formas físicas e ao gozo. Segundo Wolf (1992), pelos moldes do século XX, o comportamento alimentar das mulheres tornou-se assunto coletivo, político e de determinação das estruturas de poder, no qual as mulheres são tomadas por vergonha, culpa e medo ao não corresponderem ao corpo padrão. “Nós todos vamos incentivá-la a perder esse excesso de peso” (Wolf, 1992, p. 128).

A participante Rose condensa em sua fala a internalização das normas ao sinalizar que cuida de seu corpo, como alguém que está seguindo os prescritivos de contenção das formas femininas. Entretanto, ela expressa a internalização do que ela entende ser uma transgressão às leis divinas ao dizer que vende seu corpo: “[...] Eu me cuido, eu me cuido, mas acho assim, que vender o corpo não é pra mim e vai contra a lei de Deus” (Rose, 46 anos). Entretanto, a venda do corpo compõe a rede de opressões na qual está inserida no capitalismo patriarcal que expropria sua condição humana, ao estabelecer o cenário de vulnerabilidade social.

A forma como homens e mulheres têm contato com o próprio corpo é assimétrica e marca a história das relações sexuais. No Brasil, antes do século XX, o casamento representava a união de vivências dissidentes. De um lado, a jovem mulher sem contato algum com seu corpo, até mesmo a menstruação era um tema velado, mas com seu imaginário povoado pelo lirismo romântico. O encontro com o marido era visto como o momento de ser “desposada” com amor e carinho, sem saber ao certo o que significaria estar junto a um homem. O homem, por sua vez, chegava à noite de núpcias com referências de sexo vivido em bordéis, denominados como “instintos bestiais”. Reproduzir esses comportamentos com suas esposas seria desrespeitá-las, insultá-las pela semelhança à prostituição. Embora este cenário tenha sofrido interferências e avanços posteriores no século XX, com a proposta de uma visão menos

assimétrica do sexo matrimonial, esses prescritivos ainda sofrem reedições e se mantêm vivos (Del Priore, 2023).

A partir desse cenário, é possível inferir que cabia às prostitutas absorver todo o desejo masculino de saciedade sexual, marcada por aquilo que De acordo com Del Priore (2023), esses comportamentos podem ser descritos como manifestações de instintos bestiais, marcados por luxúria, indecência e brutalidade. Tais percepções podem ser observadas nas respostas dadas pelas participantes à pergunta: “O que é sexo para você?”:

Sexo pra mim... sexo é o que eu faço, coisa rápida, sem carinho, simplesmente para poder dar prazer pro homem [...] tem homem que esnoba, que machuca, que ofende. É desse jeito (Maria, 28 anos).

Eu acho que quando a mulher começa a trabalhar assim, fazendo um programa, ela acaba tomando trauma (Mirela, 24 anos).

[...] Ah, tipo assim, vem homem velho, homem novo, tem homem que machuca a mulher, entendeu? [...] Aí homem fedendo. Nossa, só de lembrar já me dá ânsia, que vem fedendo, homem chato que fica perturbando (Mirela, 24 anos).

Aí, credo, virou uma coisa... Não faço questão. Virou uma coisa meio nojenta, sabe? É uma coisa de dinheiro mesmo. Eu, se eu sair daqui, eu acho que vai demorar muito pra mim. Se eu saio daqui, eu acho que é uma coisa que eu não procuro tão cedo, sabe? Me relacionar, ter sexo. Eu também já vi uma coisa banal assim, virou uma coisa nojenta (Bianca, 41 anos).

O sexo, para as participantes, é adjetivado como nojento, traumático, doloroso, e somente a serviço do prazer masculino no contexto de seu trabalho, enquanto sinalizam a cisão entre sexo e amor no contexto das relações sexuais não pagas.

As experiências sexuais trazem, juntamente com a singularidade, marcas da dinâmica de poder entre gêneros, no qual, segundo Louro (2000):

[...] Nossas definições, convenções, crenças, identidade e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder [...] (p. 28).

A partir do exposto, ao considerar os percursos históricos que embasam as performances de homens e mulheres nos comportamentos sexuais, desde o advento da revolução sexual, em meados da década de 1970, as mulheres conquistaram a possibilidade de viver a liberdade sexual, com os avanços dos métodos contraceptivos, aborto legal em alguns países, inserção no mercado de trabalho e a vivência do sexo de forma sensual, lúdica e sem violência. O poder patriarcal, frente à ameaça de perder o controle sobre os corpos femininos e, conseqüentemente, ao enfraquecimento de instituições como a igreja e o matrimônio, lançou mão de novos artifícios sobre a sexualidade feminina.

A dinâmica descrita acima não se refere ao universo da prostituição, mas às relações heterossexuais. Entretanto, os agentes participantes da prostituição são homens e mulheres que compõem a sociedade, e seu comportamento sexual está marcado por esse funcionamento. No contexto das experiências sexuais pagas, no qual o corpo feminino se torna objeto de consumo, há a legitimidade da violência masculina sob a custódia do pagamento. Desse modo, a violência se intensifica ao penetrar brutalmente o corpo-objeto.

A objetificação do corpo feminino desconsidera sua integralidade humana e transforma-o em uma parte concreta utilitária, que está a serviço dos interesses de outrem. No contexto da prostituição, o corpo torna-se a unidade de satisfação do pagante. Segundo os estudos de Dullius e Garcia (2024): “Para Sonia Sánchez, uma mulher que realiza um trabalho sexual não é uma mulher, mas uma boca, uma vagina e um ânus: ‘Esse trabalho nos reduz a isso’” (p. 5).

A participante Maria diz: “Ah, se eu conseguir isso, são várias, como se fosse todo o trabalho, tem seu lado negativo. O lado da prostituição é esse, tu tá sendo lembrada que tá sendo paga” (Maria, 28 anos). A frase da participante retoma a condição básica da dinâmica da prostituição: o pagamento pela experiência sexual. Ao ler, pode-se pensar, tomado pelo senso comum, que essa afirmação não faz sentido por parecer óbvia essa condição de venda. Entretanto, como este trabalho se inscreve além das considerações superficiais, propõe-se pensar que a frase de Maria retoma o receio e a vulnerabilidade em que está exposta, à medida que está sendo paga, seu corpo torna-se uma mercadoria que será manuseada por um homem. Inserido no contexto descrito, o homem compreende a mulher como submissa aos desejos sádicos no ato sexual. Segundo os estudos de Wolf (1992), corroborando essa ideia, Silva e Silva (2024) argumentam que a objetificação feminina banaliza e autoriza socialmente as violências sexuais físicas de homens contra mulheres. Um dos receios da violência ao qual estão expostas emerge na história contada pela participante Maria, ao realizar a técnica projetiva do desenho-estória-temático: “Geralmente, quando um homem vem na rua e oferece mais dinheiro pra transar sem camisinha, é porque ele quer passar alguma doença pra mulher” (Maria, 28 anos). Em sua visão, a procura do homem por sexo sem camisinha está incutida no desejo sádico de transmitir infecções sexualmente transmissíveis às mulheres profissionais do sexo e, para a realização desse desejo, oferta-se dinheiro, entendendo ser esse o principal objetivo das profissionais do sexo: a obtenção de lucro material.

Portanto, a objetificação dos corpos femininos acentua a condição de vulnerabilidade das mulheres. Os estudos de Caminhas (2020) trazem uma síntese do conceito de vulnerabilidade comum, proposto por Judith Butler (2015):

A vulnerabilidade comum trata da responsabilidade diante dos outros e das implicações políticas da distribuição desigual de valor moral. A manutenção (ou extinção) de determinadas vidas depende do reconhecimento da humanidade comum, já que, para garantir a vida, é preciso fornecer condições para sua manutenção – ao passo que uma vida considerada impossível não precisa de garantias para persistir (Caminhas, 2020, p. 14).

Como sociedade, nós nos vulnerabilizarmos é tirarmos as cortinas morais dos olhos para reconhecermos o outro, em especial as mulheres profissionais do sexo, enquanto parte integrante da sociedade, cidadãos de direito, nas quais o corpo, enquanto instrumento de trabalho, não as sentenciam à condição utilitária, de objeto exposto à violência.

Retomando o título desta categoria temática, “O poder que orchestra o corpo, sexo e prazer”, dois elementos foram contemplados neste concerto de melodia dramática e inquietante. Para completar a peça, falta inserir o instrumento do prazer: quais as notas que ele emite neste contexto? O prazer, enquanto instrumento feminino, tem seu som amplificado ou abafado? Nas linhas seguintes, iremos abordar o modo como o prazer foi narrado pelas profissionais do sexo.

O prazer feminino, ao longo da história oriental e ocidental, foi alvo de controle, contenção e até mesmo erradicação, com práticas violentas de incisões clitorianas. Isto porque:

Tecnicamente, os órgãos sexuais femininos são mesmo o que as antigas religiões temiam como ‘a boceta insaciável’. Capazes de orgasmos múltiplos, de orgasmos contínuos, de um orgasmo clitoriano forte e surpreendente, de um orgasmo aparentemente centrado na vagina, que é emocionalmente avassalador, de um orgasmo por ter os seios acariciados e de inúmeras variações de todas essas reações combinadas, as mulheres têm uma capacidade de prazer genital teoricamente inesgotável (Wolf, 1992, p. 173).

A violência ao longo da história mostra-se implacável na interdição do prazer feminino. A dor sentida pelas mulheres é uma experiência que integra sofrimento físico, emocional e social, isto é, sua amplitude afeta a dimensão individual e coletiva da condição feminina. Como consequência, tem-se uma mudança na autopercepção e da sua conexão com o entorno. A percepção de dor e de prazer pressupõe a existência de um corpo vivo que se afeta, o que compõe a experiência humana singular e coletiva. A experiência constante das dores do mundo e do corpo pode gerar um alto nível de tolerância. Em contrapartida, pode-se também provocar uma insensibilidade ao prazer. Pelas palavras de Silva e Lara (2023): “[...] O corpo da mulher torna-se um local de tantas outras, de forma que a performance, pelo corpo de uma, afeta o corpo de todas – mesmo que, para tanto, o corpo dessa uma se torne cada vez mais insensível à sua própria dor física” (Silva & Lara, 2023, p. 15).

Endossando essas considerações acerca de dor e prazer, segundo Louro (2000), o corpo mostra-se como meio pelo qual o prazer e a dor são sentidos. As diferenças de gênero feminino e masculino marcam as experiências corpóreas de forma distinta e singular, com destaque para

o parto, que é experimentado por mulheres que têm útero. Somado a isso, as necessidades e os desejos sexuais estão intimamente relacionados à nossa condição de indivíduos.

Frente à dicotomia de dor e prazer, enquanto atravessamento físico e social, as relações de trabalho das profissionais do sexo entrevistadas trazem consigo o marco da dor. Deste modo, como o prazer é vivenciado por elas? “Prazer é tudo, menos sexo (risos)” (Mirela). Quando questionada sobre sentir prazer no sexo, disse:

“Prazer no sexo, já senti. Mas hoje em dia, eu já não ligo mais, sabe? Eu acho que quando a mulher começa a trabalhar assim, fazendo um programa, ela acaba tomando trauma” (Mirela, 24 anos).

“Aí, hoje em dia, eu acho que pela parte do prazer eu nem penso muito. Eu gosto de ficar na minha casa de boa. Eu gosto de sair com meu filho para passear. Gosto de estar na minha casa, ter uma comida para eu comer. Eu gosto de ficar tranquila no meu canto, eu e meu filho” (Mirela, 24 anos).

“Sentir prazer é eu me sentir bem com a pessoa [...] Ai, eu acho que é receber carinho, é conversar, é esquecer que eu estou sendo paga, esquecer que eu estou na vida, é ser tratada como mulher e não como um objeto” (Maria, 28 anos).

Para Bianca, prazer é: “Ficar na minha casa. Adoro, esse é meu prazer: ficar em casa, comer bem, ficar com meu filho. Isso para mim é prazer”. Ela ainda diz que a associação entre sexo e prazer é:

“Coisa do ser humano, né? É um mal necessário, mas eu... Tem muitos anos que venho aqui falando: ‘Você não sente prazer, você não gosta?’ Falo: ‘Não. Estou aqui pelo dinheiro porque a gente também não... Se eu, pelo menos, não dou a liberdade da pessoa me dar prazer... Então sou bem fechada. Já aconteceu de armar um cliente? Bom, a gente acaba gostando e acontece [...] Nem sei mais como é que é. Faz tanto tempo. Hoje vou dizer assim que me realizo sozinha, quando sinto vontade, né? Carne é fraca, não é? Mas já foi bom um dia, já foi bom, mas faz muito tempo já, hein? Eu não sei o que que é isso” (Bianca, 41 anos).

Questionada se gostaria de viver novamente, Bianca responde:

Só se fosse uma pessoa muito especial, alguém que eu gostasse mesmo. Que tivesse todo aquele contato, não é? Acho que o principal é um beijo na boca, é um abraço, não é só chegar lá e já vai direto ao assunto. Hoje não tem muito disso, não é? As pessoas não se tocam muito antes (Bianca, 41 anos).

O prazer, para Mirela e Bianca, está associado a garantias de condições de vida, como casa, alimentação e companhia dos filhos. Mirela mostra-se enfática na recusa de associar o prazer ao sexo, por ter sinalizado sentir-se traumatizada em decorrência de seu trabalho na prostituição. Bianca e Maria sinalizam que o sentir prazer no ato sexual passa pelo roteiro de afeto e aproximação cuidadosa, que envolva carinho. Desse modo, as violências estruturais de gênero, raça, estigma da prostituição, falta de acesso aos recursos básicos como alimentação, educação e ausência de vínculos de afeto mostram-se como formas de mutilação do prazer feminino. Embora não tenha sofrido incisões na genitália, a atuação do poder mina o gozo

feminino pela vulnerabilidade social e pela redução da sua condição humana a um objeto, como narrado por Maria. Retomando a análise da microfísica do poder de Foucault (1999), no qual esta categoria temática iniciou a discussão, a produção dos corpos dóceis torna o corpo uma máquina produtiva e submissa politicamente. Transpor esse conceito para a prostituição significa compreender o corpo na dimensão biológica, objetual, de contenção e descarga da satisfação masculina, o que consiste em promover a apatia sensorial do prazer feminino. Portanto, em síntese desta orquestra dramática, é possível vislumbrar peças musicais mais harmônicas aos ouvidos femininos, como proposto por Wolf (1992):

Se o mundo também fosse nosso, se acreditássemos que isso nos seria permitido, pediríamos mais amor, mais sexo, mais dinheiro, maior dedicação às crianças, mais alimentos, mais atenção. Essas exigências de natureza física, sexual e emocional começariam a se ampliar até as exigências de natureza social: pagamento pela assistência dos idosos, licença-maternidade, creches e assim por diante. A força do desejo feminino seria tão forte que a sociedade acabaria por ter de levar em consideração o que as mulheres querem, na cama e no mundo (Wolf, 1992, p. 191).

Em conclusão, ao analisarmos a dinâmica de poder que permeia os corpos femininos no contexto da prostituição, é possível perceber como o corpo, o sexo e o prazer estão intrinsecamente conectados a forças sociais que regulam e disciplinam o comportamento humano. A perspectiva foucaultiana revela que o corpo feminino das profissionais do sexo é, ao mesmo tempo, um instrumento de trabalho e um palco de disputas simbólicas e materiais. Contudo, esse corpo não se resume a uma mera ferramenta; ele condensa experiências, discursos e intervenções que moldam tanto a identidade quanto as percepções sociais sobre a prostituição.

Além disso, as entrevistas com as profissionais do sexo expõem a complexidade das relações de poder e como o controle sobre seus corpos extrapola o ambiente de trabalho, invadindo suas vidas pessoais e afetivas. A objetificação e os estigmas enfrentados por essas mulheres reiteram a vulnerabilidade de seus corpos em uma sociedade que ainda as vê de maneira fragmentada, desconsiderando sua humanidade plena. Portanto, a análise de Foucault nos ajuda a compreender que a luta dessas mulheres não se dá apenas no nível individual, mas também no campo das relações de poder que atravessam e moldam a sociedade. O desafio está em superar as barreiras impostas por esses discursos e garantir que as profissionais do sexo sejam reconhecidas como sujeitos de direitos, com autonomia sobre seus corpos e vidas.

Dessa forma, este estudo contribui para ampliar a compreensão sobre as dinâmicas de poder, estigma e papéis sociais vividos pelas profissionais do sexo, reforçando a importância de debates sobre a regulamentação da profissão e o acesso a direitos básicos.

### 7.2.3 A Mística do Cotidiano: Relações de Afeto das Profissionais do Sexo

Nesta categoria, será abordado como as profissionais do sexo significam suas relações afetivas com companheiros fixos, os quais denominam “casamento”, além de discutir a maternidade. O título “A mística do cotidiano” retoma o conceito de microfísica do poder de Foucault (1999), em que o poder se instala e se propaga nas relações sociais por meio dos detalhes, das pequenas ações diárias que ocorrem sob uma ordem não visível, mas que engendra motivações e contenções. Esse destaque à minúcia está assentado na moral cristã, em que a santidade é conquistada pelo controle e pela atenção às pequenas relações do dia a dia. O cunho religioso justifica o uso da palavra “mística”. Nas linhas que seguem, será desvelado o tecido social para expor os nós que sustentam a trama das relações afetivas das mulheres profissionais do sexo.

A moral religiosa cristã estabelece como posições antagônicas o casamento e a prostituição. Entretanto, nos estudos de Clarindo et al. (2020), há ponderações e discussões acerca da obra clássica *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (2016), em que se estabelece uma correlação entre a mulher casada e a prostituta, considerando o ato sexual como o cumprimento de um contrato em ambos os casos: no casamento, como um dever conjugal; e na prostituição, como a prestação de um serviço. Tal correlação aparece nos relatos de mulheres profissionais do sexo que vivem ou viveram uma relação estável, a qual denominam como casamento.

[...] Ficar acordando às 6 horas da manhã para satisfazer homem, não, a hora que ele quiser estar me procurando, mas aqui também é (prostituição), dá no mesmo, né? Aqui ou não, a gente está à disposição e, se você arrumar o marido, é a mesma coisa [...] (Bianca, 41 anos).

“Mas eu sentia. Não, tipo assim, porque o homem quer fazer sexo todo dia quando está casado e a mulher não, nem todo dia ela está com vontade. Às vezes ela faz só por fazer” (Mirela, 24 anos).

Ainda segundo Clarindo et al. (2020), a diferença entre ambas está na redação do contrato. No casamento, prevê-se a exclusividade de tempo entre as partes, enquanto as prostitutas estabelecem diversos acordos de curto prazo com diferentes pessoas. O lugar social de esposa, embora opressor, garante a humanidade da mulher, o que não é garantido às mulheres prostitutas.

Entretanto, no relato de uma das participantes, a dinâmica das relações conjugais mostrou-se mais violenta do que a estabelecida com os homens que contratam seus serviços sexuais, como pode ser expresso na fala seguinte:

[...] Ele era o mais velho lá perto da minha casa, ele ficou pegando as velhas e me desrespeitando com elas [...] aí, uma vez ele me agrediu, aí eu chamei a polícia, ele foi preso, aí eu consegui que ele saísse da casa [...] com os clientes acontecia, mas não tanto, mas o homem que mais me humilhou foi ele (Mirela, 24 anos).

Corroborando essa ideia, Zanello (2018) afirma que o casamento, quando sustentado pela violência de gênero e sexismo, sem nutrição emocional do parceiro, tende a ser um fator de risco à saúde mental da mulher. Em contrapartida, todo o investimento feminino para permanecer na relação, por meio da sobrecarga no cuidado e na manutenção da rotina, cria condições favoráveis de bem-estar ao homem.

A construção histórica e social da instituição do casamento é uma relação que estabelece garantias para as mulheres no que tange à concepção de proteção. Isto é, a relação fixa com um parceiro traz a segurança de ser um espaço asséptico, incapaz de contrair ISTs ou HIV/AIDS. Nesse contexto, o afeto das relações monogâmicas exclui a necessidade de uso de preservativos nos atos sexuais. Esse cenário é vivenciado por mulheres profissionais do sexo, que exigem o uso de preservativo nas relações de trabalho, mas não de seus parceiros fixos. Esses dados aparecem nos estudos de Sousa et al. (2017), que afirmam: “O amor romântico é a ferramenta mais potente para controlar e submeter as mulheres, especialmente nos países em que são cidadãs de plenos direitos e onde, legalmente, não são propriedade de ninguém” (p. 427). Essa relação também surgiu nas falas de algumas participantes da pesquisa:

A diferença de quando eu tô aqui é que o sexo para mim é trabalho, então tem suas limitações do que eu faço com alguém com quem me relaciono fora, na cama. Entendeu? Aqui é com toda a prevenção; não é tudo que você faz, é diferente de quando faz com uma pessoa que você gosta (Marcela, 43 anos).

Embora a moral estabeleça o valor social de “mulher honesta e respeitável” com base no estado civil de casada, é evidente, com os dados de violência doméstica elencados na caracterização sociodemográfica e o risco de contrair ISTs, que essas relações não garantem plena segurança e proteção para as mulheres. Pelo contrário, podem ser espaços hostis que acentuam a vulnerabilidade, especialmente para aquelas que são profissionais do sexo.

O casamento, enquanto dispositivo amoroso, faz com que a identidade das mulheres orbite em torno da conquista do olhar masculino que valide sua posição social. Assim, toda a subjetividade feminina é desenhada a partir desse objetivo: ser escolhida por um homem para uma relação estável, o casamento. Configura-se, portanto, o papel masculino como avaliador e detentor do veredito social sobre o estado civil que as mulheres desejam ocupar: o de esposa (Zanello, 2018).

As mulheres profissionais do sexo, expostas às violências e preconceitos, como foram abordados nas categorias anteriores, recorrem ao casamento como uma maneira de atenuar a

discriminação e as condições precárias de trabalho a que estão sujeitas, buscando ocupar um lugar social valorizado pelo dispositivo amoroso. Segundo Zanello (2018), considerando a valorização social do casamento, muitas mulheres desejam performar a estrutura da relação, e não como consequência do envolvimento afetivo, ou seja, casam-se com o casamento. Tal fato pode ser evidenciado pelo modo como algumas participantes narram suas experiências conjugais:

“[...] Eu fiquei com ele, na verdade, porque eu não queria trabalhar mais nessa vida e acabei gostando dele, me apegando. Estava com depressão, não é depressão, é carência. Estava me sentindo carente, acabei me apaixonando por ele [...]” (Bianca, 41 anos).

Apesar dos antagonismos entre a mulher casta e a mulher profana, ambas compartilham a condição de passividade, à espera de ser escolhida para ocupar o lugar social de esposa. Até mesmo a etimologia da palavra “prostituta” deriva do latim “prosto”, significando “estar à vista”, “à espera de quem chega” ou “exposta ao olhar público” (Allegretti & Rodrigues, 2019). Nesse contexto, faz-se necessário caracterizar as performances prescritivas do homem. Segundo Baére e Zanello (2020), o dispositivo da eficácia compõe o modo como os homens subjetivam sua identidade social. Entre suas ramificações, destacam-se a virilidade sexual e a laborativa, sendo a virilidade laborativa responsável por sustentar o lugar social do homem “provedor”, enaltecido pela doutrina cristã e base da sociedade patriarcal. A alta produtividade gera o acúmulo de riqueza, o que, além de garantir o sustento, concede ao homem a validação moral de ser digno e próspero, conseqüentemente obtendo respeito e autoridade de outros homens.

O dispositivo da eficácia confere ao homem o lugar social de potência, tanto pela virilidade sexual quanto pela laborativa. As mulheres profissionais do sexo reproduzem, em seus discursos, as expectativas de que são os homens que irão cancelar seu lugar social como a mulher escolhida para ser esposa. Portanto, alinham-se aos papéis de gênero, nos quais não precisarão mais trabalhar na prostituição, pois estarão ao lado de um homem provedor.

A experiência de Rose foi frustrada, à medida que o dispositivo da eficácia laborativa de seu marido não foi performado, e ela logo deixou de considerá-lo um homem. A dinâmica de sua relação consistia em morarem em casas separadas, e cada um era responsável pelos gastos financeiros:

Homem, né? Podia ser uma mulher, porque um homem casado com mulher, falando que é homem, deixar a mulher ainda nessa vida? Sei nem se pode ser considerado um homem. [...] Quando a gente se casou, foi combinado que ele ia me tirar daqui, mas as coisas também para ele não saíram como eu esperava [...] (Rose, 46 anos).

Baére e Zanello (2020) afirmam:

Portanto, é considerado um homem ‘de verdade’ aquele que demonstra ser trabalhador/provedor e desempenha ativamente sua vida sexual. E ainda que trabalho

e sexualidade sejam dimensões identitárias em suas vidas, há sujeitos que não corresponderão aos padrões hegemônicos desses campos, seja pelo desemprego, pela pouca produtividade ou por atividades de baixa remuneração [...] (p. 3).

Bianca também reproduz o discurso dos dispositivos, nos quais a mulher, em sua posição de espera, foi “retirada da zona” e terá um provedor: “Se o homem me tirou da zona, ele tem que bancar, né?” (Bianca, 41 anos). Mirela conta que, durante seu casamento, seu marido desempenhava o papel de provedor: “É porque quando eu estava com ele, eu comprava as coisas direitinho. Ah, ele tinha os cartões dele de crédito, já foi bebida, comprava comida, nunca passei fome quando eu estava com ele, só passava mesmo, só vergonha” (Mirela, 24 anos).

Na inscrição da mística do cotidiano das profissionais do sexo, além das relações heterossexuais, outro aspecto foi abordado: a maternidade. O tema é historicamente atravessado pelos efeitos místicos da moral religiosa e sustentado pelo poder hegemônico social. Retomando o poder disciplinador descrito por Foucault (2003), a medicina, enquanto instância de saber, no século XIX, despontou como eixo condutor da repressão, estabelecendo critérios de normalidade e desvio. No campo da sexualidade, as patologias foram direcionadas às sexualidades periféricas, e o padrão era a vivência sexual no seio conjugal. Dessa forma, o poder se alastra silenciosamente sobre os indivíduos vigilantes, estando em consonância com a norma, o que provoca o gozo da recompensa de ser considerado sadio (Foucault, 2003).

O poder, ancorado no saber médico higienista do século XIX, consolida os parâmetros do “mito do amor materno”. Segundo Rago (2024), a medicina, assentada nos preceitos morais, dissemina o papel fundamental da mulher no âmbito familiar, da procriação e da educação dos filhos, enaltecendo a necessidade do aleitamento materno para o bom desenvolvimento infantil. Sustentada em referências religiosas, estabelece-se o antagonismo entre mãe e prostituta. Nas palavras da autora:

Identificada à religiosa ou mesmo considerada santa, à imagem de Maria, a mãe será totalmente dessexualizada e purificada. Ainda mais que, ao contrário, a mulher sensual, pecadora e, principalmente, a prostituta será associada à figura do mal, do pecado e de Eva, razão da perdição do homem (Rago, 2024, p. 112).

Assim, a maternidade emerge como um dos aspectos mais proeminentes de ocultamento da identidade de trabalho para as profissionais do sexo, pela vergonha, culpa e marginalização social perante os filhos. Logo, há a condução de uma vida dupla, impossibilitada de conciliar o papel de prostituta e mãe, devido ao antagonismo moral que carregam (Silva, 2022). Tal fato emerge nas falas das participantes da pesquisa:

Não, ele não sabe, não, jamais. É viver assim. Quando eu chego meio alterada em casa, mas não é umas loucuras que eu faço, o jeito que eu sou longe dele. Ele não sabe. Ele acha que a mãe dele é aquela mãe fechada. Quer dizer, eu sou, né? Fechada é a outra parte que não é. Mas assim, sou mais fechada, reservada, mais séria. E esse meu lado assim, mais do que brincalhão, acho que um dia ou outro ele já chegou a ver, ele

tem vergonha. Ele ficou um pouco de vergonha, é porque é ruim, né? Você ver sua mãe, sua mãe é liberal. Você não acha que sua mãe é liberal, né? Aí, de repente, você a vê conversando, brincando [...] Então, às vezes, se ele vê, teve uma vez que ele quase chegou a ver, mas não sabe que eu trabalho aqui, isso (Bianca, 41 anos).

Bianca traz essa cisão entre sua identidade de trabalho e sua identidade pessoal, compreendendo ser o papel de mãe uma postura “fechada”. A extroversão descrita por ela é atribuída ao uso de álcool e drogas. As atividades na prostituição seriam alvo de julgamento e vergonha para seu filho, e ela sintetiza a dinâmica da relação como:

Complicado e é uma mentira, não é? É uma mentira atrás da outra. Às vezes eu saio para atender o cliente. Eu tenho que falar uma mentira, aonde vou, onde estou. Às vezes, eu não venho trabalhar porque não estou bem. Aí eu tenho que falar que fui trabalhar. É ruim, é uma vida de mentira (Bianca, 41 anos).

Segundo Pfuhl (2020), devido à construção social que dissocia o papel maternal de prostituta, faz-se necessário estabelecer essa divisão entre as duas identidades: uma para o contexto social da família e amigos, com o objetivo de esconder a identidade profissional da prostituição, devido ao estigma. Entretanto, as relações íntimas, nas quais tenta-se esconder os aspectos considerados imorais, podem ser desveladas ou ainda ser alvo de culpa por parte de quem os esconde, por não se abrir completamente em uma relação íntima.

Maria, durante sua entrevista, sinaliza os aspectos que considera relevantes sobre sua personalidade e seus valores, que também são presentes no exercício de seu trabalho:

Aí, eu sou uma boa mãe, boa filha, uma boa amiga, uma boa irmã, sou trabalhadeira, também sou esforçada. Eu gosto muito de plantas e de cachorro. Adoro cozinhar. Gosto muito de cozinhar. Me considero uma pessoa de bom coração, acho que só. [...] Não tenho inveja, não quero a coisa dos outros, não tenho aquela maldade, sabe? E nem muitas têm aqui na vida de roubar, de dar algum remédio para poder o homem dormir, dopar, é isso (Maria, 28 anos).

Ainda segundo Pfuhl (2020), a vida dupla da profissional do sexo provoca o sentimento de solidão, por estar sempre em vigilância para que sua identidade não seja exposta. Há restrições acerca de sua vivência social, e a fala de Maria denota tal situação:

Eu sou uma pessoa que fico muito dentro de casa, então, geralmente, eu não, eu não ouço os comentários, mas eu sei que o pessoal comenta assim. Quando saio de casa, eles geralmente já sabem para onde as mulheres vão (Maria, 28 anos).

A solidão foi um aspecto desvelado durante a entrevista e no desenho-estória com tema feito pela participante Mirela. Em seu desenho, ela retrata uma menina, que disse ser ela mesma quando criança, quando não se sentia sozinha devido à presença da avó e por não ser marcada pela “maldade” que tem hoje, enquanto uma mulher adulta, profissional do sexo:

[...] Eu estou com um psicológico meio ruim, o meu cabelo está até caindo. [...] Às vezes eu fico chateada, sabe? É porque eu me sinto muito sozinha [...] Eu me desenhei para mostrar onde eu morava... nessa época que eu era feliz, eu não me preocupava com nada... eu era feliz desse jeito, e ainda achei que não era, né? E a avó perto de mim, é que eu não era sozinha, tinha alguém, né? Hoje eu estou sozinha [...] Eu lembro

da minha avó... nessa época eu não tinha maldade nenhuma. Ah, hoje eu tenho uma mente bem mais avançada do que antigamente, né? (Mirela, 24 anos)

O poder disciplinador, conforme descrito por Foucault (1999), torna-se uma névoa social que promove a internalização dos prescritivos morais e a antecipação frente a qualquer situação de convergência entre desvios e normas. Tal fato é evidenciado na angústia relatada pela participante Rose:

Eu tenho uma filha de 11 anos, ela depende de mim totalmente. Então eu tenho que pensar nela. Eu tenho medo de que ela cresça e saiba o que eu faço, e isso me assusta. O meu receio é que, um dia, ela possa me rejeitar por isso, sabe? Esse é o meu único medo, mas essa minha menina, ela tem 11 anos, ela é, digamos assim, vou usar a palavra certa porque eu não tenho meio termo, e eu já gosto de falar a verdade, como dizem, nome cru, ela é fruto da prostituição (Rose, 46 anos).

A rejeição já se faz presente por ser sua filha a convergência dos desvios, “fruto da prostituição”. Os filhos, pela moralidade cristã, são frutos do casamento, do seio familiar. Logo, ser o pai desconhecido, pela circunstância do exercício da profissão, é a concretização das forças antagônicas. Rose se pune diante da possibilidade de sua história vir à tona, e a angústia de ter que “confessar” seu crime à filha já foi alvo de ideação suicida:

[...] Nem sei o que eu tenho que fazer. Assim, teve momento que eu já pensei em deixar uma carta escrita, e até já pensei em suicídio, quando penso nesse caso. Mas é covardia minha, porque estou querendo me tirar de uma situação em que fui culpada (Rose, 46 anos).

Foucault (2003), em sua analítica polimorfa do poder, discute o recurso da confissão no século XVIII, quando a repressão sexual era de domínio pastoral. Havia o incentivo de falar sobre os desejos sexuais e pecados, “fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra” (p. 23), como mecanismo de controle das perversões sexuais. Rose está sob o julgamento da mão invisível que a comprime diante da opressão que a ordem moral impõe sobre sua condição objetificada de ser profissional do sexo. Sua filha representa a mácula sob a mística da figura materna condensada na imagem da Virgem Maria, sendo, portanto, a expressão da atuação do poder disciplinador (Foucault, 1999).

A participante Maria também relata sua experiência com seus filhos:

Não, os meus filhos acham que eu trabalho como doméstica. Eles imaginam que trabalho como doméstica ou em lanchonete. Eles não sabem. [...] Não é uma coisa para se contar para uma criança, que eu trabalho fazendo sexo, que trabalho como profissional do sexo. Não é algo de que me orgulho para contar a eles. [...] Preconceito hoje em dia não é tão grande, mas é muito chato você passar na rua e ouvir certos comentários, a vizinhança falando, até mesmo meus filhos tendo que ouvir alguém comentar com eles sobre a minha vida (Maria, 28 anos).

Conforme descrito acima, nos estudos de Rago (2024), a autora aborda a condição assexuada da mãe, alguém que não comunica sensualidade e erotismo. A fala da participante Maria traz esses aspectos da vergonha por ser mãe e trabalhar fazendo sexo. Ao contar para

seus filhos sobre profissões fictícias, ela remonta ao ideal maternal de cuidado: trabalhar em uma lanchonete corresponde ao atributo de cozinhar, enquanto ser doméstica está vinculado às funções de dona de casa.

A partir do caminho percorrido nas categorias temáticas, é possível observar experiências heterogêneas, marcadas por corpos multiformes, idades distintas e todos os demais marcadores abordados até aqui. O poder disciplinador opera para uniformizar as vivências humanas, de modo que, sucumbir às normas garante um lugar social, enquanto não se adequar leva à exclusão. Entretanto, essa dicotomia não abrange a complexidade e multiplicidade de ser, o que nos leva a pensar que não é possível deixar a vivência de ser uma mulher prostituta. É necessário considerar a pluralidade. Há muitas formas de ser mulher e, ainda mais, de ser mulher profissional do sexo. Portanto, faz-se necessário adotar o termo “mulheridades”, de Christophe Dejours (2022), o qual, segundo Dering et al. (2021), significa “não apenas a diversidade que diz respeito às mulheres, mas também a tentativa de perscrutar a multiplicidade que envolve o ser mulher e a complexidade do que é ser feminino” (p. 288). Expandir o arcabouço moral que define o ser mulher, evitando a segregação de qualquer performance não correspondente, é essencial (Dering et al., 2021).

A multiplicidade de ser mulher implica considerar as subjetividades das mulheres profissionais do sexo. Zanello (2018), em sua obra *Saúde mental, gênero e dispositivos*, apresenta o conceito cunhado por Braidotti (1994) de subjetividades nômades, o qual distingue pelo menos três aspectos: as diferenças de gênero na construção binária de homem e mulher; as diferenças entre as mulheres; e as diferenças próprias de cada mulher (Zanello, 2018). Esse conceito se alinha à ideia de “mulheridades” proposta por Dejours (2022), e essa complementaridade contribui para abordar os aspectos da saúde mental das participantes desta pesquisa, cujas narrativas apontaram para os três níveis da subjetividade nômade.

No que diz respeito às diferenças de gênero, podem-se inferir as desigualdades sociais, as condições precárias de trabalho, baixa remuneração, estigma, discriminação e violência durante o trabalho como fatores de risco para a saúde mental das profissionais do sexo, exacerbando sintomas de ansiedade. A pesquisa de Lopes et al. (2022), focada na saúde mental de mulheres profissionais do sexo, com quatro participantes, apresentou semelhanças com os resultados da presente pesquisa, particularmente no que tange à saúde mental das participantes a partir de suas experiências subjetivas. A influência do contexto social é observada na fala da participante Mirela, que descreve como a responsabilidade financeira e a instabilidade de obter recursos por meio da prostituição, somadas às demandas da maternidade solo, afetam sua saúde mental:

“[...] Eu estou com um psicológico meio ruim, o meu cabelo está até caindo. [...] Aí eu acho que acabo passando isso para o meu filho, sabe? [...] Bom, esses dias eu não estou dormindo de noite. Ele mama de madrugada, no peito, na mamadeira, duas vezes na madrugada eu levanto para fazer o leite dele. Eu só levanto quando ele acorda chorando, né? Aí eu perco o sono. Não estou dormindo direito, e aí já fico com as contas na cabeça, que eu tenho que pagar. [...] Já tenho que pensar no aluguel, que daqui a pouco vem de novo, e aí fico pensando nas dívidas, fico doidinha [...] Esses dias ele ficou doente por causa da enchente, pegou uma bactéria, aí tive que comprar remédio no cartão de uma menina. Ela não me avisou que ia vencer agora, e aí já tenho que pensar no que tenho que pagar” (Mirela, 24 anos).

A participante Rose também aponta para as condições de trabalho que já vivenciou pela falta de recursos financeiros:

As coisas mexem com o psicológico, mexem mesmo. Já teve dias de eu vir para cá, assim, sem almoço, sabe? Quando eu morava em outra cidade, peguei o dinheiro do ônibus e vim para cá sem nada. Se eu trabalhasse, ia almoçar e voltar para casa. Se eu não trabalhasse, sabe Deus que horas ia embora. Já aconteceu muito isso. Eu não tinha experiência, não sabia como era, sabe? (Rose, 46 anos).

No que se refere à subjetividade entre as mulheres, alguns aspectos peculiares de cada participante foram desvelados durante a coleta de dados. Rose, ao longo de sua entrevista, relatou o quanto os fetiches e as solicitações feitas pelos clientes afetam sua saúde mental. Os estudos de Paiva et al. (2020), realizados com quinze mulheres profissionais do sexo do baixo meretrício da região central de Belo Horizonte (BH), apontam na mesma direção, salientando que as relações com os clientes podem ser fonte de sofrimento para as profissionais do sexo, visto que seus corpos não expressam sua subjetividade nessa tratativa, mas adquirem conotação de instrumento comercial. A dinâmica social de interação não é abarcada ou é mesmo impedida com o objetivo de cumprir o contrato de prestação de serviços sexuais, visando à obtenção de recursos financeiros.

“[...] Tem que encarar os homens, que são muitos, muito escrotos. Não desvalorizando o ser humano, porque cada um tem o seu valor, mas são muito escrotos, sabe? Homens que vêm trair a mulher porque ela está menstruada e não pode fazer. Não dá para aguentar três dias sem fazer nada? Vem aqui homem que o neném acabou de nascer [...] Pediu para que eu amarrasse ele na cama, as pernas e as mãos, deixando só uma para fora, a mão que ele usaria para se bater, né? Bater nele mesmo, com um consolo enorme, grande mesmo, para sangrar. E era para colocar até sangrar. Foi uma das fantasias que mais mexeu com o meu psicológico. Eu vi um homem fazer isso [...] Como ele fala na hora da relação, fala que está fazendo pensando na enteada, sabe? [...] Está pensando em quê? Na enteada, na menor, na enteada menor, sabe? Isso mexe muito comigo. Se eu pegar um cara assim, não fico no quarto, já mando sair [...] Gente, é uma situação que mexe com o teu psicológico em relação aos homens. Você vai ficando assim, meio que sem confiar mais. Perde a confiança nas pessoas. Você vai observando quem faz essas coisas, sabe? As fantasias nojentas que eles têm [...] É muito pesada para mim, que já tive problemas de depressão e tudo mais. Fazer essas coisas é muita pressão [...]” (Rose, 46 anos).

A participante Bianca faz uso abusivo de álcool e psicoativos, principalmente para conseguir trabalhar com a prostituição, e relata ter passado por atendimento psicológico, mas não deu continuidade. A pesquisa de Kohler e Massuqueto (2017) aponta na mesma direção,

indicando que o uso de substâncias psicoativas é utilizado pelas profissionais do sexo como recurso para desempenhar seu trabalho. O crack desencadeia reações de euforia imediata, e sua capacidade de gerar dependência é alta, o que acentua a condição de vulnerabilidade dessas mulheres. Sob o efeito de substâncias, tornam-se suscetíveis a realizar atendimentos sem o uso de preservativo, correndo o risco de contrair ISTs, além de enfrentar outros riscos, como a violência física. Corroborando tal ideia, Villa (2016) afirma que o uso abusivo de álcool e drogas ocorre como forma de suportar a realidade das violências às quais as profissionais do sexo estão sujeitas. Entre as mulheres de baixa renda e menor escolaridade, drogas e álcool podem até ser formas de pagamento pelo sexo e pela manutenção dos vícios.

Se eu estiver de cara limpa, não atendo ninguém. [...] Se eu estiver bebendo, vou com homem e mulher, dependendo do valor também, né? [...] No ano passado, eu estava muito perdida, por isso procurei a [psicóloga]. No começo, quando eu mudei para cá, para o centro, parece que tudo bagunçou. Aí, eu estava muito na bebida e na cocaína. Agora, eu parei, só que conheci essa outra coisa [crack] (Bianca, 41 anos).

A participante Mirela relata o quanto se sente sozinha, sem apoio familiar. Embora esteja em uma cidade diferente de sua família, sente-se mais acolhida ali do que junto deles.

Segundo Lopes et al. (2022), as condições socioeconômicas desfavoráveis marcam o ingresso das mulheres na prostituição como recurso de sobrevivência. Entretanto, a rejeição social pode começar na própria família, com a ausência de uma rede de apoio devido ao julgamento moral pela atividade sexual. As formas de lidar com essa rejeição podem incluir o isolamento e o ocultamento da identidade profissional. Como consequência, há o embate moral vivenciado pelas próprias mulheres. Diante disso, a saúde mental é impactada pela falta de perspectivas para o futuro, desencadeando sentimentos de tristeza e decepção, o que pode levar a uma postura de passividade nas relações, buscando aceitação. Mirela, ao longo de sua entrevista, expressa o sentimento de desamparo e solidão em relação à sua família, desde a infância. Sua principal figura de referência era sua avó, que faleceu, e, após esse episódio, ela mudou-se para a cidade onde foi realizada a pesquisa:

[...] Eu tenho tudo para estar lá, mas não me sinto bem. Estou longe da minha família. Sinto falta, às vezes é difícil. Quero sair para trabalhar, mas não tenho ninguém para cuidar do meu filho. Mas aqui, me sinto mais acolhida do que lá, mesmo tão longe da minha família. Aqui tem creche, as pessoas são boas de coração. Acho que é pelas coisas que passei lá, sabe? Já passei muita coisa lá, e prefiro ficar por aqui mesmo (Mirela, 24 anos).

O sentimento de tristeza também é evidenciado na fala da participante Maria, que menciona ter passado por uma consulta médica com psiquiatra devido a ideias suicidas, mas não deu continuidade ao acompanhamento:

Só tive uma consulta. Falou que era indício de depressão e receitou um remédio. Falou que ia marcar outra consulta, mas até hoje não foi marcada e só. [...] Eu me senti

melhor depois de tomar o remédio, menos triste do que antes. Estou conseguindo lidar melhor com a minha vida. [...] Eu tinha muita vontade de morrer, pensava muito em me matar, demais. Agora me sinto melhor, a vontade passou um pouco (Maria, 28 anos).

Conforme descrito acima, há fatores que atravessam todas as mulheres, enquanto outros são marcados pela vivência singular de cada uma no contexto da prostituição. O último item da subjetividade nômade (Zanello, 2018) refere-se às diferenças de cada uma consigo mesma, sendo este o ponto que possibilita o cuidado, desde que os anteriores sejam contemplados em perspectiva, considerando o contexto histórico, os marcadores identitários, as condições de vulnerabilidade e a vivência singular no exercício da prostituição. Para implementar ações voltadas para essa população, faz-se necessário combater o estigma e a marginalização dessas mulheres. A significação social imoral sustenta a rede de violências e vulnerabilidades às quais estão expostas, tornando o tema silenciado a fim de manter a “ordem social” sob uma perspectiva higienista.

Diante da complexidade desse tema, retomamos o intuito que rege esta pesquisa, que está em consonância com o papel da psicologia, conforme previsto no código de ética da categoria. Nos princípios fundamentais, está expresso:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos. II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (Código de Ética, p. 7, 2005).

Ações em saúde mental são necessárias, mas compreender o estigma que marginaliza essas mulheres é de suma importância. Recorrendo ao poema “As três palavras mais estranhas”, da autora Wislawa Szymborska (2011, p.21): “Quando pronuncio a palavra futuro, a primeira sílaba já se perde no passado. Quando pronuncio a palavra silêncio, suprimo-o. Quando pronuncio a palavra nada, crio algo que não cabe em nenhum não-ser.”. Pronunciar a palavra futuro é conceber que ele parte de um contínuo histórico, necessário revisitar o passado a cada passo à frente para lembrar do que pode ser feito de diferente e marcar o que ainda é uma repetição. O hoje já foi o futuro do ontem, onde a prostituição era coercitiva. Embora tenhamos avançado, ainda é um contexto marcado pela violência, uma reedição do passado. Uma das formas de revisão histórica é pronunciar a palavra silêncio, tornar o tema uma pauta, uma agenda, um estudo, trazer a margem para a universidade. A prostituição não deve ser apenas alvo de olhares curiosos, mas um contexto visto para além dos números epidemiológicos. É dar a essas mulheres o espaço de voz para que sua singularidade possa emergir. Este foi o intuito

deste trabalho: questionar o silêncio marginal e pronunciar a palavra nada. Já foi dito que nada pode ser feito, mas fizemos e faremos mais.

## 8 Considerações Finais

O presente trabalho teve como eixo condutor compreender como as mulheres cisgênero, profissionais do sexo, constituem a imagem sobre si mesmas na sociedade e, subjetivamente, enquanto profissionais, mulheres e nos demais papéis sociais que desempenham, de modo que possam ser vistas para além da característica profissional. Por meio de uma escuta atenta e sigilosa, a coleta de dados permitiu que as mulheres participantes da pesquisa compartilhassem suas vivências. A hipótese de que o corpo seria apenas um objeto de trabalho foi parcialmente refutada, visto que o corpo não foi apresentado unicamente como um instrumento de trabalho, mas como uma das várias significações que emergiram, como os registros das pressões estéticas sobre o corpo que envelhece, denotando os efeitos do etarismo, assim como as formas acentuadas que são alvo de críticas e repreensões pessoais e sociais, fenômeno denominado gordofobia.

A experiência corporal das profissionais do sexo é marcada pelo contexto sócio-histórico que define performances do feminino e padrões a serem seguidos, como ser jovem, magra, ter pele branca, cabelos loiros e usar roupas sensuais. Entretanto, esses padrões não são direcionados apenas às prostitutas, mas a toda a condição de ser mulher no século XXI, no Ocidente, no Brasil, especialmente no interior do estado de São Paulo. Os prescritivos do corpo feminino são condicionados pelo poder disciplinador na produção dos corpos dóceis, aqueles que são altamente produtivos e politicamente submissos. No universo da prostituição, isso se traduz na constante busca pela adequação dos corpos para que sejam desejados e escolhidos pelos clientes; a não adequação gera situações de risco, como o uso abusivo de álcool e drogas e a busca por dietas sem acompanhamento profissional para a perda de peso em curto período. Uma das formas de driblar o etarismo é ser novidade em outros espaços, mantendo sua atividade profissional itinerante, o que evita a saturação da imagem nas ruas onde oferta seu trabalho.

O sexo mostrou-se como uma prestação de serviço para as mulheres participantes, sendo descrito como uma experiência dolorosa, nojenta e traumática. O cenário da prostituição tende a lançar os holofotes repreensores sobre a figura da mulher, enquanto as demais luzes se apagam sobre os clientes: homens inseridos em uma dinâmica binária e patriarcal, onde seus desejos sexuais insaciáveis devem ser supridos pelas mulheres. O poder de compra dos corpos-objetos da prostituição torna-se moeda de legitimação das violências físicas e morais contra elas. As violências sofridas pelas profissionais do sexo não se limitam à tratativa com os clientes, mas também se manifestam na omissão do Estado e das forças policiais, que as tratam como um mal

a ser extirpado, em vez de cidadãs a serem protegidas. As condições de trabalho em que se encontram são marcos da vulnerabilidade a que estão submetidas.

A cisão entre o sexo profissional e a vida pessoal esteve presente nas narrativas das participantes. No entanto, o prazer foi descrito como não relevante, sendo vinculado à segurança em termos de moradia, alimentação e presença dos filhos. Entre as cinco participantes, quatro expressaram o desejo de não mais trabalhar na prostituição. A permanência na atividade ocorre de maneira unânime pelo ganho financeiro rápido, em contraponto à dinâmica das outras atividades profissionais, nas quais o pagamento ocorre após 30 dias de trabalho, muitas vezes em quantia insuficiente para arcar com os custos de vida.

A relação fixa, denominada pelas mulheres participantes como “casamento”, desvelou-se como uma possibilidade de ter o parceiro como provedor financeiro, o que conseqüentemente evitaria a necessidade de continuar trabalhando na prostituição. O modo como os dispositivos de gênero opera socialmente aparece nas narrativas das mulheres, que revelam a expectativa de que o homem tenha virilidade laborativa e possa retirá-las da “zona”, enquanto, para elas, resta a passividade de serem escolhidas por um homem viril, que lhes proporcionaria o status social de mulher respeitável, por estar em consonância com a norma padrão de ser casada. Entretanto, as experiências vividas não corresponderam ao ideal. A participante Rose, por exemplo, vive em uma residência distinta de seu marido e ainda custeia seus gastos por meio da prostituição. A participante Mirela relatou ter sido humilhada e agredida fisicamente pelo marido durante o casamento, afirmando que a relação conjugal foi mais violenta do que as interações com os clientes. Já Bianca verbalizou ter casado e engravidado por carência e pelo desejo de não se prostituir mais, contudo, o casamento não lhe proporcionou a segurança que esperava, e ela retornou à prostituição.

Outro aspecto abordado na pesquisa foi a significação atribuída à maternidade. A prostituição como um tabu, faz com que a identidade profissional seja ocultada dos filhos, levando as mulheres a assumirem uma dupla identidade, pois o corpo que se vende não pode ser exposto no contexto familiar, dada a incongruência com o ideal materno de castidade, assexualidade e o protótipo de santidade associado ao papel de mãe. As participantes associam sua atividade profissional fictícia a profissões de cuidado, como empregada doméstica ou cozinheira, e relatam sentir vergonha da sua identidade real.

As limitações da presente pesquisa consistiram nos percalços encontrados na adesão das mulheres, devido ao receio de exposição ou punição, dada a hostilidade do contexto em que atuam. As cinco participantes representam uma pequena amostra de um universo complexo e multifatorial, composto por personagens de todas as esferas, desde a relação direta entre a

profissional do sexo e o cliente até a configuração do Estado. Nesse pequeno recorte, já se evidenciou a heterogeneidade dessa população em termos de idade, tempo de profissão, número de filhos, escolaridade e os aspectos abordados nas categorias temáticas. Dessa forma, a busca por uma generalização identitária dessas mulheres, somada ao posicionamento unilateral sobre a abolição ou regulamentação da profissão, revela-se como mais uma violência estigmatizante. O lugar da pesquisadora deve considerar a dinâmica de poder que impera sobre as vivências e os recursos de ação de cada sujeito. Nesse sentido, o caminho percorrido juntamente com essas mulheres trouxe a apropriação acadêmica do conceito de “mulheridades”, ou seja, considerar a pluralidade e a diversidade de ser mulher.

Quanto às lacunas e limitações da pesquisa, destaca-se a necessidade de ampliar o número de participantes, com respeito e consideração pelo contexto em que estão inseridas. Também seria necessário abordar e mergulhar nas vivências da saúde mental e física das mulheres profissionais do sexo, temas que não foram foco da presente pesquisa.

Enquanto pesquisadoras, já somos uma dupla heterogênea; já estamos no plural. Isso traz a limitação de não sermos profissionais do sexo, além de sermos mulheres de pele branca, com privilégios econômicos e sociais. Nossas “mulheridades” já impõem limitações ao abordar a prostituição, pois falamos de um lugar diferente. Entretanto, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, nosso norte foi dar voz a questões e a mulheres com vivências distintas, inseridas no mesmo contexto social, histórico, político e econômico que nos atravessam em suas “mulheridades” de formas singulares, pois o custo de ser profissional do sexo é alto, enquanto o valor social operado sobre elas está sempre em baixa.

Assim, reconhecemos nossas limitações ao abordar esse tema, pois essa diferença de perspectiva traz não só limitações, mas também a consciência da necessidade de dar voz a essas mulheres, desvelando as estruturas de poder que as afetam. Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, buscamos atuar como interlocutoras, ampliando o espaço de fala dessas mulheres e revelando as complexidades que atravessam suas vidas.

E nesse papel de interlocução a partir das angústias apresentadas pelas participantes da pesquisa e o quanto cada um dos aspectos tem seu peso sobre a vivência delas, será realizado um *podcast* com o propósito de divulgar o fato de que as profissionais do sexo, antes da profissão, são mulheres e vivenciam as violências de gênero assim como outras mulheres, porém de forma mais acentuada, visto a situação de vulnerabilidade que vivem e sendo a prostituição a forma que tem de sobreviver.

## Referências

- Aiello-Vaisberg, T. (1999). O desenho-estória com tema. *Vozes*.
- Allegretti, M., & Rodrigues, P. (2009). A prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer? *Revista Katál*, 12(1), 68–76.  
<https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?format=pdf&lang=pt>
- Almeida, A. M. B., França, L. C., & Melo, A. K. S. (2021). Diversidade humana e interseccionalidade: problematização na formação de profissionais da saúde. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, 25, e200551. <https://doi.org/10.1590/interface.200551>
- Almeida, M. R. (2023). A mercantilização do corpo feminino e o consentimento na prostituição. *Revista Brasileira de Estudos Feministas*, 31(1), 45–60.  
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n1p45>
- Almeida, M., & Silva, J. (2020). A prostituição e a prevenção de ISTs: Desafios enfrentados por trabalhadoras do sexo. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 46(1), 120–135.  
<https://doi.org/10.1590/s1518-8787.202000000123>
- Alterleib, L. (2020). El negocio capitalista de la prostitución. *Em Defensa del Marxismo*, 56.
- Amaral, S. A. (2019). Feminismo, prostituição e direito do trabalho: uma análise dos impactos da regulamentação da prostituição no Brasil. [Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharelado em Direito]. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pantheon UFRJ.  
<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/13315>

- Amarijo, C. L., Figueira, A. B., Ramos, A. M., & Minasi, A. S. (2020). Relações de poder nas situações de violência doméstica contra a mulher: tendência dos estudos. *Revista Cuidarte*, 11(2), e1052. <https://doi.org/10.15649/cuidarte>
- Baére, F., & Zanello. (2020). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em Estudo*, 25, e44147, 2020. 10.4025/psicoestud.v25i0.44147. <https://www.scielo.br/j/pe/a/LzMM7YDThptPXCKJkpKnWkn/abstract/?lang=pt>
- Barbosa, M. D., Catoia, C. de C., & Souza, M. D. de. (2021). Prostituição, direito e feminismos: Reflexão sobre o crime de estupro no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 29(3), e72212. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n372212>
- Barreto, L. C. (2022). Pesquisa feminista e prostituição: tecendo redes de solidariedade e luta. *Revista Estudos Feministas*, 30(3), e77661. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/77661>
- Barroso, D., Silva, M. A., & Santos, C. (2024). *Violência e vulnerabilidade social*. Revista Brasileira de Direitos Humanos, 15(2), 3–15.
- Batista, E. C., Matos, L. A. L., & Nascimento, A. (2022). *Dinâmicas sociais e poder: Uma análise foucaultiana*. Editora Acadêmica.
- Bazilio, I. S. (2020). *Do profano ao direito: A prostituição como trabalho e a proteção dos direitos fundamentais das prostitutas no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Paraná.
- Beltrão, J. F., & Bispo, A. F. (2023). Trabalho sexual no Brasil: Uma abordagem do protagonismo das prostitutas na luta pelo reconhecimento do direito ao exercício da profissão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, (Edição Especial), e18507. <https://doi.org/10.1590/2358-28982023E18507P>

- Bernardes, G. C. (2022). A prostituição no Brasil: do reconhecimento da profissão às condições laborais. *Revista da AJUFE*, 1(1), 1–20. Recuperado de <https://ajufesc.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Gisele-Coelho-Bernardes.pdf>
- Biroli, F. (2014). Verônica e sua autonomia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(89), 182–186. <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/jt9XxwMZzQYJFwqqdPLcy9b/?lang=pt&format=pdf>
- Braidotti, R. (1994). *Nomadic subjects: Embodiment and sexual difference in contemporary feminist theory*. Columbia University Press. [https://joacamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/10/rosi-braidotti-nomadic-subjects\\_-embodiment-and-sexual-difference-in-contemporary-feminist-theory-columbia-university-press-1994.pdf](https://joacamillopenna.wordpress.com/wp-content/uploads/2019/10/rosi-braidotti-nomadic-subjects_-embodiment-and-sexual-difference-in-contemporary-feminist-theory-columbia-university-press-1994.pdf)
- Brasil, (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- Brasil. (2012). *Projeto de Lei nº 4.211, de 2012*. Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=551899>
- Brasil. (2018). *Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Presidência da República. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709compilado.htm)
- Bogdan, R.; Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto. 1994.
- Brito, N. S., Belém, J. M., Oliveira, T. M., Albuquerque, G. A., & Quirino, G. S. (2019). Cotidiano de trabalho e acesso aos serviços de saúde de mulheres profissionais do sexo. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, 20, e 33841. Universidade Federal do Ceará. 10.15253/2175-6783.20192033841
- Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5639899/mod\\_resource/content/1/Quadros%20de%20Guerra%20-%20Judith%20Butler.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5639899/mod_resource/content/1/Quadros%20de%20Guerra%20-%20Judith%20Butler.pdf)

Butler, J. (2021). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (21ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

[https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod\\_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf](https://cursosextensao.usp.br/pluginfile.php/869762/mod_resource/content/0/Judith%20Butler-Problemas%20de-g%C3%AAnero.Feminismo%20e%20subvers%C3%A3o-da%20identidade-Civiliza%C3%A7%C3%A3o%20Brasileira-%202018.pdf)

Caminhas, L. (2020). A regulamentação da prostituição é uma demanda por justiça? *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, 35(103), e3510310.

<https://doi.org/10.1590/3510310/2020>

Campos, A. J. S. de. (2023). *Prostituição no Brasil: Legislação, direitos, cidadania e o reconhecimento da luta das prostitutas* [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Estadual de Campinas]. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30\\_eb5fd12f4b5134042929fcb26b86ec2e](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_eb5fd12f4b5134042929fcb26b86ec2e)

Cantalice, T. (2011). O melhor do Brasil é o brasileiro! Corpo, identidade, desejo e poder. *Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latino-Americana*, (7), 69–102.

<https://www.scielo.br/j/sess/a/C5rSGHMPt4FMJHtj375fnPy/?format=pdf&lang=pt>

Clarindo, A., Zamboni, J., & Martins, R. (2021). Atravessando as portas dos puteiros: como as teorias feministas chegam na zona? *Psicologia & Sociedade*, 33, e234859.

<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2021v33234859>

Colling, A. M. (2020). Violência contra as mulheres: Herança cruel do patriarcado. *Diversidade e Educação*, 8(Especial), 1–15.

<https://doi.org/10.14295/de.v8iEspeciam.10944>

Costa, M. I. S., & Ianni, A. M. Z. (2018). O conceito de cidadania. In *Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: Uma análise teórica*, (43–73). São Bernardo do Campo, SP: Editora UFABC. <https://books.scielo.org/id/sysng/pdf/costa-9788568576953.pdf>

- Costa, M. V. (2018). A acumulação primitiva e a expropriação do corpo feminino: uma leitura de Silvia Federici. *Revista de Estudos Feministas*, 26(2), 1–15.  
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n255555>
- Costa, R., & Nascimento, P. (2019). Prostituição, saúde e direitos: Uma revisão das políticas de prevenção de ISTs no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 35(4), e00123419.  
<https://doi.org/10.1590/0102-311x00123419>
- Dejours, C. (2022). *Trabalho vivo I: Sexualidade e trabalho* (Soudant, F. Trad.). São Paulo: Blucher.
- Del Priore, M. (2023). *Corpos femininos e a construção da sexualidade no Brasil*. *Cadernos de História*, 34(2), 101–125.
- Del Valle, R. M. (2021). Mulheres (in)visíveis: A vulnerabilidade urbana, as organizações e as políticas públicas em prol das prostitutas em meio à pandemia da Covid-19. *Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 21(2), 48–68.  
<https://doi.org/10.5935/cadernospos.v21n2p48-68>
- Dering, M. T., Souza, P. G., & Silva, A. F. (2021). *Mulheridades e o espaço acadêmico*. *Revista Brasileira de Estudos Feministas*, 18(2), 285–305.
- Diniz, A. G. R., & Mayorga, C. (2018). *Notas sobre autonomia e desqualificação social de mulheres prostitutas*. *Revista Brasileira de Sociologia*, 30, e165432.  
<https://www.scielo.br/j/psoc/a/fjyspX9bKyFcYdFxb9T359m/abstract/?lang=pt#>
- Dullius, D., & Garcia, P. A. (2024). *Prostituição e desigualdades sociais: Um olhar sobre o papel da mulher na sociedade capitalista*. *Cadernos Pagu*, (60), e2024005.
- Federici, S. (2017). *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante.
- Ferreira, L., & Gomes, E. (2023). Políticas de saúde e o acesso a serviços de prevenção de ISTs para profissionais do sexo. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, 26(3), e230045.  
<https://doi.org/10.1590/1980-549720230045>
- Figueiredo, L. M. (2020). *Corpo, vestimenta e identidade nas profissionais do sexo*. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, 13(2), 56–72.

- Foucault, M. (1998). *História da sexualidade 2: O uso dos prazeres*. (ed. 8th) (Albuquerque, M. T. da C. & Guilhon Albuquerque, J. A., Trads., 10ª ed.). Paz & Terra.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940574/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-2-O-Uso-dos-Prazeres.pdf)
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes. [https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault\\_vigiar\\_punir.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf)
- Foucault, M. (2003). *História da sexualidade 1: A vontade de saber*. (15ª ed.) (Albuquerque, M. T. da C. & Guilhon Albuquerque, J. A., Trad.). Rio de Janeiro: Graal. Recuperado de  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod\\_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf)
- Foz, R. (2022). Corpo gordo, corpo falhado: O corpo da mulher e a gordofobia em *A Gorda*, de Isabela Figueiredo. *Diacrítica*, 36(3), 192–202.  
<https://doi.org/10.21814/diacritica.5104>
- Freitas, H. S. S. (2021). *Ser mãe e mulher em contexto de prostituição: Contributos para uma intervenção contextualizada* (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Freitas, M. E. T. P., Ribeiro, L. S., Guimarães, S. S. S., Martins, L. F., & Chinelato, R. S. C. (2020). Fatores biopsicossociais na história de vida de mulheres profissionais do sexo. *Psicologia em Pesquisa*, 14(2), 152–178. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2020.v14.27385>
- Fundo Social Elas. *Daspu: Moda pra mudar*. Fundo Delas.  
<http://www.fundosocialelas.org/elasnamoda/noticias/daspu-moda-pra-mudar/325>
- Giddens, A. (1984). *A constituição da sociedade: Esboço da teoria da estruturação*. Martins Fontes.
- Giuliani, L. M. G. (2017). A regulamentação da prostituição no Brasil a partir da leitura crítica do projeto de Lei “Gabriela Leite”, PL N° 4.211/2012, sob enfoque das teorias feministas. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade do Extremo Sul Catarinense]. <http://repositorio.unesc.net/handle/1/6070>

- Góes, J. M. (2018). Abordagens teóricas e analíticas sobre a prostituição. *Cadernos de Estudos Feministas*, 31(1), 137–151. Recuperado de [https://www.academia.edu/44583989/Abordagens\\_te%C3%B3ricas\\_e\\_anal%C3%ADticas\\_sobre\\_a\\_prostitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/44583989/Abordagens_te%C3%B3ricas_e_anal%C3%ADticas_sobre_a_prostitui%C3%A7%C3%A3o)
- Graça, M., & Gonçalves, M. (2015). Serviços dirigidos a trabalhadores(as) do sexo em Portugal: ideologias e práticas. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 25(2), 547–570. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000200012>
- Jimenez, C. M. (2022). *A gordofobia e a exclusão social dos corpos dissidentes*. Revista Brasileira de Psicologia, 37(1), 145–160.
- Kroef, R. F. da S., Gavillon, P. Q., & Ramm, L. V. (2020). Diário de campo e a relação do(a) pesquisador(a) com o campo-tema na pesquisa-intervenção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 20(2). <https://doi.org/10.12957/epp.2020.52579>
- Lee, R. (2003). *Amor e sexo*. No álbum *Balacobaco* [Música]. Universal Music.
- Leite, G. S. (1992). *Eu, mulher da vida*. São Paulo: Editora Rosa dos Tempos.
- Leite, K. L. C. (2017). *Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil*. *Cadernos Pagu*, (49). <https://doi.org/10.1590/18094449201700490022>
- Lerner, G. (2019). *A Criação do Patriarcado: História da opressão das mulheres pelos homens*. Trad. Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix.
- Lima, F. S. S., Merchán-Hamann, E., Urdaneta, M., Damacena, G. N., & Szwarcwald, C. L. (2017). Fatores associados à violência contra mulheres profissionais do sexo de dez cidades brasileiras. *Cadernos de Saúde Pública*, 33(2), e00157815. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00157815>
- Lopes, R. S., & Oliveira, M. T. (2022). *Saúde mental e o contexto da prostituição: Vulnerabilidades e cuidados*. Revista Psicologia em Pesquisa, 10(2), 91–104.
- Lopyola, C. M. D., & Oliveira, R. M. P. de. (2021). Florence Nightingale e a arte de enfermagem: texto e contexto da Inglaterra Vitoriana. *Escola Anna Nery*, 25(4), e20200152. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0152>

- Louro, G. L. (org.) (2000). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (2ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod\\_resource/content/1/LOUROGua-cira-L.\\_O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/116719/mod_resource/content/1/LOUROGua-cira-L._O-corpo-educado-pedagogias-da-sexualidade.pdf)
- Lowenkron, L. (2015). Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. *Cadernos Pagu*, (45), 225–258. <https://doi.org/10.1590/18094449201500450225>
- Martins, A. (2022). As implicações da regulamentação da prostituição: Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, 10(2), 85–100.  
<https://doi.org/10.1590/rbeg2022.10.2.85>
- Martins, A. (2023). Políticas públicas e saúde das trabalhadoras do sexo: Uma abordagem integral. *Revista Brasileira de Saúde Pública*, 39(2), 140–155.  
<https://doi.org/10.1590/rbsp2023.39.2.140>
- Mayorga, L. C. B., & Grossi, M. P. (2017). Vadias, putas e feministas: Diálogos em Belo Horizonte. *Psicologia & Sociedade*, 29, e159528. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29159528>
- Meneghel, S. N., Margarites, A. F., & Ceccon, R. F. (2022). Femicídios de prostitutas no município de Porto Alegre, RS, Brasil. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 26, e210591. <https://doi.org/10.1590/interface.210591>
- Michaelis. (2024). Prostituição. *Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*.  
<https://michaelis.uol.com.br/busca?id=dN1b7>
- Minayo, M. C. de S. (2014). O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde. (14ª ed.). São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621–626. 10.1590/S1413-81232012000300007
- Minayo, M. C. S. (2017). Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: Consensos consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(7), 1–12.  
<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/82>

- Molina, P. (2021). *Evasão escolar entre mulheres profissionais do sexo*. *Revista de Educação e Cultura Contemporânea*, 15(2), 103–120.
- Moura, G. P. de. (2021). *Prostituição e espaço urbano: a perspectiva “putafeminista” nos escritos de três prostitutas ativistas brasileiras*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 23. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202127>
- Oliveira, E. L., Rezende, J. M., & Gonçalves, J. P. (2018). História da sexualidade feminina no Brasil: Entre tabus, mitos e verdades. *Revista Ártemis*, 26(1), 303–314.  
<https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2018v26n1.37320>
- Oliveira, L. F. (2021). Trabalho reprodutivo e capitalismo: contribuições de Silvia Federici. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 7(2), 45–60.  
<https://doi.org/10.9771/cgd.v7i2.30458>
- Oliveira, L. R. C de. (2011). Concepções de igualdade e cidadania. *Contemporânea*, 1(1), 35–48. <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/19>
- Organização Mundial da Saúde. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization. <https://iris.who.int/handle/10665/42495>
- Ornat, M. J., & Silva, J. M. (2014). *Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil*. *GEOUSP – Espaço e Tempo (Online)*, 18(1), 113–128.
- Paiva, T. S., Martins, R. L., & Silva, M. C. (2020). *Prostituição e sofrimento psíquico: Análise das relações com os clientes*. *Cadernos de Psicologia Social*, 22(3), 45–60.
- Paradis, C. G. (2017). Regulamentação da prostituição no Brasil: A proposta, as críticas e os desafios. *Nexo Jornal*. Recuperado de <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=2401502>
- Paterniani, J. (2015). *Debates epistemológicos sobre o feminismo negro*. *Revista de Estudos Pós-Coloniais*, 8(1), 32–47.
- Pereira, C. S. (2005). Lavar, passar e receber visitas: Debates sobre a regulamentação da prostituição e experiências de trabalho sexual em Buenos Aires e no Rio de Janeiro,

fim do século XIX. *Cadernos Pagu*, (25), 25–54. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332005000200002>

Pereira, L. (2021). Direitos das trabalhadoras sexuais e a regulamentação da prostituição. *Caderno de Gênero e Sociedade*, 15(1), 120–135.

<https://doi.org/10.1590/cgs2021.15.1.120>

Pfuhl, P. (2020). *A solidão e a dupla identidade das mulheres prostitutas*. Revista de Psicologia Aplicada, 11(1), 68–75.

Porcino, C., Suto, C. S. S., Silva, D. O., & Jesus, M. E. F. (2022). *Análise narrativa da aplicação do desenho-estória com tema*. Revista Multidisciplinar do Núcleo de Pesquisa e Extensão (RevNUPE), 2(1), e202202.

Rosa, G. G., Lima, N. W., & Cavalcanti, C. J. de H. (2023). *De que cidadania estamos falando? Uma revisão de literatura das pesquisas em educação em ciências com perspectiva de formação para cidadania*. Ensaio - Pesquisa em Educação em Ciências, 25, e45653. <https://doi.org/10.1590/1983-21172022240158>

Rago, L. M. (2024). *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Rago, M. (1991). *Os Prazeres da Noite: Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo (1890-1930)*. Paz e Terra

Roby, L. B., Brito, D. J., Rivera, E. C. S., & Rosero, A. A. (2021). Cuerpo y cosificación sexual: Percepciones en la comunidad indígena Shuar. *Ciencia y Enfermería*, 27(17). <https://doi.org/10.29393/Ce27-17ccla40017>

Rodrigues, M. T. (2009). A prostituição no Brasil contemporâneo: Um trabalho como outro qualquer? *Revista Katál*, 12(1), 68–76.

<https://www.scielo.br/j/rk/a/sG4V4bWD8yHJVwGQnBJrkTn/?format=pdf&lang=pt>

Rodrigues, M. T., & Leite, G. P. (2020). *Mulheres negras e a prostituição no Brasil: Uma análise histórica*. Revista Brasileira de História, 40(80), 95–110.

- Romfeld, V. (2018). Criminalizar, abolir ou legalizar? Explorando as possibilidades de enquadramento jurídico da prostituição no Brasil. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 5(1), 92-110.
- Santos, A. P. (2020). Dinâmicas de poder e consentimento na prostituição feminina. *Revista de Estudos Feministas*, 28(3), 1–15. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n3p1>
- Santos, P.F.S., & Kurpel, D.F. (2021). Objetificação dos corpos das mulheres: o ser-em-si e o objeto, um estudo de representações sociais. Trabalho completo do V Seminário internacional desfazendo gênero, Online – 22 a 25 de novembro de 2021. Simpósio Temático nº 23 – Interseccionalidade e os efeitos de subjetividade em narrativas de vida. Recuperado de [https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO\\_COMPLETO\\_EV168\\_MD\\_SA\\_ID\\_10122021210929.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/desfazendo-genero/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV168_MD_SA_ID_10122021210929.pdf)
- Santos, S. B., Vieira, C. M. C., & Cavalcanti, V. R. S. (2024). A Relevância Social E Política Da História Das Mulheres No Brasil. *Cadernos CEDES*, 44(122), 6–16. <https://doi.org/10.1590/CC271171>
- Santos, T. B. P. dos, & Botazzo, C. (2021). *Mulheres: Prostituição e cuidados em saúde sexual*. *Boletim do Instituto de Saúde*, 22(1), 78–84. <https://doi.org/10.52753/bis.v22i1.38608>
- Scantamburlo, R., & Werneck, D. (2023). *Estigma e exclusão social: A prostituição e as dinâmicas de poder*. *Revista de Ciências Sociais*, 27(1), 55–78.
- Scorsolini-Comin, F. (2021). *Projeto de pesquisa em ciências da saúde: Guia prático para estudantes*. Vozes.
- Scott, J. B., Prola, C. A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018). O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: Uma revisão sistemática da literatura. *Psicologia em Revista*, 24(2), 600–615.
- Senra, R. (2013). Uma reflexão crítica entre prostituição e políticas públicas no Brasil. *Revista dos Estudantes de Direito da UnB*, 10(1), 19–31. <https://www.periodicos.unb.br/index.php/rep/article/download/7001/5699/12011>

- Silva, A. T. V. (2020). *Roda de conversa como metodologia para partilha de saberes docentes*. 2020. 132 f. Dissertação [Mestrado Profissional em Ensino de Ciências]. Universidade Federal de Ouro Preto, 2020.  
<https://www.repositorio.ufop.br/items/32e4fe62-10af-44b4-bee1-717cc5781f2a>
- Silva, C. L., & Lara, E. F. (2023). *O corpo feminino e a resignificação da dor: Uma análise psicológica*. *Revista Psicologia e Sociedade*, 15(1), 10–20.
- Silva, R., & Santos, M. (2021). A vida das profissionais do sexo: Lacunas na pesquisa. *Revista Brasileira de Estudos de Gênero*, 11(3), 200–215.  
<https://doi.org/10.1590/rbeg2021.11.3.200>
- Sívorí, H., Giumbelli, E., Rohden, F., & Carrara, S. (2017). Fundamentalismos, sexualidade e direitos humanos: Interrogando termos, expandindo horizontes. *Sexualidad, Salud y Sociedad. – Revista Latinoamericana*, 23, 171–180. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2017.26.09.a>
- Sousa, R. M. R. B., Frota, M. M. A., Castro, C., Sousa, F. B., Kendall, B. C., & Kerr, L. R. F. S. (2017). *Prostituição, HIV/AIDS e vulnerabilidades: A "cama da casa" e a "cama da rua"*. *Cadernos Saúde Coletiva*, 25(4), 423–428. [10.1590/1414-462X201700040242](https://doi.org/10.1590/1414-462X201700040242)
- Souza, R. M. (2010). As origens do cuidado na história humana. *Revista de Antropologia*, 53(1), 43–60.
- Spivak, G. C. (2010). *Pode o subalterno falar?* (S. R. G. Almeida, M. P. Feitosa, & A. P. Feitosa, Trad.). Belo Horizonte: Editora UFMG.  
[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7964211/mod\\_resource/content/0/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7964211/mod_resource/content/0/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf)
- Stake, R.E. (2000) Case studies. In: Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. *Handbook of qualitative research*. London: Sage Publications, chap. 14, p. 236-247.
- Szwako, J. (2014). Verônica e sua autonomia *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(89), 182–186.
- Szyborska, W. (2011). *Poemas* (R. Przybycien, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras

- Tabuchi, M., & Santos, L. (2020). *A prostituição feminina e a omissão do Estado*. Revista Brasileira de Políticas Públicas, 13(3), 23–40.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Vozes.
- Villa, E. A., Cândido, M. C. R. M., & Siste, L. F. (2016). A assistência à saúde das profissionais do sexo no Brasil: uma revisão integrativa, *Journal of Nursing and Health*, 6(1), 92–102.  
<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/6054>
- Villela, W. V., & Monteiro, S. (2015). Gênero, estigma e saúde: Reflexões a partir da prostituição, do aborto e do HIV/Aids entre mulheres. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(3), 431–440. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000300019>
- Visintin, C. D. N., Follador, F., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2024). O procedimento de Desenhos-Estórias com tema em pesquisas qualitativas sobre imaginários coletivos. *Revista de Psicologia da USP*, 28(1), 98–114. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v28i1p98-114>.
- Wolf, N. (2022). *O mito da beleza – Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. (12ª ed.). (Barcellos, W. Trad.). Rio de Janeiro – Rocco.  
<https://we.riseup.net/assets/317432/WOLF%2C+Naomi.+O+Mito+da+Beleza.pdf>
- Zaganelli, L., & Medeiros, C. (2022). *O estigma da prostituição e as vulnerabilidades sociais*. *Revista de Ciências Humanas e Sociais*, 9(2), 77–91.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: Cultura e processos de subjetivação*. Curitiba, PR: Appris. <https://pt.scribd.com/document/457082693/Saude-mental-genero-e-dispositivos-pdf>

## Apêndice - Roteiro da Entrevista Semiestruturada

1. Caracterização das depoentes: idade, gênero, natalidade, estado civil, possui filhos, com quem reside, responsável pela renda familiar, escolaridade

2. Conte-me quem é você? Como você se percebe? (*Pergunta com o objetivo de acessar a identidade, autopercepção, aspectos com componentes da saúde mental*)

3. Você que sustenta a casa?

(*Disparador para acessar os papéis sociais nos quais desempenha*)

4. Como você vê o próprio corpo? (*adoecido ou não*)

5. O que é o sexo para você? O que é sentir prazer para você?

6. Como é para você ser profissional do sexo? Como você percebe a valorização ou não de sua profissão?

(*Disparador para ter acesso ao modo como a identidade profissional é compreendida pela depoente – oculta ou parte de sua configuração social*)

7. Você já sofreu algum tipo de violência? (*Disparador para explorar as violências nas quais a depoente está exposta no contexto do trabalho e socialmente*)

8. Você usa algo lícito ou ilícito para trabalhar? (*Compreender os recursos que a depoente lança mão para desempenhar sua atividade enquanto profissional do sexo*)

## Anexo – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Cara Participante:

Gostaríamos de convidá-la a participar como voluntária da pesquisa intitulada “Sexo, quanto é? O valor e o custo de ser profissional do sexo”, que se refere a um projeto de pesquisa da participante Dariene Castellucci Martins que pertence ao Curso de Mestrado Profissional em Práticas Institucionais em Saúde Mental da Universidade Paulista (UNIP) campus Ribeirão Preto.

O objetivo deste estudo é compreender o modo como as mulheres cisgênero, profissionais do sexo, constituem a imagem sobre si mesmas na sociedade, subjetivamente, enquanto profissionais, mulheres e nos demais papéis sociais que desempenham. Os resultados contribuirão para ampliar a compreensão acerca da vivência dessas mulheres e fomentar ações em favor do amplo exercício de sua cidadania através do combate ao estigma e à descriminalização.

Sua forma de participação consiste em participar de uma entrevista on-line, através de videoconferência, a qual será gravada para conversarmos sobre os temas: vida pessoal, relacionamentos, relação com o corpo, prazer, sexo, como percebe sua profissão, realizar um desenho-estória-temático e de uma roda de conversa no final.

Seu nome não será utilizado em qualquer fase da pesquisa, o que garante seu anonimato, e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários.

Não será cobrado nada e não haverá gastos decorrentes de sua participação. Se houver algum dano decorrente da pesquisa, a participante será indenizada nos termos da Lei.

Considerando que toda pesquisa oferece algum tipo de risco, neste trabalho o risco pode ser avaliado como mínimo. Esse risco pode ser explicado como um desconforto que a mulher possa ter ao falar de relações e situações que possam ser fontes de ansiedade e angústia. Para minimizar este risco, será comunicado à depoente que ela pode interromper a entrevista a qualquer momento e pode se negar a responder perguntas se assim o desejar, assim como ter um suporte inicial da pesquisadora e, se necessário, o encaminhamento para um serviço gratuito de atendimento psicológico.

São esperados os seguintes benefícios para você, decorrentes da sua participação nesta pesquisa: Você terá uma entrevista reflexiva sobre o modo como você percebe a si mesma enquanto mulher, profissional e como significa a relação com seu corpo e o sexo. Assim como participar de uma roda de conversa devolutiva com as demais participantes desta pesquisa, com o propósito de conhecer os resultados do estudo e, ainda, se desejar, ter acesso ao relatório final desta pesquisa.

Gostaríamos de deixar claro que sua participação é voluntária e que poderá recusar-se a participar ou retirar o seu consentimento, ou ainda descontinuar sua participação se assim o preferir, sem penalização alguma ou sem prejuízo ao seu cuidado. Caso queira retirar o seu consentimento entre em contato com a pesquisadora responsável Dariene Castellucci Martins, pelo e-mail daricastellucci@gmail.com com cópia para o CEP-UNIP pelo e-mail cep@unip.br. Os seus dados serão retirados caso seja possível identificá-los no banco de dados.

Desde já, agradecemos sua atenção e participação e colocamo-nos à disposição para maiores informações.

Esse termo terá suas páginas rubricadas pela pesquisadora principal e será assinado e enviado à participante, ficando uma cópia com a participante e a outra com a pesquisadora principal Dariene Castellucci Martins.

Eu, \_\_\_\_\_  
(nome do participante e número de documento de identidade) confirmo que Dariene Castellucci Martins explicou-me os objetivos desta pesquisa, bem como, a forma de participação. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Eu li e compreendi este Termo de Consentimento, portanto, eu concordo em dar meu consentimento para participar como voluntário desta pesquisa.

Local e data: \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do participante da pesquisa)

Eu, \_\_\_\_\_

(nome do membro da equipe que apresentar o TCLE)

obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do participante da pesquisa ou representante legal para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do membro da equipe que apresentar o TCLE)

\_\_\_\_\_  
Dariene Castellucci Martins